

Programa Cultura Viva

IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil
(Organizadores)



OPCULT

Observatório de Políticas Públicas Culturais
Diversidade, Cidadania e Gestão Cultural

Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil
(Org.)

Programa Cultura Viva
impactos e transformações sociais

1º Edição

Brasília
2016

**Programa Cultura Viva
impactos e transformações sociais**

**Observatório de Políticas Públicas
Culturais – OPCULT**

**Centro de Estudos Avançados
Multidisciplinares – CEAM**

Universidade Federal de Brasília

Financiamento
Ministério da Cultura

Administração de recursos
FINATEC

Equipe de pesquisadores

Coordenadora geral
Fátima Makiuchi

Professores coordenadores
Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil
Flávio Santos Pereira

Estudantes de mestrado
Wanessa Ferreira Sousa
Deise Ramos da Rocha
Anderson do Nascimento

Estudantes de graduação
Marta Martins Pederiva
Marília de Souza Oliveira
Mariana Saturnino Silva
Fernando Bastos

Redação do relatório

Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil
Wanessa Ferreira de Sousa
Marta Martins Pederiva
Deborah Rebello Lima

**Representantes dos
Pontos de Cultura**

Célia de Fátima Pinheiro Moreira
José Maria Reis e Souza Jr.
Leandro Arthur Anton
Yuri Soares
Maria Fulgência Silva Bonfim

Programa Cultura Viva
impactos e transformações sociais

P962 Programa Cultura viva : impactos e transformações sociais /
Organizadores: Hugo Leonardo Ribeiro, Mário Lima Brasil.-
Brasília: UnB, 2016.
223 p. : il., gráfs., fots.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-62539-37-4

1. Cultura. 2. FIB. 3. Pesquisa Qualitativa. 4. Avaliação de
Programas. 5. Brasil. I. Ribeiro, Hugo Leonardo. II. Brasil,
Mário Lima. III. UnB.

CDU: 316.7

Apresentação

Este é o relatório final do projeto de pesquisa intitulado *Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais*, financiado com recursos do Ministério da Cultura (MinC). Essa pesquisa faz parte do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT¹), projeto fomentado pela Secretaria de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural (SCDC/MinC), ligado ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, da Universidade de Brasília – UnB.

O relatório está dividido em três partes. A primeira parte conta com quatro capítulos: Introdução, que aborda objeto da pesquisa, sua problematização, e apresenta o modelo analítico; A revisão bibliográfica; o Desenvolvimento do projeto, que apresenta a pesquisa em detalhes, sua preparação, viagens e resultados brutos; e um capítulo sobre a Felicidade Interna Bruta, explicando sua relação com o Programa Cultura Viva (PCV) e a forma com que foi utilizada nessa pesquisa. A segunda parte é composta pela análise individual de oito Pontos de Cultura dentre os dezoito visitados. A terceira parte é uma breve conclusão sobre a pesquisa, e possibilidades para futuros desdobramentos.

Aproveitamos para agradecer à professora Fátima Makiuchi, coordenadora do OPCULT, e à equipe de pesquisadores que auxiliou na escrita desse relatório, em especial à Wanessa Souza, Marta Pedrivera, e Déborah Lima. Agradecemos também à Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, através de seus representantes regionais.

¹ Para maiores informações, acessar <http://www.opcult.unb.br>.

Índice

Apresentação.....	5
PARTE 1 – O PROJETO.....	11
Capítulo 1 – Introdução.....	13
Um breve histórico do Programa Cultura Viva.....	15
As pesquisas do IPEA.....	20
O FIB como indicador de análise.....	26
Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica.....	29
2007.....	31
2008.....	33
2009.....	35
2010.....	37
2011.....	39
2012.....	44
2013.....	48
2014.....	54
Análise da revisão bibliográfica.....	59
Capítulo 3 – Desenvolvimento do Projeto.....	63
Metodologia.....	67
Organização dos dados coletados.....	70
Resultados obtidos.....	74
Capítulo 4 – Felicidade Interna Bruta (FIB).....	75
FIB e as pesquisas sobre o bem estar social.....	75
Relações ideológicas entre o FIB e o Programa Cultura Viva.....	79
FIB como indicador qualitativo de análise.....	81
Domínios do FIB.....	90
Bem-estar psicológico.....	91
Saúde.....	92
Educação.....	93
Cultura.....	95
Uso do tempo.....	97
Boa governança.....	98
Vitalidade comunitária.....	100
Meio ambiente (diversidade ecológica).....	102
Padrão de vida.....	102
Resumo.....	104

PARTE 2 – ANÁLISE DOS PONTOS DE CULTURA.....	107
Interarte – COEPi (GO).....	109
Introdução.....	109
Análise.....	112
Ponto de Cultura de Caldas Novas – CEJUVI (GO).....	119
Introdução.....	119
Análise.....	121
Ponto de Cultura Caminhos Audiovisuais (DF).....	129
Introdução.....	129
Análise.....	131
Ponto de Cultura Ludocriarte Editora (DF).....	139
Introdução.....	139
Análise.....	142
Ponto de Cultura CENPRO Faces de Cultura (MT).....	147
Introdução.....	147
Análise.....	150
Ponto de Cultura Só Falta Você (MT).....	157
Introdução.....	157
Análise.....	160
Ponto de Cultura Yokone Kopenoti (MS).....	167
Introdução.....	167
Análise.....	170
Ponto de Cultura Pájaro Campana (MS).....	177
Introdução.....	177
Análise.....	180
PARTE 3.....	185
Conclusão.....	187
Os pilares dos Pontos de Cultura.....	191
Impactos no FIB.....	194
Bibliografia Consultada.....	201

Índice de Figuras e Fotos

Figura 01: Gráfico analítico da região das instituições onde foram defendidas as pesquisas.....	59
Figura 02: Gráfico analítico da relação entre os trabalhos teóricos e os que envolvem alguma forma de pesquisa de campo.....	60
Figura 03: Gráfico analítico da região onde foram realizadas as pesquisas de campo.....	61
Foto 01 – Sede da COEPi.....	109
Foto 02 – Entrada da área de Agroecologia da COEPi.....	111
Foto 03 – Salas onde ocorrem as atividades do CEJUVI.....	119
Foto 04 – Alunos participando da oficina do PC Caminhos Audiovisuais	129
Foto 05 – Oficineiro WT e alunos de um dos cursos do Ponto. Ao fundo, a bolsista Marta Pederiva entrevista Rafaello Santoro.....	132
Foto 06 – Sede do Espaço Ludocriarte.....	139
Foto 07 – Atividade do PC Ludocriarte na área externa.....	141
Foto 08 – Contação de histórias no PC Cenpro/Faces de Cultura.....	147
Foto 09 – Último espaço ocupado pelo PC Só Falta Você.....	157
Foto 10 – Parte do figurino utilizado para as danças do PC Só Falta Você, guardados na sala da casa de Iolita.....	160
Foto 11 – Sede do PC Yokone Kopenoti.....	167
Foto 12 – Cartaz do concurso 1º Beleza Indígena do Pantanal.....	169
Foto 13 – Parte externa do PC Pajaro Campana.....	177
Foto 14 – Davi estudando harpa paraguaia no PC Pájaro Campana.....	179
Foto 15 – Aula de violão no PC Pájaro Campana.....	180

PARTE 1 – O PROJETO

Capítulo 1 – Introdução

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva ou, simplesmente, Programa Cultura Viva (PCV) se fundamenta em diretrizes criadas para uma política de valorização da pluralidade e diversidade das práticas culturais brasileiras reconhecendo, em instâncias institucionais ligadas ao Estado, a multiplicidade dos movimentos culturais contemporâneos, pontuando e reafirmando a diversidade como parte da história e da conjuntura brasileira.

O Programa foi criado com o objetivo de “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004). Esse objetivo está em conformidade com o disposto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, o qual preceitua que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, um dos pontos chaves do programa é a aplicação do conceito de gestão compartilhada, cuja ideia por trás dessa definição é de,

no lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. [...] o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e os proponentes definem, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicarão os recursos. (TURINO, 2010, p. 63)

Além dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva previu a necessidade da criação das Redes, presenciais e/ou virtuais, com o objetivo de fomentar a troca de experiências entre os PC. Através da rede foram organizados espaços de encontros locais e regionais, tais como os fóruns, reuniões, comissões, grupos de discussão e grupos de trabalhos, além dos encontros nacionais das TEIAs e dos Fóruns. Esses encontros têm como objetivos propor estratégias de políticas públicas culturais, analisar e avaliar o programa, assim como apresentar a diversidade das ações culturais dos PC. Já foram realizadas cinco TEIAs, a saber: Teia 2006, São Paulo (SP); Teia 2007, Belo Horizonte (MG); Teia 2008, Brasília (DF); Teia 2010, Fortaleza (CE); Teia 2014, Natal (RN).

Para termos uma ideia do sucesso da implementação do PCV, já na primeira edição da TEIA, em 2006, participaram quatrocentos PC de todo o país e mais de mil pessoas de forma direta. E, de acordo com informações da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC), foram cadastrados “desde sua implantação, em 2005, e até o ano de 2011, o total de 3.670 Pontos de Cultura em todos os estados da federação” (BRASIL, 2015). O número de eventos locais, regionais e mesmo internacionais relacionados ao PCV cresce a cada ano².

Dessa forma, o Programa Cultura Viva, através dos Pontos de Cultura (PC), possibilitou que áreas populacionais com carências diversas pudessem usufruir de ações civis que ocuparam o papel do Estado no sentido de garantir seus direitos culturais, ao possibilitar aos “indivíduos e às coletividades o direito à criação, à fruição, à difusão de bens culturais, além do direito à memória e à participação nas decisões das políticas culturais” (BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010, p. 11). O objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos e transformações sociais ocorridas nessas comunidades a partir da implantação do Programa Cultura Viva.

² No ano de 2014, foram divulgados trinta e oito eventos no site da SCDC.

Um breve histórico do Programa Cultura Viva

Em julho de 2004, por meio de uma portaria ministerial, foi criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (PCV). Ao longo de seus doze anos de existência, a ação foi se tornando um exemplo essencial para refletirmos sobre as dinâmicas das políticas públicas de cultura em um contexto contemporâneo.

O Programa foi criado como um conjunto de ações que se interligariam, entre as quais o Agente Cultura Viva, Cultura Digital, entre outras. No entanto, o conceito de Ponto de Cultura é o eixo central do PCV, a partir do qual se relacionam todas as outras atividades. Nesse sentido, o PCV, gerido pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura na época de sua criação, foi elaborado para ser um contraponto à proposta anterior da criação das Bases de Apoio à Cultura – BACs.

O elemento principal das BACs era a criação de centros (espaços) de prática cultural nas diversas periferias das cidades brasileiras. Ou seja, a ênfase estava na construção de infraestrutura para a circulação e publicização de práticas culturais que ficavam restritas a pequenos circuitos. Uma proposta de alto custo e com grandes dificuldades de operacionalização.

Por sua vez, o PCV está centrado no fomento direto a grupos e a ações culturais com comprovada experiência em suas localidades e que tiveram pouco ou nenhum acesso a recursos públicos. Ou seja, foi pensado como um programa governamental que desse mais atenção aos processos criativos das iniciativas comunitárias do que aos produtos e resultados advindos desses processos.

Nas palavras de Célio Turino, gestor responsável pelo desenho inicial do PCV:

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento

institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura em nível local, atuando como ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social. (TURINO, 2009, p. 64)

Dessa forma, o PCV teve como foco a possibilidade de fornecer melhorias na estrutura de produção de grupos e associações culturais, o que representaria o emprego de baixo investimento para alto impacto em curto período de tempo. A escolha entre uma proposta ou outra sinalizou uma maior ênfase nos cidadãos e menos nas instituições, ainda que de maneira simbólica³.

Todavia, a gestão do PCV não percorreu um processo homogêneo, linear, ou mesmo sem maiores percalços. Inúmeros foram os problemas e tensões enfrentados ao longo do processo. Alguns deles foram os atrasos em repasses de verbas, os severos entraves na prestação de contas dos recursos, a instabilidade e insegurança quanto à continuidade das ações pelas organizações, entre outros. Dificuldades próprias do processo de adequação entre tipologias, formas de tratamento governamental e diálogo com grupos sociais oriundos das mais diferentes realidades. Soma-se a isso um campo de atuação com características informais e pouco institucionalizadas.

Ao longo de seus mais de doze anos de existência, é possível perceber que o PCV não somente ocupou diferentes espaços na agenda governamental brasileira, como também teve distintos momentos de visibilidade dentro e fora do país. Um breve panorama sobre o

³ No entanto, é pertinente deixar claro que a proposta da criação de espaços de circulação e ocupação pelos agentes culturais não foi completamente abandonada. A proposta original das BACs não foi operacionalizada, mas outras abordagens com propósitos bem semelhantes foram colocadas em prática ao longo dos últimos doze anos de distintas gestões no Ministério da Cultura.

histórico de gestão poderia enfatizar tais características e ocorrências ao longo destes doze anos. Utiliza-se a noção da estrutura de operação da rede⁴ criada pelo Programa Cultura Viva para ilustrar o que podemos compreender como três fases percorridas até os dias de hoje.

A **primeira** fase dá conta do esforço de agendamento e implementação da ação em escala nacional. Observa-se, neste contexto, a iniciativa do Ministério da Cultura para a criação e o fomento da rede por meio do estabelecimento de contato com os mais distintos Pontos de Cultura espalhados pelo país. Tal esforço de fortalecimento desta rede seria a tônica da diferenciação alcançada pelo Cultura Viva em termos de mobilização (mais tarde fortalecida). A característica fundamental deste contexto está na criação de uma rede centralizada na figura governamental, pois as organizações participantes e nomeadas como Pontos de Cultura tinham convênios firmados diretamente com o governo federal.

Nesta fase, o Estado tinha o papel central. Era dele a missão de fortalecer a importância de uma rede entre os Pontos de Cultura e a possibilidade de gerar autonomia e empoderamento entre os agentes. Existia um esforço do Ministério da Cultura de fomentar discursos coletivos, além de possibilitar que as organizações percebessem o quão valioso seria o processo de trocas entre a própria sociedade civil.

Podemos ilustrar que tais características foram percebidas entre os anos de 2004 e 2007⁵. Neste período, o “encantamento” com a descoberta da diversidade cultural brasileira pode ser enfatizado como um elemento marcante. Tal encantamento pode ser visto como

⁴ É válido enfatizar que desde sua criação até os dias atuais a noção de gestão compartilhada e da criação de uma rede de atuação cooperativa entre Estado e sociedade sempre estiveram presentes. Ainda que as compreensões e características de cada um destes conceitos possam ter variado ao longo do tempo, a valorização de ações em rede sempre foram a tônica iniciada pelo MinC/SCDC e também fomentada pelos gestores de ponto de cultura, também conhecidos como ponteiros.

⁵ Não há nenhum objetivo de traçar marcos históricos estanques. As indicações de datas são apenas para estabelecer uma indicação de cronologia com o propósito de facilitar a compreensão e a percepção de mudanças.

uma via de mão dupla: o governo brasileiro aos poucos percebia a dimensão de uma ação como esta, e o Cultura Viva aos poucos ganhava mais visibilidade política. Ao mesmo tempo, através da rede, os ponteiros (ou partícipes da ação) conseguiam vislumbrar outras organizações que passavam pelas mesmas dificuldades ou que poderiam oferecer ajuda e possibilitar novos resultados.

A **segunda** fase é percebida quando a rede, antes focada no governo federal, começa a se transformar, por ocasião do processo denominado federalização do Programa Cultura Viva. Desde sua criação em 2004 e durante os primeiros anos de atividades, por mais que o ambiente de encantamento/empoderamento fosse fortalecido, inúmeros entraves de gestão foram percebidos. A manutenção de uma ação governamental deste porte, por meio da capilaridade territorial em todas as regiões e estados do país, não poderia ser gerenciada por uma pequena secretaria alocada no Ministério da Cultura. Era preciso exercitar a chamada “gestão compartilhada” e dividir a responsabilidade com outros entes federados (estados e municípios). Este novo cenário trouxe também mudanças na rede e na forma de operação do programa. Os esforços para a construção de discursos nacionais comuns entre os Pontos de Cultura seriam agora atravessados por particularidades locais, por novos atores, por uma maior complexidade no ambiente.

Da mesma maneira, a tônica da relação entre Estado e grupos sociais não pode ser caracterizada da mesma forma. O tensionamento em relação aos problemas, ou a maior organização da rede de Pontos de Cultura, indicaram posturas mais assertivas em relação ao direcionamento estatal. Vozes dissonantes, maiores cobranças, e colocações, eram percebidas entre os Pontos de Cultura. Houve um processo de organização dos Pontos em uma Comissão Nacional, com o propósito de representar todo o grupo de ponteiros em questões mais relevantes, cujo objetivo foi o de estabelecer um diálogo mais maduro sobre direcionamentos e possíveis alterações.

Considera-se que, nesse momento, a rede deu sinais de esforços para a construção de discursos comuns, de questões a serem de-

batidas e tensionadas entre estado e sociedade civil. Os ponteiros, ou rede de Pontos de Cultura do Brasil, organizaram-se e articularam-se para ocupar distintos espaços nas discussões de políticas públicas de cultura no Brasil. As reflexões e ações não ficaram restritas ao universo dos problemas ou acertos do Cultura Viva. As noções de transversalidade e a defesa por outras políticas foram importantes para o próprio amadurecimento e revisão dos seus problemas.

Neste contexto, a chamada “federalização” ganha maior fôlego e a rede passa a viver posturas dicotômicas entre o fortalecimento de discursos e propostas nacionais, mas de acordo com dinâmicas locais. Os indicativos deste período foram encontrados de maneira mais evidente entre os anos de 2007 e 2010, não necessariamente apenas neste contexto.

A **terceira** e última fase ilustra o contexto de ampliação de contornos e demandas vividos pela rede do Cultura Viva. Por mudanças de abordagens e alterações na agenda política do governo, a gestão da ação passa por transformações e estabelece vínculos mais evidentes com outras ações de promoção da diversidade cultural brasileira, tal como o Programa Brasil Plural.

Ao mesmo tempo, a rede ganha cada vez mais contornos descentralizados com a criação de “micro redes” em estados e municípios, por conta de novos conveniamentos executados pelos entes da federação. A sociedade civil não apenas articula-se em redes localizadas, mas há também um processo de internacionalização das atividades, pois o modelo do Cultura Viva ganha mais força e atenção em outros países da América Latina.

Se internamente percebe-se que o programa já não ocupava o mesmo espaço dentro da agenda política, internacionalmente, os grupos sociais caminhavam para a complexificação ainda maior do cenário. A discussão sobre ser ou não ser uma política de base comunitária, por exemplo, permeou a rede nacional e internacional.

Nesse período percebeu-se distintas posturas entre os participantes, desde um tom de desilusão por conta de problemas com atrasos

de repasses, a judicialização dos PC, o cancelamento de editais já divulgados, até mudanças administrativas realizadas dentro do Ministério da Cultura. Por outro lado, a mobilização em função do debate internacional fornece aos grupos sociais novos desafios a serem enfrentados. A mobilização e os esforços de uma atuação em rede ganham particularidades.

Em suma, é possível remontar o quadro de atuação do Cultura Viva utilizando diferentes abordagens. As nuances existentes na rede podem ser uma base para compreendermos processos de interação entre governo e grupos sociais, próprios deste contexto contemporâneo. O mais interessante no caso do Cultura Viva é refletirmos sobre como a sociedade civil vai passando por processos de mudanças de postura, adotando tons mais críticos e em busca de maior defesa das necessidades dos PC. O governo, por outro lado, enfrenta o desafio de propor mudanças em sua estrutura ou mesmo garantir a existência de recursos com o propósito de não criar um grande hiato entre o discurso de defesa dos PC e as reais ações existentes para possibilitar a operação dos mesmos.

As pesquisas do IPEA

Juntamente com o investimento de recursos públicos, veio o interesse em acompanhar e avaliar como estava sendo utilizado tais investimentos. Assim sendo, a SCDC/MinC junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), produziu diversas pesquisas avaliativas do Programa Cultura Viva.

A primeira pesquisa avaliativa do IPEA (BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010) contemplou 386 Pontos de Cultura dos 526 conveniados (73%) até o final de 2007. Essa pesquisa consegue mostrar que, embora esses editais tenham permitido o acesso de novos atores sociais aos recursos estatais, e dado visibilidade a iniciativas culturais até então restritas às suas comunidades, criando novas legi-

timidades; o ineditismo da proposta não esconde diversas dificuldades em sua implementação. De acordo com a publicação:

Propõe-se neste livro que *as unidades de análise das políticas culturais devem se relacionar à capacidade de incentivar, multiplicar, consolidar e reconhecer circuitos culturais, articulando-os e coordenando-os em diferentes escalas*. Os sujeitos destes verbos são as instâncias organizacionais⁶. (BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010, p. 12, ênfase do original)

E logo em seguida, deixa mais claro que o foco será na capacidade dessas instâncias organizacionais em “coordenar e proporcionar articulações políticas entre os agentes culturais de forma a atingir os fins almejados” (p. 13). Como instrumentos da pesquisa avaliativa, foram utilizados o modelo lógico (ML), a aplicação de questionário, o grupo focal, e a observação de campo (p. 27), ocorridos entre os anos de 2008 e 2009.

A segunda pesquisa avaliativa realizada pelo IPEA, em 2010, buscou ir além dos aspectos considerados na primeira avaliação, procurando por uma abordagem “etnográfica e de imersão nas atividades dos pontos e pontões de cultura” (BARBOSA DA SILVA e ZIVIANI, 2014, p. 10). Uma vez que o universo da primeira pesquisa contava com 526 pontos conveniados e, durante essa nova pesquisa, já ultrapassava a marca de 2.600 pontos, a técnica de amostragem teve que ser aplicada. Apesar da intenção etnográfica e da realização de oficinas de avaliação, o IPEA lançou mão, novamente, de questionários⁷.

⁶ “As formas organizacionais podem estabelecer escalas variadas de articulação e interdependências entre os circuitos culturais. Em linhas gerais, são três as instâncias organizacionais: administração pública, mercados e comunidades. Elas se configuram como dispositivos de organização das atividades. Conforme se pode observar a partir dos dados, os mercados enquanto forma de regulação são praticamente inexistentes no programa.” (BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010, p. 105).

⁷ É importante ressaltar que, durante nossa pesquisa, vários gestores de Pontos de Cultura reclamaram da quantidade de questionários avaliativos que tiveram que responder durante sua participação no programa, dando a entender que esse instrumento de avaliação não era bem visto entre eles. Inclusive, quando os abordávamos, muitos já ficavam receosos de ter que responder novos questionários.

Todavia, a segunda pesquisa realizada pelo IPEA também contou com uma pesquisa de campo em 16 pontos de diversas regiões do Brasil, cujo processo de imersão obteve uma análise mais qualitativa das ações dos pontos através da “observação participante, associada à técnica de entrevista semidirigida” (BARBOSA DA SILVA e ZIVIANI, 2014, p. 12). O texto final é dividido em 5 partes, sendo que a última parte é intitulada *Narrativas de campo*, composta por textos etnográficos de 7 pontos dos 16 visitados.

O que se percebeu é que ambas as pesquisas realizadas pelo IPEA (nos anos de 2008 e 2010, respectivamente) apontaram que o Programa possuía vários problemas, principalmente no que refere à gestão, pois os instrumentos jurídicos e normativos e as políticas de fomento disponíveis não davam conta adequadamente dessa experiência social. Na análise sobre o resultado da primeira pesquisa, reconhecem que:

O relatório demonstrava que a administração pública tinha muitas dificuldades. Podemos continuar a falar daqueles problemas no presente. Há normas formais que lhe dificultam a ação, embora sejam estas normas importantes em termos da cultura política que valoriza a segurança jurídica e a lisura nos usos de recursos públicos. (BARBOSA DA SILVA e ZIVIANI, 2014, p. 13)

No relatório dessa segunda pesquisa, ficou claro que os problemas burocráticos da administração de recursos financeiros públicos, potencializados pela não surpreendente falta de experiência dos gestores dos pontos em gerir tais recursos, resultou em situações muito complicadas para os “ponteiros”, uma vez que muitas das promessas feitas à comunidade não puderam se concretizar, mesmo com o repasse das verbas.

Nas falhas do MinC, os próprios grupos, pelo menos muitos deles, tinham recursos e capacidades próprias que permitiram dar fôlego às suas ações e, portanto, contribuir para consolidar o programa. Outros, no extremo oposto, tiveram real ou potencialmente a atuação inviabilizada pelas confusões da burocracia. (BARBOSA DA SILVA e ZIVIANI, 2014, p. 56)

Essas situações puderam ser melhor identificadas graças à imersão da pesquisa de campo etnográfica, quando os pesquisadores puderam identificar esses problemas no discurso dos próprios gestores e participantes das atividades dos Pontos de Cultura visitados. Mais à frente, esse problema é novamente abordado:

Isto revela a linha tênue que mistura elementos de uma política inovadora, de reconhecimento, participação e acesso à cultura, e uma gestão centralizada e não transparente; mecanismos de dois tipos distintos de política que ainda convivem no programa Cultura Viva e revelam problemas políticos e administrativos concretos. (BARBOSA DA SILVA e ZIVIANI, 2014, p. 56)

Concluiu-se que existiam limitações de ordem prática como o contingenciamento orçamentário, a escassez de recursos humanos, a mudança de orientação política, a ausência de um sistema de informações adequados para o monitoramento do desenvolvimento das ações, entre outros fatores.

Em função dessas constatações, em 2012 desenvolveu-se o projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva, cujo relatório final foi primeiramente disponibilizado na internet sob o título “Relatório redesenho do Programa Cultura Viva – Grupo de Trabalho Cultura Viva” (BARBOSA DA SILVA et al, 2012), sendo posteriormente formatado e publicado pelo IPEA sob o título de “Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva” (BARBOSA DA SILVA e LABREA, 2014).

Segundo a então secretária da SCDC/MinC, Márcia Rollemberg, esse relatório

representa o resultado de um processo de aprendizagem sobre o funcionamento do Programa Cultura Viva, que surgiu da necessidade de readequação e realinhamento de suas ações, definindo com maior precisão os conceitos e as diretrizes para seu fortalecimento como uma política nacional. (ROLLEMBERG, 2014, p. 6)

A partir do mapeamento dos problemas e dificuldades para a consolidação da política, constatou-se a necessidade e a oportunidade para encetar uma atualização dos parâmetros conceituais e do modo de implementação do programa. O redesenho foi direcionado à superação das dificuldades e avançar no sentido das mudanças necessárias, realizando, para tanto, uma remodelação do programa.

De acordo com o texto do Relatório (BARBOSA DA SILVA e LABREA, 2014, p. 11), a proposta inicial era a criação de um Grupo de Trabalho com a participação dos PC através de 5 representantes da CNPdC, com a intenção de melhoria do desempenho global do programa.

A orientação era ampliar as ações com consistência e responsabilidade, valores centrais para a sustentabilidade do programa no médio e longo prazo. Quando fosse o caso, a orientação era rever as ações para que fossem desenvolvidas com as qualidades exigidas pelo governo e pela sociedade civil (BARBOSA DA SILVA e LABREA, 2014, p. 11).

Um dos resultados do Redesenho do Programa Cultura Viva foi rever o conceito de *sistema de gestão do conhecimento* cuja finalidade era:

articular os gestores culturais dos entes federados, pontos e pontões e o conjunto de instituições, entidades, Mestres, grupos formais e informais que são beneficiários das políticas públicas desenvolvidas pela SCDC, a fim de poder acompanhar, monitorar, avaliar, dar visibilidade ao plano de trabalho desenvolvido e manter a memória viva do programa. [...] O sistema realizaria um processo contínuo de mapeamento e sistematização de informações sobre as ações, e dialogaria com os diversos ambientes e bases de dados já produzidos pelos pontos e pontões. (BARBOSA DA SILVA e LABREA, 2014, p. 26)

Todavia, após a finalização e publicação dessa última pesquisa que propôs o Redesenho do PCV, houve pouca receptividade e muitas críticas por parte dos representantes dos PC. Entre as críticas esta-

va o fato de que tais pesquisas realizadas pelo IPEA focavam muito nos problemas do PCV e eram em sua maioria quantitativas (baseadas em relatórios e estatísticas). Havia pouco espaço para a identificação dos impactos positivos que essa política pública cultural trouxe para as comunidades distantes dos principais centros culturais, assim como para a manutenção e valorização de práticas culturais que não estivessem sintonia com a indústria cultural⁸ ou com a chamada “alta cultura”⁹.

Houve também uma tensão política no contexto de mudanças de gestão (presidencial e ministerial). Como bem expôs a pesquisadora LaBrea,

Se em 2009, quando ocorreu o Seminário Internacional, o MinC e os pontos eram *parceiros e aliados*, trabalhando juntos para que a política fosse bem-sucedida e, nesse contexto, o discurso que explicitava que os conceitos não davam conta da experiência dos Pontos não foi alvo de nenhuma comoção para mantê-los inalterados. Ao contrário, a aposta de então era qualificar a política, ganhar escala, ampliar os recursos e estava valendo o discurso que o “*Programa Cultura Viva estava em permanente construção...*” [...]. Em 2011 o clima político era outro e a ideia de redesenho foi vista com desconfiança pelos ponteiros e o *redesenho* foi entendido por uns como uma estratégia para acabar com o programa, outros entendiam que não havia necessidade de *redesenho* - os conceitos eram adequados e suficientes, não precisava mudar nada, a necessidade era de retorno ao que era antes. Se até então as análises do Ipea eram referência e apareciam como argumento - tanto para gestores, ponteiros e pesquisadores - para qualificar a política, a partir de então as credenciais dos pesquisadores, seu alinhamento conservador, sua metodologia *positivista*, sua *parcialidade*

⁸ Utiliza-se aqui o conceito Adorniano, no qual a Indústria Cultural é um negócio, e só se importa com as pessoas enquanto empregados ou consumidores. “Sua ideologia são os negócios. A verdade é que a força da indústria cultural reside em seu acordo com as necessidades criadas e não no simples contraste quanto a estas, seja mesmo o contraste formado pela onipotência em face da impotência.” (ADORNO, 2002, p. 18)

⁹ Aqui, novamente outro conceito relacionado à escola de Frankfurt, cuja produção é relacionada à uma subjetiva qualidade cultural, geralmente identificada com uma classe social mais alta.

foram objetos de críticas e questionamentos. (LABREA, 2014, p. 244, ênfase do original)

Um exemplo dessa tensão pode ser vista numa publicação informal no site do grupo *Viola de Bolso: arte e memória cultural*, no qual há a seguinte crítica:

O Redesenho nada mais é do que uma atitude reacionária contra a ação criativa e libertária das comunidades culturais, tentativa em vão de modelar o imodelável; regular no sistema o anti-sistêmico por natureza e tornar cinza a beleza das cores e fitas das culturas identitárias, sua face e os seus cantos impossíveis de resignação. (VIOLA, 2014?)

Foi a partir desse contexto de embate entre os Pontos de Cultura e as pesquisas apresentadas pelo IPEA que surgiu a presente pesquisa. Nosso objetivo principal foi o de oferecer uma outra visão sobre o programa, por meio de uma abordagem unicamente qualitativa, etnográfica, com o intuito de investigar como os Pontos de Cultura participaram e tiveram influência na transformação social das comunidades nas quais estavam inseridos.

O FIB como indicador de análise

Uma vez definido que essa pesquisa teria uma abordagem qualitativa, etnográfica, foi necessário definir quais critérios seriam utilizados para analisar o impacto dos Pontos de Cultura em suas comunidades. Como nossa abordagem tem sido interpretativa, optamos por escolher indicadores que pudessem nos auxiliar na interpretação dos dados, que auxiliasse na identificação das mudanças na qualidade de vida de uma forma geral. Diante dos diversos indicadores de avaliação da qualidade de vida estudados, foi eleito o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), que pareceu ser apropriado para nossos objetivos. A escolha pelo FIB se deu por duas razões básicas.

A **primeira razão** é o fato desse conceito envolver uma visão de qualidade de vida que vai além do que prega o tradicional Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o economista Paul Singer¹⁰, o PIB é

a somatória das transações – compras e vendas – realizadas em todos os mercados dum país durante o ano. Como a grande maioria dos bens e serviços produzidos se destina à venda, o valor de todas as transações corresponde ao total de mercadorias produzidas, que passa a ser propriedade dos compradores que os consomem quando se trata de serviços e bens perecíveis ou os usam quando se trata de bens duráveis. De um modo ou outro, as mercadorias produzidas são transacionadas e em seguida passam a satisfazer necessidades e desejos dos que as adquiriram. Daí a noção de que o PIB mede a riqueza produzida durante o ano, que ao ser consumida ou usada passa a ser a causa eficiente do bem estar da população (SINGER, 2015).

Entretanto, de acordo com o mesmo autor, essa visão econômica contém falhas, entre as quais o fato de não levar em consideração o desgaste e esgotamento dos recursos naturais e todas as consequências que eles causam na natureza, gerando desastres ambientais diversos (incêndios florestais, efeito estufa, poluição, aterramento de rios e mananciais, etc).

Pode parecer incrível, mas quanto mais desastres um país sofre tanto mais o seu PIB aumenta, o que demonstra que seu crescimento às vezes não representa um aumento do bem estar do povo, mas a sua redução. (SINGER, 2015)

Por outro lado, o PIB leva em consideração muito mais elementos para chegar à conclusão se as políticas e investimentos públicos estão ou não contribuindo para elevar a qualidade de vida da população. Dessa forma, a felicidade não está atrelada somente à aquisição de um bem ou à capacidade de aumentar seu patrimônio pesso-

¹⁰ Professor da PUC-SP, com estudos voltados à economia solidária e desenvolvimento local.

al, pois outras situações influenciam tanto ou mais na percepção da felicidade.

Diversos textos de pesquisadores do Butão, país de onde originou esse conceito, são unânimes em afirmar que não existe uma única e oficial definição para o FIB, mas que o mais comumente utilizado é:

Felicidade Interna Bruta mede a qualidade de um país de uma forma mais holística [do que o PIB], e acredita que o desenvolvimento benéfico da sociedade humana ocorre quando desenvolvimento material e espiritual ocorrem lado a lado para complementar e reforçar-se mutuamente. (URA, 2012b, p. 7)

A **segunda razão** é o fato do FIB estar organizado em nove domínios, cada qual já bem definido dentro de seu aspecto individual e em relação ao aspecto global. Tais domínios são: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, educação, diversidade cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e padrão de vida. Assim sendo, cada domínio serve como um “filtro analítico”, através do qual podemos realizar uma análise de discurso e identificar como cada um desses domínios aparece nas falas dos entrevistados, com o cuidado de não influenciar ou direcionar as respostas.

Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica

Como era de se esperar, essa nova forma de política cultural também despertou o interesse de pesquisadores acadêmicos de diversas áreas e pontos de vista. Logo, um primeiro passo dado foi uma revisão bibliográfica sobre estudos e pesquisas brasileiras que tratassem do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura para identificar o que já havia sido estudado e sob quais perspectivas. O objetivo inicial foi perceber como as pesquisas têm chegado à empiria sobre os Pontos de Cultura e, sobretudo, como tais pesquisas teriam captado o impacto percebido na relação entre os Pontos de Cultura e as comunidades.

Apesar de haverem diversos textos apresentados em congressos e publicados em revistas e/ou jornais, foi dada preferência aos textos acadêmicos resultados de cursos formais em níveis de especialização, mestrado ou doutorado. Para cumprir esta etapa da pesquisa, utilizamos dos dados armazenados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹¹ e a base de dados disponibilizada pelo *Google Acadêmico*, que realiza buscas avançadas e livres na *internet*, por intermédio de palavras e termos chaves.

A pesquisa sobre o estado da arte levantou um total de trinta e sete trabalhos de conclusão acadêmicos entre os anos de 2007 a 2014, dentre os quais duas monografias de especialização, vinte e nove dissertações de mestrado, e seis teses de doutorado. As áreas de pesquisa incluem:

¹¹ Essa biblioteca digital possui um acervo de mais de 120 mil teses e dissertações de 90 instituições de ensino, tornando uma das maiores bibliotecas dessa natureza, no mundo, em número de registros de pesquisas de um só país.

- Administração (NOGUEIRA, 2007; SANTOS, 2008; DINIZ, 2009; MEDEIROS, 2013)
- Antropologia (NUNES, 2012)
- Artes, ciências e humanidades (LIMA, L., 2013, MURUGA, 2014)
- Ciência política (ANDRIES, 2010)
- Ciências da informação (SILVA, 2007; NOGUEIRA, 2014)
- Comunicação (REIS, 2008; FÉR, 2009; ROCHA, 2011)
- Desenvolvimento humano e tecnologias (PEDROSO, 2013)
- Educação (VILUTIS, 2009; ALMEIDA, 2011; FONETENELE, 2011; LABREA, 2014)
- Estudos da mídia (CUNHA, 2012)
- Extensão rural e desenvolvimento local (PEREIRA, 2008)
- Gestão cultural (LABREA, 2012)
- Geografia (MARINHO, 2013; DORNELES, 2011)
- História (SILVA, 2009; COSTA, 2011; LIMA, D., 2013)
- Linguística (FREIRE, 2012)
- Medicina (DIBA, 2012)
- Políticas públicas (DOMINGUES, 2008; BEZERRA, 2014)
- Psicologia (BERZINS, 2011)
- Serviço social (ASSIS, 2007; SARTOR, 2011)
- Sociologia (MATTOS, 2010; PAIXÃO, 2013; ALVES, 2009)

Partindo do total das categorias encontradas, percebemos a existência de subcategorias, sobre as quais as pesquisas desdobram-se a discutir. Entre tais categorias destacamos a preocupação com a

constituição das políticas públicas para as áreas culturais; com a cultura tradicional e popular e as relações imbricadas nessa instância da sociedade; a gestão compartilhada dentro das instituições culturais; a gestão descentralizada e a relação entre o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura; o interesse na produção e consumo cultural tendo os PC como produtores de cultura independente; e a construção da identidade cultural.

2007

Sob um outro olhar analítico, sincrônico, podemos destacar o fato de que já no ano de 2007 foram defendidas duas dissertações de mestrado (ASSIS; NOGUEIRA) e, inclusive, uma tese de doutorado (SILVA). Essas informações chamam a atenção ao cruzarmos dois dados: por um lado, o tempo médio de uma pesquisa de mestrado geralmente dura dois anos (desde sua entrada no programa de pós-graduação até a defesa da dissertação), e uma pesquisa de doutorado, quatro anos; por outro lado, o Programa Arte, Educação e Cidadania - Cultura Viva, foi lançado em julho de 2004, cerca de três anos antes da defesa desses trabalhos. Isso indica que, desde seu início, o PCV despertou o olhar de pesquisadores interessados em estudos sobre políticas culturais na contemporaneidade.

Esse é o caso específico da dissertação de Aline de Assis (2007), com um enfoque teórico a respeito de políticas sociais sob um viés marxista. Em sua dissertação a autora analisa as diversas políticas culturais do Ministério da Cultura a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e depois se concentra na análise do PCV, através de questionários enviados aos Pontos de Cultura. Há uma grande seção dedicada à análise das respostas de tais questionários, na qual há um resumo dos resultados mais citados nas entrevistas tanto com coordenadores, alunos e parceiros, entre os quais destacamos:

A elevação da autoestima; o Ponto como um novo espaço de socialização capaz de afastar os jovens do envolvimento com as

drogas e com o mundo do crime; despertar a criatividade do público; melhora no comportamento dos jovens (maior disciplina) e em sua relação com seus familiares; valorização pessoal e comunitário; aquisição de novas amizades; maior conhecimento da cultura local e da cidade em que vive; melhora no rendimento escolar. (ASSIS, 2007, p. 203),

A tese de doutorado de Liliana Silva (2007) analisa o *Prêmio Cultura Viva* a partir do conceito de política cultural de proximidade, que tem “o bairro e a cidade como principais referências, uma vez que precisam aproximar-se de demandas culturais e artísticas dos cidadãos” (p. 206), Para a autora,

“a proposta tem como foco as iniciativas que favorecem a participação dos cidadãos na vida cultural local, do bairro ou do município, apropriando-se dos meios necessários para desenvolver suas próprias práticas culturais. (SILVA, 2007, p. 207)

Destaco também a dissertação de Fernanda Leite (2007) que, mesmo sem focar o PCV ou algum Ponto de Cultura específico, já discute o sentido e importância das Redes de Cultura, conceito que se tornou essencial para a concepção desse programa.

A partir das formas de organização de um gestão cultural descentralizada, Nogueira (2007) se interessa em saber como este fato impacta na funcionalidade dos Pontos de Cultura, analisando especificamente dois pontos: os graus de burocratização, e a racionalidade na lógica da ação. Sua perspectiva é na gestão administrativa das “organizações culturais” analisadas, com pouco interesse nos impactos sociais que tais organizações têm ou tiveram após a sua vinculação ao PCV.

Em 2008 já temos a primeira dissertação com a análise qualitativa de um Ponto de Cultura específico. De acordo com o próprio texto, o objetivo foi “compreender o Ponto de Cultura Estrela de Ouro, localizado no município de Aliança – Pernambuco, como estratégia de intervenção para o Desenvolvimento Local” (PEREIRA, 2008, p. vii). Nessa pesquisa o autor esteve em contato com coordenadores, mestres e agentes do PCV, além de moradores do local, numa faixa etária dos 16 aos 70 anos. Na conclusão o autor reconhece o impacto positivo que a implantação do Ponto de Cultura teve na comunidade de Chã de Camará:

Os indivíduos encontram-se mais confiantes, o envolvimento da comunidade com o Ponto de Cultura é intenso, a possibilidade de obtenção de renda com as atividades ali praticadas está se tornando realidade e os benefícios para a comunidade estão acontecendo. (PEREIRA, 2008, p. 94)

Em seu texto há diversos relatos dos moradores locais relatando melhorias em aspectos como a autoestima e satisfação pessoal. Uma de suas conclusões é que, “unindo o útil ao agradável, as pessoas melhoraram seu *ethos* tornando-se pessoas mais felizes” (p. 100).

A dissertação de Paula Félix dos Reis (REIS, 2008) analisa as ações da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura durante o governo de Lula, destacando o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC). Apesar de falar brevemente sobre o PCV (p. 50-55), sua análise da conjuntura política durante a implementação do SNC é fundamental para entender o contexto do surgimento do PCV.

As pesquisas de João Domingues (2008) e Eduardo dos Santos (2008) também fazem uma análise teórica sobre o PCV, ambas com uma discussão gramsciana sobre as intenções em relação às cadeias produtivas da cultura. A primeira questiona se são medidas compen-

satórias ou se são de fato democráticas; a segunda compara o PCV com a Lei de Incentivo à Cultura e seus processos de *branding*.

Domingues assume que sua pesquisa é, de certa forma, uma “avaliação política” sobre a origem do Cultura Viva, confrontando as ações do MinC com chamada “administração da precariedade”, de forma a minimizar os efeitos da exclusão social, sem mudanças no escopo do que produz os efeitos da exclusão” (p. 199). Por fim, o autor reconhece que:

A simplicidade do conceito do Cultura Viva é inversamente proporcional ao impacto de sua realização. Ao reconfigurar a engenharia de transferência de recursos públicos e colocar a tecnologia digital a serviço da produção e circulação dos bens culturais das classes populares e de seu desenvolvimento econômico, o Programa acena com a possibilidade de construção de novos consensos, a partir da construção de uma rede solidária de atores com experiências culturais diversas, e com um processo político-pedagógico de sua inserção na gestão cultural. (DOMINGUES, 2008, p. 200)

A exclusão a qual Domingues se refere encontra reflexo no processo de *branding* que Santos (2008) aborda, “em que a marca da empresa se utiliza de manifestações culturais selecionados ao sabor dela mesma para se fixar nas mentes dos consumidores” (p. 24), pois,

Na maioria das vezes, os projetos apoiados não são representativos das referências culturais das camadas populares, principalmente por não corresponderem aos interesses dos grandes grupos de comunicação, responsáveis diretos pela propagação e difusão das iniciativas culturais no país. (SANTOS, 2008, p. 49)

Seu texto conclui com um quadro comparativo entre as duas políticas culturais analisadas (Leis de incentivo e Programa Cultura Viva), identificando que, mesmo com um investimento financeiro muito inferior que o valor que não é arrecadado pelas leis de incentivo, o PCV tem um alcance social muito superior.

A pesquisa de Luisa Diniz (2009) analisou a contribuição do PCV na sustentabilidade de três pontos contemplados em Pernambuco, sob a ótica da administração (sustentabilidade organizacional). A autora percebeu que a participação dos grupos no PCV deu visibilidade política ao serem reconhecidos pelo governo como importantes parceiros na execução de políticas públicas culturais (p. 81). Todavia, conclui que há “níveis diferenciados do impacto do PCV nas dimensões da sustentabilidade, bem como não foram percebidas contribuições do programa em todas as organizações entrevistadas” (p. 98).

Éster Fer (2009), por sua vez, analisou a produção, distribuição e formação audiovisual realizada em oito Pontos de Cultura na região da Grande São Paulo durante o período de 2005 a 2008, “enquanto potenciais instrumentos para o desenvolvimento de processos comunicacionais e culturais ocorridos dentro da rede virtual e presencial” (p. 7). Vale notar que grande parte de sua pesquisa foi baseada em questionários enviados para 67 PC, sendo que somente 15 responderam. Esse número demonstra a baixa receptividade dos PC a essa forma de pesquisa, tal como já foi discutido a respeito das pesquisas do IPEA. Em sua conclusão reconhece que a linguagem audiovisual “pode adquirir aspectos estruturantes dentro das mais diferentes formas de se apresentar enquanto ação cultural e comunicacional” (FER, 2009, p. 168). Logo, os registros audiovisuais ajudam a dar visibilidade à produções e atores sociais locais que antes passavam despercebidos por grande parte de sua comunidade.

A pesquisa de Juliana Silva (2009) teve como objeto de estudo a Associação Grãos de Luz e Griô, mais especificamente as “estratégias pedagógicas e educativas acionadas pela Associação Grãos de Luz e Griô para integrar os saberes comunitários de tradição oral no âmbito de um processo de educação comunitária” (p. 17) conhecida como Pedagogia Griô, que culminou num Programa Nacional financiado pelo MinC. Essa ONG se localiza na cidade de Lençóis-BA, e sua história remonta ao ano de 1993, tendo sido agraciada como Pon-

to de Cultura no ano de 2004, e no ano seguinte, convidada pela “Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC / MINC, para criar e coordenar a Ação Griô Nacional, a fim de articular redes educacionais e culturais de transmissão oral em todo o país, por meio de 100 pontos de cultura, escolas e universidades” (p. 23).

A autora reconhece que:

Percebe-se uma forte intenção da Associação Grãos de Luz e Griô em influenciar as políticas públicas em nível local, regional e nacional. [...] Ao ocupar um lugar na educação formal, os saberes de tradição oral poderiam fortalecer a participação, o respeito às identidades e às práticas culturais individuais e coletivas de pessoas que historicamente foram excluídas das políticas culturais. (SILVA, 2009, p. 83)

Luana Villutis, procurou “estudar o *caráter social e educativo* da formação cultural realizada com jovens nos Pontos de Cultura” (VILUTIS, 2009, p. 12, ênfase do original), levando em consideração o acesso dos jovens aos meios de criação e “o exercício do direito à participação na vida cultural da comunidade” (p. 14). Para alcançar esse objetivo, a autora reuniu 17 jovens que participaram da formação da ação Agente Cultura Viva em dois PC da zona leste de São Paulo. Sua análise do Ação Cultura Viva revelou diversos problemas de gestão¹², inclusive a

fragilidade da proposta de transversalidade política do programa Cultura Viva e o limite de uma das dimensões da gestão compartilhada que o MinC se propunha a trabalhar, no âmbito da articulação interministerial. A falta de acompanhamento pedagógico e monitoramento gerencial também revelaram limitações relativas à inoperância dos instrumentais de gestão e a insuficiência de pessoal para avaliar e acompanhar a gestão. (VILUTIS, 2009, p. 140)

¹² A principal reclamação em todas as pesquisas está relacionada ao atraso no repasse dos recursos financeiros.

Entretanto a pesquisadora reconhece que o a “Ação Cultura Viva contribuiu para impulsionar os projetos dos Pontos de Cultura, pois foi por meio dessa ação que os pontos encontraram seu público, ampliaram sua dimensão territorial e alargaram o alcance de suas ações” (p. 147).

Também nesse ano foi defendida a tese de doutorado de Elder Alves (2009) em sociologia que, apesar de não focar especificamente no PCV, aborda sua interferência no âmbito das transformações sofridas no campo da produção simbólico-cultural contemporânea da cultura popular sertanejo-nordestina¹³. Para o autor, os PC atuam como “selos institucionais de reconhecimento”, ao legitimar práticas ou saberes “tradicionais” que por sua vez eram exploradas por empresas no que Santos (2008) identificou como *branding*.

Em sua conclusão o autor identifica que,

diante da intensificação do processo de *industrialização do simbólico* e da respectiva expansão dos mercados de bens e serviços culturais no ambiente glogal, emergiu uma nova *formação discursiva* que atualizou e potencializou o valor atribuído às categorias de *tradição e “autenticidade”*. Essa atualização só foram possíveis, entretanto, a partir da operacionalização de determinadas políticas culturais públicas (como o *Programa Cultura Viva e o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial*), cujos efeitos práticos corroboraram para para estruturar mercados simbólicos bastante específicos. (ALVES, 2009, p. 368-369)

2010

No de 2010 temos o primeiro trabalho de conclusão de curso acadêmico que analisa o impacto do PCV na região norte do Brasil, em Belém do Pará. Nessa pesquisa, Mattos (2010) realizou 17 entre-

¹³ Entre outros exemplos de influência o autor também cita o papel do repertório discursivo UNESCO, que inclui temas como diversidade, tradição, criatividade, patrimônio imaterial, entre outros; e O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI).

vistas em profundidade (não estruturadas, exploratórias), seguida de uma observação participante em uma das oficinas oferecida por um PC. O objetivo do autor foi o de compreender os processos sociais existentes nas políticas culturais e “as complexas relações de usos da cultura que envolvem o Programa Cultura Viva” (p. 23). Para alcançar esse objetivo, realizou um estudo de caso do Pontão de Cultura Rede Amazônica de Protagonismo Juvenil (PCRAPJ), “buscando compreender sua atuação, seu *modus operandi* no que tange a uma articulação em rede dos elementos constitutivos do PCV” (p. 112).

Em sua conclusão, Mattos entende que, uma vez que a cultura trabalha com valores, tais valores são preenchidos “por sentidos dos quais cada um fala e faz, de seus respectivos lugares” (p. 159). E, ao contrapor os valores propostos e mobilizados pelo PCV com sua pesquisa de campo, procura contribuir com uma nova visão:

Talvez a equação valorativa que compõem o programa deva ser pensada em termos mais complexos, adicionando alguns elementos a essa cadeia inicial. Para isso é necessário uma separação e re-união dos conceitos. Os valores que o Programa efetivamente mobiliza, e o fazem se ampliar e se modificar (segundo sustentamos), são: autonomia e protagonismo, *compartilhamento*, empoderamento, *ruptura* e *transformação*. Nesta ordem de acontecimentos. (MATTOS, 2010, p. 159)

Por sua vez, o trabalho de Andries (2010) faz uma reflexão teórica sobre o PCV e traz para o debate avanços e limites institucionais de um programa de governo. O autor apresenta uma discussão sobre políticas públicas culturais; o histórico, o conceito, a dinâmica, a TEIA e as formas de gestão da constituição dos pontos de cultura. Finaliza apontando os avanços e as dificuldades na busca da institucionalização dos pontos de cultura: descompasso na gerência do projeto; no repasse e na prestação de contas; a descentralização da gestão e cooperação entre os entes federados.

2011

O ano de 2011 é o mais produtivo, com sete pesquisas defendidas, sendo cinco dissertações e duas teses.

A pesquisa de Berzins (2011) levanta um debate sobre a utilização de políticas públicas para promoção de cultura, como objetivo em promover desenvolvimento econômico e social, a partir de um recorte teórico baseado em Deleuze, Guattari, Hardt e Negri. É uma discussão teórica, a partir de documentos oficiais e algumas incursões em eventos e conversas com gestores. A partir dessa perspectiva, o trabalho faz uma análise em cima do Programa Cultura Viva como política que promove uma alternativa aos ditames mercadológicos, levando a uma diferente forma de organização, de gestão cultural, e como uma política aberta aos movimentos sociais e aos diferentes grupos da sociedade brasileira.

A pesquisa de Costa (2011) aborda o processo da conquista da temática da cultura digital pelo Ministério de Cultura, na gestão de Gilberto Gil (2003-2008), e coloca seu foco na genealogia da política pública de criação de Pontos de Cultura, com ênfase em estúdios de produção audiovisual que tenham conexão com a internet, em áreas de vulnerabilidade social. É o campo de estudo que ela chama de Estudos Culturais e Estudos Culturais do Software. Sua pesquisa é teórica e documental, e não analisa nenhum Ponto de Cultura específico. A centralidade do debate se concentra no potencial de transformação suscitado pelos novos paradigmas de produção e consumo cultural, tendo como um dos pilares o uso do software livre.

Importa ressaltar que essa dissertação foi escrita num contexto de troca de ministros e de presidente, e sua conclusão deixa claro a preocupação com o conjuntura de instabilidade e continuidade com as políticas públicas em processo de consolidação.

Inambê Fontenelle (2011), nos traz a primeira pesquisa sobre o impacto que a Ação Griô Nacional – Mestre dos Saberes¹⁴, teve so-

¹⁴ Desenvolvida pelo Ministério da Cultura através do Programa Nacional de Cultura,

bre as pessoas que assim passaram a ser consideradas. Mais especificamente, como as contadoras de histórias da cidade Carira-CE, foram afetadas, absorveram, interpretaram e significaram essa experiência.

O termo griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país. (O QUE É GRIÔ, 2015)

Todavia, a autora percebe que as senhoras entrevistadas não sabiam explicar exatamente se eram ou não Griô. Quase sempre associavam esse nome à sua função dentro de um projeto específico.

Considero que as palavras passam a ser nossas, quando habitam dentro e fora de nós, e isso não aconteceu com estas mulheres em relação a esta palavra Griô, não foi construída uma identificação, uma relação pessoal, social e cultural, que favorecesse esse habitar, essas senhoras não foram afetadas pelos significados desta palavra. (FONTENELLE, 2011, p. 34)

Por fim, em sua conclusão, Fontenelle identifica diversos pontos positivos desse programa governamental, mas sua maior contribuição está na crítica que faz sobre a influência negativa da interferência estatal:

Ao agregarem as suas expressões culturais uma dimensão financeira, eles e elas [mestres griô] modificam as motivações geradoras das suas artes, se antes acontecia por tradição, resistência, espiritualidade ou prazer, passam a acontecer por encomenda e em alguns outros casos tornam-se até em espetáculos culturais, completamente desconectados e deslocados dos valores, das intenções, dos espaços, dos horários e do período do ano que imprimi-

am sentidos as suas expressões culturais. (FONTENELLE, 2011, p. 172)

Doriedson Almeida (2011) analisou o impacto que o acesso das TIC tiveram nos PC de três municípios do estado da Bahia. Segundo o autor,

Investigar as relações entre governo, sociedade e TIC durante a implementação de processos destinados ao fomento da cultura digital e à democratização do acesso às TIC, sob uma ótica que privilegie a análise do que ocorre nos cotidianos onde se desenvolvem, confrontando-as com discursos oficiais, contribuiu para identificar práticas conflituosas e paradoxais, importantes para o fornecimento de pistas capazes de articular melhor os interesses de governos e sociedade, que ao longo desse estudo contribuem para reflexões sobre possibilidades de melhoria dessas intervenções. (ALMEIDA, 2011, p. 10)

De forma não muito comum, mas bastante importante, o autor finaliza seu texto com diversas sugestões para “adequar a gestão estatal ao seu tempo e aos desafios contemporâneos” (p. 206). E conclui que:

ao mesmo tempo em que a formulação e a implementação de uma ação e/ou política de governo pensada para ser executada em parceria com a sociedade civil oferece uma riqueza conceitual e operacional imensa, pelas diversas questões já inumeradas e, sobretudo, por apontar possibilidades de apropriação das TIC a partir de vieses que corroborem para processos descentralizados em direção à construção de mecanismos de democracia direta, também aponta a complexidade que envolve tais postulados à medida que estes não ocorrem em cenários ausentes de conflitos sociais. (ALMEIDA, 2011, p. 216-217)

A pesquisa de Sophia Rocha investiga o processo de federalização do PCV, ou seja, o momento no qual iniciou-se uma descentralização do programa, cujos editais e controle do processo de repasse de recursos deixou de ser responsabilidade do MinC, e passou a ser

responsabilidade das secretarias de cultura estaduais e municipais. O contexto em estudo foi o estado da Bahia. Apesar de basear grande parte de sua pesquisa em documentos oficiais, o autor também realizou entrevistas com funcionários do MinC, da secretaria de cultura da Bahia e gestores de PC, além da experiência de ter participado como gestora de um PC e como avaliadora no Prêmio Cultura Viva. Seu principal foco foi a discussão sobre o Programa Mais Cultura.

Sua análise conta com muitos dados, organogramas e gráficos elucidativos. Em sua conclusão a autora identifica diversos problemas que surgiram com a federalização do PCV, desde a falta do MinC em disponibilizar, de forma organizada, dados e metodologias de trabalho, que pudessem auxiliar tanto na comunicação entre os pontos, quanto em seu acompanhamento; como a falta de estrutura nas esferas estaduais e, principalmente, municipais, para acompanhar e administrar esse modelo de política pública compartilhada.

Todavia, houve pontos positivos como o fato da Secretaria de Cultura da Bahia rever a forma de contratos e gestão financeira dos PC tais como:

dispensa de licitação e não apresentação de contrapartida por parte dos Pontos de Cultura; acompanhamento dos projetos por meio da presença *in loco* dos representantes territoriais da cultura; distribuição de DVDs com programas em software livre; entrega de placa de identificação para os Pontos de Cultura exporem na sede ou no local de realização do projeto; parceria com outros órgãos do estado (Secti e Ingá). (ROCHA, 2011, p. 172)

A tese de doutorado de Carla Sartor (2011), também faz uma análise teórica da importância do PCV dentro do contexto das políticas públicas em cultura no Brasil. A autora faz uma pesquisa documental exaustiva, sendo que duas de suas principais contribuições são a bibliografia extensa sobre o assunto, e os anexos, que reúnem vários documentos importantes produzidos pelos pontos, pontos, Teias e pelo MinC. Todavia, ela se vale também de sua experiência e

pesquisa de campo em PC do estado do Rio de Janeiro. Seu pressuposto é a da possibilidade dos PC,

serem o lugar da criação e não da instrumentalização da cultura, sobretudo sem a exigência do produto em si, mas onde o processo vivido por um coletivo é o mais importante, uma vez que são ampliadas as perspectivas, a possibilidade de escolha e de horizontes. (SARTOR, 2011, p. 27)

Em sua conclusão, a autora enumera onze características/ações que impactaram as comunidades locais com o advento do PCV, exemplificando-as através de sua pesquisa e experiência no programa. São eles: pontos como subsídios para políticas públicas; pontos como desafios; pontos como fluxos; pontos como memória e força política; pontos de contradição; pontos de suporte, interação e itinerância; pontos de experimentação e experiência coletiva; ponto de investigação e mobilização; pontos de resistência; pontos em processo; pontos em disputa: ampliação do acesso público, de conceitos e valores; pontos a conquistar. (SARTOR, 2011, p. 333-347)

Por fim, a tese de Patrícia Dorneles, defendida em um programa de Geografia, procura investigar como os “conceitos de território e territorialidade se constituem a partir do espaço 'geração de ambiência' (Rego 2000¹⁵) promovida nos Ponto de Cultura fomentados pela sua ação cultural” (DORNELES, 2011, p. 16). Seu foco são os PC da Região Sul do país. Dorneles baseia sua compreensão de territorialidade (interna e externa) a partir do conceito desenvolvido por Raffestin¹⁶:

utilizaremos aqui o conceito de territorialidade interna referindo-nos aos grupos minoritários que lutam por seus direitos sociais e pelo reconhecimento de diferença cultural em relação ao grupo cultural majoritário. Por territorialidade externa compreendemos, tal como coloca o autor [Raffestin], que refere-se a multiterritori-

¹⁵ REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEINDRICH, Álvaro (Orgs.) *Geografia e educação: geração de ambiências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

¹⁶ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

alidade existente na sociedade em geral. (DORNELES, 2011, p. 180)

Sua conclusão é que “o grande trabalho de suas ações [Pontos de Cultura da Região Sul] está no fortalecimento da identidade cultural local, da inclusão digital e da formação de cidadania” (p. 301). Em relação à questão da territorialidade, sua análise das experiências dos PC evidencia o que “Milton Santos entre outros já pautaram: em escalas menores, a potência da localidade pode fazer contrapartida aos processos da globalização” (p. 309).

2012

A tese de doutorado em linguística de Rosângela Freire (2012) reconstitui a história da Tipografia São Francisco, fundada em 1936 na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, responsável pela publicação de cordéis por mais de meio século e posteriormente identificada como Lira Nordestina. Em 2005 essa tipografia se torna Ponto de Cultura, oferecendo oficinas de xilografia e impressão de cordéis, além de participar da Ação Griô. Assim como diversos folcloristas das décadas de 1950 e 1960 prenunciaram o fim de diversos folguedos folclóricos, outros acreditaram que a arte da xilografia estaria com os dias contados. Todavia, a pesquisa mostrou que essa arte continua viva, graças ao esforço pessoal de seus herdeiros, e de seu ingresso no PCV, por meio das diversas oficinas de xilografia oferecida em escolas públicas, ou pelo entusiasmo com que algumas pessoas celebram a leitura dos cordéis, que continuam à venda nas feiras populares.

O contexto da pesquisa de especialização em gestão cultural de Valéria Labrea se dá em meio às discussões sobre o redesenho do PCV, lembrando que essa pesquisadora fez parte do Grupo de Estudo que elaborou o relatório redesenho do programa. Para esse texto a pesquisadora se vale da análise de discurso para

descrever o funcionamento das redes do CV a partir do *discurso*, do que é dito *sobre elas*, em um primeiro momento, focando o discurso institucional que descreve o funcionamento das redes do Programa e em um segundo momento a partir do discurso que descreve o que as redes *fazem*, do que é *dito* pelos Pontões de Cultura sobre seus *problemas, limites e potências*. Os Pontões do CV construíram uma *narrativa* sobre o Programa e ela reflete os lugares sociais e ideológicos de cada sujeito, ela mostra os diferentes níveis de entendimento que circulam na formação discursiva que compõem o CV, a disputa pelo sentido. (LABREA, 2012, p. 4-5, ênfase do original).

Para Labrea, apesar do discurso institucional propor a criação de uma rede complexa, que se articula em vários níveis, essa só existe de forma fragmentada. Isto é, “existem várias redes, muitas e variadas, temáticas, territoriais, virtuais, locais, estaduais, nacionais, sempre no plural, mas um espaço coletivo único - uma Rede do CV - ainda está para ser construído” (p. 16). Por isso sugere que distinguir as redes temáticas, já instituídas, da criação de uma “rede mais estruturada, voltada à governança do CV [...] um espaço de articulação política e teria como finalidade articular os pontos e pontões a fim de poder acompanhar, monit[or]ar, avaliar e dar visibilidade ao plano de trabalho desenvolvido.” (p. 17-18).

Já a dissertação de Ariel Nunes (2012), parte de uma etnografia em Pontos de Cultura de Goiânia e Brasília para discutir o funcionamento do PCV como um todo. Uma observação feita pela pesquisadora é que,

como um novo paradigma político-cultural, os Pontos de Cultura vieram acompanhados de demandas que extrapolam o círculo de atuação das instituições nacionais. Estas demandas apontam para distorções entre as realidades locais e o projeto político nacional, ou seja, tensões entre os grupos orientados para a Nação, e gru-

pos orientados para a comunidade (Wolf, 1955¹⁷ e 1956¹⁸). (NUNES, 2012, p. 65)

Em sua experiência, a autora vivenciou o que chamou de “desajustes entre proposta inicial do Programa e a execução desta política” (p. 76), ao perceber como a “burocratização e o engessamento do aparelho estatal brasileiro impediam a execução desta política tal como foi idealizada” (p. 76). Problemas mais graves também foram verificados, tais como PC vinculados a partidos ou que estabeleciam relações suspeitas com o poder público local, ou PC que utilizavam o recurso de forma irregular. E cita uma entrevista que realizou com Célio Turino, que teria reconhecido que, “no Brasil, a proposta redundou em sobreposição de poderes, o que bloqueou o exercício do protagonismo, do empoderamento e da autonomia dos ponteiros.” (p. 76-77).

A dissertação de Sônia Cunha (2012) estudou o caso do Ponto de Cultura Cinema para Todos, localizado na cidade de Natal-RN. A observação para esta pesquisa foi realizada durante três oficinas de cinema e vídeo, no ano de 2010, nos municípios de Açu, Lajes e São Gonçalo do Amaral. Seu objetivo foi o de “identificar o processo de apropriação do recurso audiovisual (vídeo digital) para a produção coletiva simbólica (prática videográfica participativa que expressa a cultura popular) num contexto sociocultural onde estão as minorias” (CUNHA, 2012, p. 7).

Além do aprendizado técnico em relação à manipulação de equipamentos e da linguagem fílmica, habilitando-os a atuar em novos espaços profissionais, a pesquisadora identificou diversos pontos positivos nas ações desse PC, entre as quais destacamos: desenvolvimento da capacidade de autonomia; do poder de decisão para plane-

¹⁷ WOLF, Eric R. Types of Latin American peasantry: a preliminary discussion. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 57, No. 3, Part 1 (Jun., 1955), pp. 452-471. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/665442>. Acesso em: 11 set. 2015.

¹⁸ WOLF, Eric R. Aspects of Groups Relations in a Complex Society. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 58, No. 6 (Dec., 1956), pp. 1065-1078. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/666294>. Acesso em: 11 set. 2015.

jar e agir; criatividade; e conscientização da participação política e cidadã (p. 116). E finaliza:

São agentes que aprenderam a se reconhecer no enquadramento da câmera, descobriram a autoestima, nos prêmios obtidos em festivais e mostras locais, e vislumbraram uma possibilidade de alcançar um *status* profissional numa carreira ainda em arquitetura. (CUNHA, 2012, p. 120).

Por fim, a dissertação de Denise Diba (2012) defendida no programa de medicina preventiva da faculdade de medicina da USP procurou compreender

de que maneira as atividades de teatro têm sido compreendidas e operacionalizadas no trabalho realizado nos últimos anos pelo Instituto Pombas Urbanas no Centro Cultural Arte em Construção, distrito de Cidade Tiradentes [município de São Paulo], analisando *se e como* elas podem estar relacionadas com a Promoção da Saúde de jovens participantes do projeto. (DIBA, 2012, p. 13, ênfase do original)

Esse distrito Cidade Tiradentes já foi considerado uma região muito violenta e muitos jovens relataram sobre a dificuldade e o preconceito que já sofreram por morarem no local (p 50). De acordo com pesquisa da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, esse distrito está entre os com maior Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). Em 2004, o Instituto Pombas Urbanas ocupou um galpão de 1600m² na zona leste de São Paulo, onde já havia funcionado um supermercado, mas ficou abandonado por quase dez anos, “sendo utilizado como ponto de uso e tráfico de drogas, esconderijo de ladrões, habitat para ratos e escorpiões, etc. Enfim, o oposto de um ambiente favorável à saúde.” (p. 76)

A autora realizou uma pesquisa etnográfica, acompanhando durante um ano o trabalho realizado pelo grupo de teatro Pombas Urbanas com interesse em analisar a relação existente entre a participação nestas atividades, a redução da vulnerabilidade e o empodera-

mento (em caminho oposto ao do assistencialismo), considerados como componentes importantes da Promoção da Saúde.

A pesquisadora reconhece que essa transformação do local e da comunidade foi possível não só pelo interesse e capacidade de um grupo de pessoas, mas também pelo acesso a recursos financeiros do estado, entre os quais o PCV. Conclui dizendo que, no caso estudado, a forma como é proposta a vivência teatral tem proporcionado mudanças positivas em vários aspectos determinantes da saúde da vida dos jovens relacionados ao trabalho, lazer, sexualidade, relacionamento com familiares e com a comunidade.

2013

Medeiros (2013) faz uma análise do PCV, com o foco na reformulação de políticas culturais e a relação direta com as comunidades, criando os Pontos de Cultura. Objetiva analisar como os pontos de cultura passam a integrar a organização da cultura no estado de São Paulo e, mais especificamente, qual o perfil dessas organizações e qual o efeito da inclusão de diferentes tipos de organização na política pública de cultura. Sua área de interesse é a administração, dessa forma, sua análise baseou-se em pesquisa de cunho documental e um *survey* com as organizações participantes do programa.

Ao comparar o PCV com o modelo de mecenato promovido pela Lei Rouanet, tal como fez a pesquisa de Santos (2008), a autora diz que é possível afirmar que o PCV promove uma maior distribuição regional, e inclusão de novas organizações que antes não tinham nenhum acesso ao financiamento público, resultando numa maior diversidade de perfis.

Como efeito da inclusão de diferentes tipos de organização na política pública de cultura, o campo organizacional da cultura muda, por passar a ser mais diverso, já que passa a contar com organizações de naturezas distintas. O campo não conta apenas com companhias teatrais, cineastas e grupos musicais consagra-

dos, por exemplo, mas também com associações comunitárias, institutos de pesquisa, cooperativas de agricultores, por exemplo. (MEDEIROS, 2013, p. 148)

E finaliza afirmando que uma política pública, no caso o programa Cultura Viva, é capaz de modificar a organização cultural, ao alterar a composição e as relações estabelecidas de poder, gerando competições no campo organizacional, modificando até mesmo o perfil e a formação de relação das organizações (p. 150).

A dissertação de Luciana Lima (2013) traz um panorama da implantação do PCV no Estado de São Paulo a partir de uma análise documental. Sua principal preocupação diz respeito aos entraves legais e jurídicos encontrados no processo da prestação de contas nesse modelo de parceria entre estado e sociedade civil.

Seu texto é bastante minucioso na análise dos problemas relacionados à prestação de contas, comparando os PC apoiados através da rede estadual com os beneficiados pelo MinC, através de questionários submetidos. Sua análise conta com diversos gráficos comparativos, demonstrando como diferentes modelos de prestação de contas impactam nos problemas vivenciados pelos PC.

Sua conclusão está em sintonia com diversas outras pesquisas sobre PCV, ao identificar que “seu delineamento conceitual inovador não condiziam com os mecanismos de implementação adotados para consecução de seus objetivos”, pois:

O excesso de demandas administrativas apresentava-se como agravante, também, para os Pontos de Cultura. A estrutura necessária para lidar com a gestão dos recursos públicos e a infinidade de preceitos jurídicos para a execução dos projetos acabou por gerar entraves relacionados às alterações nos planos de trabalho, aos procedimentos de compras e contratações, à gestão financeira dos recursos e às despesas administrativas de boa parte das instituições contempladas. (LIMA, L., 2013, p. 219)

Suas conclusões demonstram que, as instituições que possuíam assessoria jurídica e contábil tiveram menos problemas na prestação de contas e que, quando existia um formato de prestação de contas simplificado, “uma estrutura mínima de contabilidade era suficiente para lidar com as demandas de controle” (LIMA, L., 2013, p. 221).

Cleiton Paixão dedica sua tese de doutorado em Ciências Sociais ao estudo das políticas públicas em cultura no Brasil, desde a era Vargas (1930-1945) até o final do governo Lula (2003-2010). É uma pesquisa documental/historicista, que identifica rupturas e continuidades nessas políticas “até assumir, em décadas mais recentes, particular centralidade” (PAIXÃO, 2013, p. 1).

De acordo com o pesquisador, o PCV tem origens no conceito de economia criativa na década de 1990 na Europa. Mas, com um discurso que vai ao contrário de muitos, procura demonstrar e problematizar que é durante essa última década, mais especificamente com a criação do PCV, que “a relação entre economia e cultura se concretiza de forma mais plena” (p. 1). Sua posição é que,

de maneira minuciosa, a intervenção na área cultural realizada pelo governo Lula procurou adequar as políticas e programas culturais ao processo de desenvolvimento econômico (PAIXÃO, 2013, p. 13).

De acordo com o autor, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso tiveram o sociólogo Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, “que marcou a pasta com uma gestão na qual o trabalho artístico passou a depender de uma adequação a um padrão de cultura regulado pelo mercado” (p. 76-77). Ele se refere, principalmente, à Lei Rouanet e à Lei do Audiovisual: “O documento distribuído pelo Ministério no período, intitulado *Cultura é um bom negócio*, demonstrava o pensamento desse governo a respeito da área” (p. 77).

Em relação ao governo Lula, o autor destaca a criação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais (SIIC), cuja finalidade

era “apontar as possibilidades de inserção da área cultural como um *setor produtivo* na economia” (p. 135, ênfase do original). Outro elemento importante foram os dados levantados pela pesquisa do IBGE (2006), nas quais “os serviços e produtos culturais nacionais representam em torno de 10,1% da economia brasileira.” (p. 137).

Em relação ao PCV, o autor conclui que, apesar de ter se consolidado como política de Estado em 2012,

na realidade ampliou as possibilidades de investimento da iniciativa privada. A lógica exercida pelo programa foi a de promover e fomentar um Ponto de Cultura até que ele se consolidasse e tivesse condições de buscar sua sobrevivência sozinho na competitividade do mercado. (PAIXÃO, 2013, p. 181)

A dissertação de Deborah Lima também realiza uma investigação sobre o desenvolvimento do PCV a partir de uma análise documental/historicista. Sua intenção é “compreender especificidades da relação que se construiu entre o Ministério da Cultura e os partícipes envolvidos no processo” (p. 18), focando nas “mudanças de concepções, tanto dos sujeitos quanto do pensamento político” (LIMA, D., 2013, p. 18).

Sua atenção está voltada, entre outros aspectos, para a transversalidade das políticas públicas em cultura, ou seja, em como são coordenadas as ações que permitam que esse investimento público seja compartilhado entre diversas pastas governamentais e a sociedade civil. Essa ideia é posta em prática no conceito de gestão compartilhada, nas redes de comunicação, e nas Teias. Seu texto faz uma boa análise das Teias de 2006 a 2010, inclusive sobre o contexto dos anos de 2011-2012, quando não foi realizada nenhum encontro. E conclui que,

De uma forma geral, o Cultura Viva reacende o debate sobre o papel do político na gestão de uma ação governamental e no diálogo construído com a sociedade civil. Especialmente em um campo com poucos recursos e muitas escolhas políticas sobre como e onde o montante financeiro existente pode ser empregado

do, o trabalho desempenhado pelo gestor/político cumpre uma função de mediação entre o possível a ser feito e o necessário, dois mundos bem distantes. (LIMA, D., 2013, p. 193)

A pesquisa de Pedroso (2013) investiga como a cultura digital no PCV contribuiu para a transformação da rede de PC em um movimento social. Sua metodologia é baseada em estudos documentais, bibliográficos, e no que chamou de netnografia, que pode ser relacionada à ideia de uma etnografia do ambiente virtual (no sentido do “não-lugar”, espaço não localizável geograficamente). Para realizar sua netnografia, o autor passou a integrar uma lista de e-mails chamada *pontossp*, criada pela Comissão Paulista de Pontos de Cultura em 2007, e contava com 743 membros, que podiam ser participantes da rede de PC do Estado de São Paulo e por interessados em movimentos culturais.

Ao reconhecer a pluralidade de ideologias e posicionamentos políticos, e a inexistência de uma grande rede de comunicação que congregue todos os PC nacionais, seu texto conclui que:

apesar da falta de afinidade entre alguns grupos, existe em todo esse processo pequenas redes já formadas, e que dão base e suporte para a existência de uma *potência de formação* de um movimento social de abrangência nacional, ainda mais quando verificada a importância que se tem o uso das ferramentas digitais na articulação dos grupos. Assim, a Cultura Digital e o Software Livre (premissas do Programa Cultura Viva) se mostram como importantes fundamentos nesse processo. (PEDROSO, 2013, p. 80, enfatizou-se)

Por fim, a tese de Alba Marinho (2013) tem como foco os Pontos de Cultura situados em Olinda, Pernambuco, enquanto espaços de práticas culturais de interesse turístico. Seu interesse está nas mudanças promovidas nas entidades após o convênio com o PCV, procurando a continuidade de suas ações com vistas à sustentabilidade independente das políticas públicas. De acordo com a autora, a rede formada entre os PC se mostra essencial para esse objetivo. Ao mesmo

tempo, identifica que uma rede de relacionamento já existia, entre determinados grupos, mesmo antes de passarem a integrar o PCV, conforme expõe nos depoimentos de seus informantes (MARINHO, 2013, p. 22-25). Nos depoimentos coletados, a rede é vista tanto de forma benéfica como negativa.

Após contextualizar os recentes movimentos culturais de Pernambuco e rever a implementação do PCV nesse estado, a autora faz um levantamento do estado dos 15 PC situados na cidade de Olinda, incluindo endereço, contato, área de atuação e situação à época. Interessante também é sua análise do processo de internacionalização do PCV.

Ao retornar à questão do turismo, a autora acredita que “hoje, talvez mais do que outrora, considera-se o resgate da memória histórica e a vivência dos espaços culturais como um elemento essencial à inclusão e à conquista da plena cidadania” (p. 134), identificando o PC da Xambá como um exemplo dessa ação. E finaliza seu texto reconhecendo que:

Os Pontos de Cultura de uma forma geral, e particularmente os de Olinda, representam o reconhecimento e inédito empoderamento dos saberes, destacadamente os imateriais, que são trazidos para o centro da agenda das políticas públicas. [...] Quanto ao *trade* do turismo, são agentes que podem se impor no lugar por meio das grandes operadoras de viagens e agências de receptivo. Porém a força da horizontalidade que vem do lugar também podem se associar aos que vêm de fora do lugar, ONGs por exemplo. As experiências relatadas sugerem otimismo visto acenar à aproximação e cogestão entre os Pontos de Cultura, as organizações não governamentais e o Poder Público, associados a mobilização dos cidadãos, engendrando a possibilidade inovadora de inibir vícios advindos tanto da cultura quanto do turismo. (MARINHO, 2013, p. 149-150)

Defendida em 2014, a tese de Mariela Muruga foca na rede dos Pontos de Cultura do Distrito Federal. Seu objetivo principal foi

analisar as possibilidades de configuração de uma rede cultural dentro do espaço urbano, que vise colaborar, difundir e, sobretudo gerar ações para que o cidadão tenha maior acesso e participação nas áreas da arte e a cultura no Distrito Federal, abrindo assim também a oportunidade de fazê-lo participe na conformação de políticas públicas culturais. (MURUGA, 2014, p. 15)

Seu foco está na estrutura tecnológica do DF para a implementação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na criação de uma rede digital que possibilite tais ações culturais voltadas à comunidade local. Para a autora, as TICs “estão sendo consideradas como um dos pilares da sociedade contemporânea, sua inserção gera novas práticas de interação e participação por parte do cidadão” (p. 42). Sua discussão envolve o conceito de Cidade Digital de Toru Ishida¹⁹, que seria a “construção de uma arena na qual pessoas em comunidades regionais possam interagir e partilhar conhecimento, experiências e interesses mútuos” (ISHIDA *apud* MURUGA, 2014, p. 43).

Em seguida a autora faz diversos mapeamentos dos Pontos de Cultura do DF, cruzando informações sobre ações e localidade dos pontos, chegando a uma possível rede de Pontos e Pontões (p. 104), calculando as relações de densidade e centralidade com o software UCINET. Sua pesquisa identificou que os

Pontos de Cultura do DF não interagem em rede para a realização de atividades em conjunto, por outro lado o incentivo deles na hora de entrar no Programa estava focado em receber recursos e não demonstraram interesse na formação de redes ou criação de vínculos fato que não foi incentivado pelo MinC/SCDC por falta

¹⁹ ISHIDA, Toru. “Digital City Kyoto”, *Communications of the ACM*, Vol. 45, n 7, p. 76-81, Julho 2002.

de experiência na gestão de um programa social desse porte. Na hora de analisar de forma estatística a rede percebemos alguns pontos com baixa interação mas com eixos que poderiam aportar novas perspectiva para a rede geral. (MURUGA, 2014, p. 114)

Entretanto, conclui afirmando que a rede de PC do DF tem potencial para funcionar apropriadamente, como se imaginou teoricamente, a partir da inserção de novos atores, como os monitores e comunicadores (p. 118), organizando-se a partir de relações como: eixos temáticos; parceria de serviços; apadrinhamento; e eventos conjuntos.

Bezerra (2014), em seu trabalho, traz para a discussão os conceitos de cultura popular para a constituição de políticas públicas na área da cultura, além de discutir as formas com que os sujeitos envolvidos no processo conceituam a cultura popular como direito. Essa pesquisa tem como objeto de análise três PC de Fortaleza-CE. Dessa forma, contextualiza a criação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a cultura popular e problematiza os conceitos dados para a constituição dessas políticas. Para a autora, sua pesquisa se insere em uma nova demanda por olhares críticos ao PCV, “que ultrapassa a análise da Ação em si, e reflete sobre a própria política cultural como indutora de uma autodiscursividade pelos agentes do objeto do discurso” (p. 22).

Nesse sentido, tomando a política cultural como uma articulação simbólico-discursiva, que define conceitos e significados, como um espaço de enfrentamentos, procurei compreender nesta pesquisa as construções discursivas acerca do conceito norteador das políticas públicas para as culturas populares, que é a própria definição dessas culturas, através da análise dos discursos institucionais e por meio dos discursos dos agentes do campo das culturas tradicionais e populares. (BEZERRA, 2014, p. 26)

Para alcançar esse objetivo, fez uma pesquisa documental sobre o PCV, e “entrevistas semiestruturadas em profundidade com os sujeitos dos três Pontos de Cultura” (p. 28). Em sua conclusão, a au-

tora identifica que os Pontos de Cultura variam seu discurso entre o alinhamento ao discurso oficial, como forma de se adequar à norma e ter acesso aos mecanismos de fomento, e a negação ou resistência ao uso de concepções acadêmicas.

Nesse sentido, destacamos como os sujeitos do campo das culturas populares operam dois movimentos: por um lado, reivindicam em seu próprio espaço e lugar discursivo a produção simbólica do que se afirma por cultura popular, mestre ou Griô; essa reivindicação significa uma disputa pela legitimação de um discurso entre os “iguais que se pensam diferentes”; por outro lado, realizam uma apropriação e uso do discurso do Estado para ter acesso ao fomento e à visibilidade de suas práticas culturais. (BEZERRA, 2014, p. 157).

Em consonância com a pesquisa de Bezerra (2014), o trabalho de Labrea (2014) se desdobra em cima dos discursos dos sujeitos envolvidos com os espaços de interlocução entre os gestores, pontos e pontões de cultura. Sua metodologia baseou-se na análise do discurso a partir da memória discursiva desses sujeitos. Nesse percurso, a autora busca os significados dos processos vivenciados e o sentido que produzem nestes sujeitos, percebendo uma contribuição para um projeto societário que valorize as experiências e a diversidade da cultura brasileira. É interessante que seu texto também tem uma veia bastante crítica, sem se deixar levar pelo “encantamento” pelo PCV. Isso provavelmente aconteceu pelo fato da autora já estar envolvida há algum tempo com a organização de seminários sobre o PCV (RANGEL; LABREA, 2009; RANGEL, DOUNIS, LABREA, 2009), ou pesquisas sobre o programa (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014; LABREA, 2012; LABREA; CHALUB, 2014).

Em seu trabalho, é possível enxergar uma ação paradoxal por parte do Estado que, ao mesmo tempo cede espaço para uma gestão compartilhada como estratégia em atingir os objetivos do programa, onde também se forma uma rede híbrida que constrói um espaço contra hegemônico, e contraditoriamente mantém e perpetua diversas

relações hierárquicas. Ao abordar a não funcionalidade das redes temáticas Labrea afirma:

Se a descrição acima descreve e sintetiza as redes do Cultura Viva, a proposta de gestão compartilhada e transformadora é ainda mais sucinta porque ela não ancora em práticas concretas, não há espaços institucionais, não há clareza do que deveria ser compartilhado e essa agenda de encontros e reuniões - que se entende como participação social -, se esgota em si mesma porque não há memória institucional publicizada, problematizada, debatida, conversada, construída junto (p. 316)

Para a autora, o que acontecia nos “encontros das ações e na agenda de reuniões” foi, por um lado, a inclusão de segmentos populares até então negligenciados, procurando quebrar com a “*lógica da humilhação e a pedagogia da desigualdade* característica da relação entre Estado e segmentos sociais vulneráveis” (p. 316); e por outro lado, a oportunidade dos pontos se mostrar seus saberes, vê-los reconhecidos e nomeados, fazendo com que “a profusão de tanta diversidade tornava cada encontro um momento de *transcendência*, de ser [sic] ver no olhar do Outro” (LABREA, 2014, p. 316).

E finaliza seu texto ao identificar que:

As redes híbridas revelam que a comunidade disputa a hegemonia representada pelo Estado e pelo mercado, e ela se concretiza na disputa de narrativas. Os *pequenos mundos* têm, cada um, a *sua narrativa* e essas narrativas isoladas, mas principalmente reunidas, desconstroem e reconstroem o discurso do Cultura Viva. O espaço de interlocução nessa lógica, torna-se um espaço de poder, de tomar para si a posição de narrador que diz o que é a política pública. (LABREA, 2014, p. 324)

O último texto que será aqui analisado é a dissertação de mestrado de João Nogueira, defendida na Escola de Comunicações e Artes da USP. Sua pesquisa em Ciência da Informação se baseia em uma “corrente teórico-metodológica denominada *Mediação, Circulação e Apropriação da Informação*, que adota uma abordagem históri-

ca, social e política do conhecimento, da informação e do saber” (NOGUEIRA, 2014, p. 9). De acordo com o autor,

O estudo através das mediações culturais indica antes de qualquer coisa as mediações políticas da organização da informação, e assim, por isso mesmo, procura em lugares além dos já consagrados, além dos “acervos”, indícios dos novos dispositivos que medeiam as relações socioculturais de hoje com a “informação”: da cultura dispersa, materializada na criatividade cotidiana da produção popular e sua mediação com o imaginário das massas, à sua institucionalização que, “antropologizada”, indica novos e ambíguos caminhos para o desbloqueio de suas amarras a partir das políticas públicas de cultura contemporâneas. (p. 68)

Dessa forma, seu objetivo foi o de:

mapear, compreender e avaliar as mediações culturais, técnicas e da informação relacionadas ao âmbito das políticas públicas de cultura no Brasil contemporâneo, acompanhando sua implantação e desdobramento em diferentes instâncias: das macropolíticas elaboradas pelo Ministério da Cultura (MinC), passando pelos arranjos institucionais locais que a viabilizam até as relações estabelecidas com seus públicos/beneficiários. (p. 12)

Seu objeto de pesquisa foi a análise da implementação do PCV a partir da Rede Municipal de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto-SP. Faz uma discussão interessante sobre o papel do Pontão na mediação entre os PC e o MinC, e como foram as ações e dificuldades em “por em prática uma ideia que se presumia a mais natural: as interações colaborativas e potencialmente criativas entre Pontos.” (p. 149).

Em sua conclusão reflete sobre o quanto a abordagem a partir das mediações pode auxiliar a Ciência da Informação a ir além do pensamento clássico e levar em consideração “tudo o que de nossa realidade social e cultural não cabe nem em sua sistematização nem em sua 'dialética’”.

A questão fundamental refere-se ao reconhecimento dos condicionantes contextuais e culturais dos modos de produção do sentido e de articulação no simbólico a partir da constatação da pluralidade de experiências estéticas e dos modos de fazer e usar socialmente a cultura. (NOGUEIRA, 2014, p. 189)

Análise da revisão bibliográfica

A partir dessa revisão bibliográfica, fizemos o cruzamento de alguns dados e identificamos que a maioria das instituições que realizaram pesquisas sobre o PCV se concentram nas regiões Sudeste (18) e Nordeste (13), havendo quatro no Centro-Oeste, e somente uma na região Sul. Dentre os estudos analisados, nenhum foi realizado por uma instituição de ensino no Norte do Brasil.

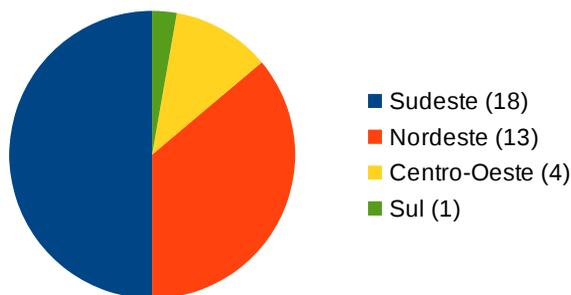


Figura 01: Gráfico analítico da região das instituições onde foram defendidas as pesquisas

Dessas trinta e seis pesquisas analisadas, somente vinte e cinco envolvem algum tipo de trabalho de campo e/ou análise de um ou mais Pontos de Cultura específicos²⁰. Isso nos deixa um total de doze trabalhos voltados, principalmente, para uma discussão teórica sobre o PCV, baseados em pesquisa bibliográfica e documental.

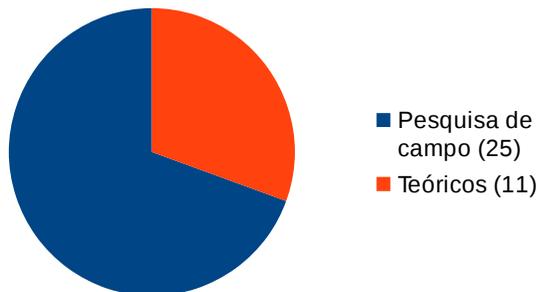


Figura 02: Gráfico analítico da relação entre os trabalhos teóricos e os que envolvem alguma forma de pesquisa de campo.

Dos vinte e cinco trabalhos que envolvem algum tipo de pesquisa e campo, a maioria envolve Pontos de Cultura no Nordeste (13), sendo que todas as regiões são alvo de ao menos uma pesquisa: 1 no Norte; 1 no Sul; 2 no Centro-Oeste; e 8 no Sudoeste.

Esse é um dado interessante pois, apesar de a maioria das pesquisas serem desenvolvidas em instituições do Sudeste brasileiro (18 de 36), quando há pesquisa de campo, o interesse é maior nos PC do Nordeste (13 de 25).

²⁰ Ainda assim, muitas das pesquisas que envolvem contato com os PC utilizam questionários como coleta de dados para suas pesquisas, exemplificando uma das reclamações recorrentes dos “ponteiros”, que era o fato de estarem sempre tendo que preencher questionários diversos.

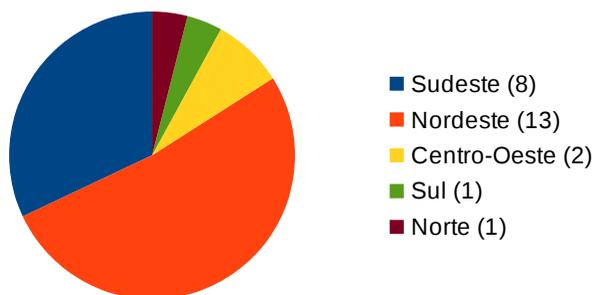


Figura 03: Gráfico analítico da região onde foram realizadas as pesquisas de campo

Essa revisão bibliográfica nos auxiliou a identificar três espaços os quais a atual pesquisa procurou ocupar: 1) Pouca quantidade de trabalhos realizados por instituições do Centro-Oeste; 2) Poucos trabalhos sobre a realidade dos PC do Centro-Oeste; 3) Poucos trabalhos com foco nas mudanças positivas que o PCV tiveram em suas comunidades.

Em seguida iremos descrever como essa pesquisa foi realizada a partir do treinamento teórico, prático, sua metodologia de pesquisa, e os resultados obtidos.

Capítulo 3 – Desenvolvimento do Projeto

Essa pesquisa começou a ser gestada no ano de 2012, em meio às discussões sobre o Redesenho do Programa Cultura Viva, quando surgiu a ideia da criação de um Observatório de Políticas Públicas Culturais dentro da Universidade de Brasília. Todavia, a assinatura do Termo de Cooperação nº 10/2013 entre a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do MinC e Observatório de Políticas Públicas/UnB só ocorreu em 11 de dezembro de 2013. Esse termo previa descentralização de um valor orçamentário para ser gerido pela FINATEC, com o objetivo de: 1) Criar uma plataforma virtual para a implementação, alimentação de dados do Observatório da Cultura – Minc/CEAM/UnB; 2) Realização de pesquisa sobre o Programa Cultura Viva.

A primeira reunião do projeto ocorreu no dia 28 de Março de 2014, quando reuniram-se os pesquisadores coordenadores do projeto: a Profa. Fátima Makiuchi, o Prof. Hugo Ribeiro, o Prof. Mário Brasil, e o Prof. Flávio Santos. Durante todo o mês de março ocorreram diversas reuniões para revisar os objetivos do projeto, delimitar as ações de cada pesquisador, e traçar o perfil dos bolsistas necessários para o êxito do mesmo.

Ainda em março foi lançado um edital público para chamada de bolsistas, contemplando duas modalidades de bolsa: 2 bolsas para pesquisadores que estivessem cursando mestrado na UnB; 4 bolsas na modalidade de Iniciação Científica para alunos de graduação nessa mesma instituição.

Após a seleção das bolsistas, no mês de maio passamos para a primeira fase do projeto que consistia na preparação técnica e teórica

da equipe. A preparação teórica iniciou-se com a leitura de textos sobre o Programa Cultura Viva (TURINO, 2010; BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010; BARBOSA DA SILVA e CALABRE, 2012; BARBOSA DA SILVA e LABREA, 2014; LABREA, 2014). Após a leitura inicial sobre o PCV, as bolsistas de mestrado iniciaram uma busca sistemática em bancos de teses, dissertações, e internet em geral, à procura de todo texto acadêmico que abordasse direta ou indiretamente o PCV. Essa busca gerou mais de cem fontes bibliográficas, que foram utilizadas na revisão bibliográfica. Em seguida passamos à leitura dos referenciais teóricos que iriam orientar a pesquisa de campo. Foram lidos textos de Geertz (2004, 2012), Foucault, (2000), Bourdieu (1983), LaPlantine (1996), Fino (2003; 2008), todos a respeito das características, e problemas que poderiam ser encontrados na pesquisa de campo etnográfica ou na análise dos dados coletados.

No final do mês de maio, o Prof. Mário Brasil viajou para TEIA no Rio Grande do Norte, onde organizou o Primeiro Encontro dos Pontos de Cultura e Pesquisadores do Programa Cultura Viva. O objetivo principal do encontro foi a apresentação oficial desse projeto de pesquisa para os demais pesquisadores e para a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, formada por cinco representantes, um de cada região: Célia de Fátima Pinheiro Moreira (Sudeste), Sergio Meirelle (Sul), Leila Lopes (Centro Oeste), Maria Fulgência Silva Bonfim (Nordeste), e Lucimar Weill (Norte). Entre os pesquisadores, estiveram presentes a prof. Fátima Makiuchi (UnB), Lia Calabre e Débora Rabello Lima, ambas da Fundação Casa de Rui Barbosa. Após essa apresentação, aconteceram algumas intervenções e sugestões para o projeto, entre as quais, destacamos:

- Que o projeto levasse em conta sua ampliação para todo o Brasil, e que as pesquisas fossem feitas em interiores distantes e de difícil acesso, pois será essa situação que se encontrará em alguns pontos da Região Norte;
- Ênfase na necessidade de um maior preparo dos pesquisadores no que se refere à compreensão da dinâmica dos pontos,

antes de ir a campo. Citaram exemplo de pesquisas anteriores, onde as visitas foram em momentos inoportunos, pois aconteceram quando os pontos estavam em plena atividade e os ponteiros não tinham tempo para participar de entrevistas nem de responder questionários;

- Necessidade da criação de um Grupo de Trabalho permanente para a pesquisa e da necessidade de mais um encontro presencial, desse GT, antes de ter a pesquisa consolidada;
- Troca de informações com outras pesquisas que estão sendo realizadas como forma de auxiliar e fortalecer a rede de pesquisadores sobre o PCV;
- A necessidade de se fazer um levantamento dos trabalhos escritos sobre o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura.

Ressalte-se que todos esses pontos foram sendo incorporados ao ao longo da pesquisa, o que pode ser verificado nesse relatório.

Após cerca de três meses de leitura e discussão de textos, no mês de Agosto, quando chegaram os equipamentos solicitados²¹, iniciamos o treinamento da parte técnica, que consistiu na leitura de textos básicos sobre fotografia, a manipulação dos equipamentos, e treinamento de software a ser utilizado.

Seguindo o espírito do Programa Cultura Viva, utilizamos somente software livre para a manipulação, edição e criação de conteúdo, dando preferência a programas que rodem nas principais plataformas disponíveis (Linux, Mac, Windows). Os programas escolhidos foram: LibreOffice (edição de texto); Audacity (edição de áudio); Gimp (edição de imagem); Irfanview (edição e renomeamento de imagens). Juntamente com o treinamento dos softwares, foi criado um arquivo contendo o processo de padronização do uso desses softwares, assim como indicações de uso da máquina de fotografia digital.

²¹ Uma câmera de fotografia Nikon D5300, um gravador de áudio Zoom H4n, um tripé, dois computadores laptops, um desktop e uma impressora.

Após cerca de um mês de treinamento com os equipamentos, quando cada uma das bolsistas teve a oportunidade de levar para sua residência e testá-los das mais diversas formas, passamos para a parte prática de entrevistas. Esse teste envolveu uma bolsista para dirigir a entrevista enquanto duas outras se revezavam na gravação do áudio, vídeos e fotos. Esse pequeno teste se mostrou essencial para discutirmos sobre os problemas enfrentados durante essa vivência etnográfica, assim como o resultado dos processos de gravação de áudio e vídeo, antecipando uma situação que elas vivenciariam mais tarde.

Ainda nesse mês de Agosto de 2014, pudemos participar da Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura com o MinC, que aconteceu nos dias 25, 26 e 27. Nesse momento, os demais participantes do projeto puderam ter o primeiro contato com pessoas que participavam ativamente do PCV. Acompanhamos as discussões levantadas durante as reuniões e realizamos algumas entrevistas como forma de pôr em prática o treinamento realizado previamente. Durante tais entrevistas, tentamos focar na forma que os PC dos entrevistados contribuíram para suas comunidades. No decorrer da análise dessas entrevistas preparatórias, pudemos corrigir alguns erros de manuseio de equipamento e de condução da entrevista, que tentamos evitar em nossa pesquisa de campo.

Após essa primeira fase de preparação, iniciamos a fase de pesquisa de campo.

Sua preparação não foi tão simples quanto prevíamos, pois a maior parte dos dados que conseguimos a respeito dos Pontos de Cultura do Distrito Federal e demais Estados do Centro Oeste, estavam defasados. Dessa forma, muito tempo foi perdido tentando descobrir quais os Pontos que estavam ativos e como contatá-los.

Nessa segunda fase conseguimos contatar e visitar oito Pontos de Cultura no Distrito Federal. Em relação às viagens interestaduais, essas foram mais proveitosas, sendo que foram visitados três Pontos no Mato Grosso do Sul, quatro Pontos no Mato Grosso, e três de Goiás. Dessa forma, a pesquisa de campo finalizou com a visita a dezto Pontos de Cultura.

A terceira fase foi caracterizada pelo estudo mais aprofundado do FIB, análise dos dados a partir de seus domínios, e escrita desse texto final.

Metodologia

Esse é um projeto piloto que foi pensado para ser replicado, posteriormente, em outras regiões do Brasil. Uma vez que os coordenadores do projeto são diretamente ligados à Universidade de Brasília, escolheu-se iniciar o projeto pela região Centro-Oeste. Dessa forma, como recorte metodológico inicial, foram eleitos todos os Pontos de Cultura do Distrito Federal e quatro Pontos de Cultura em cada um dos demais Estados da região. Nesses Estados seriam visitados dois PC na capital e dois PC em duas cidades do interior, numa distância máxima de 200km (duzentos quilômetros) da capital.

A escolha de se pesquisar PC em outros Estados está relacionado diretamente com a intenção de testar a logística necessária de tempo e gasto financeiro para tais viagens, como recomendado nos fóruns com os representantes dos PC. Uma vez que o Distrito Federal é a menor unidade federativa do país, sendo que a distância percorrida entre o centro de Brasília até sua fronteira mais distante não chega a cem quilômetros²², qualquer pesquisa realizada dentro dos limites do Distrito Federal pode ser feita saindo e voltando para dormir na residência própria do pesquisador, sem necessitar agendar viagens de avião, ônibus intermunicipais, deslocamento de táxi ou gastos com comida e hospedagem.

A inclusão dos PC nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás criou essa situação de viagem que, em regiões como o Estado de São Paulo, Amazonas, Bahia ou Pará seriam comuns e necessárias para realizar uma pesquisa semelhante. Dessa forma, pude-

²² Por exemplo, a distância do centro de Brasília para as quatro cidades de Goiás que a circunda são: Planaltina (Norte) 55km; Águas Lindas (Oeste) 40 Km; Valparaíso de Goiás (Sul) 40km; Emater Jardim (Leste) 80km.

mos testar não só a construção de uma logística que desse conta de todas as visitas programadas dentro de um certo espaço de tempo (foi definido uma semana para cada viagem interestadual), como vivenciar realidades que se mostraram bem diferentes daquelas encontradas dentro do Distrito Federal.

Inicialmente, dois critérios principais foram eleitos para a escolha dos PC a serem pesquisados nesse projeto piloto. O primeiro critério levava em consideração o tipo da ação desenvolvida nesses PC, escolhendo ao menos um PC relacionado a um dos Grupos de Trabalho ativos na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Outro critério de escolha seria o tempo de existência do PC, incluindo desde aqueles que se conveneram ao MinC entre os anos de 2004 a 2007 (primeira fase de implantação do programa), a pontos que se conveneram durante a fase inicial de federalização do programa (2008 a 2010), e pontos que tenham sido contemplados a partir de 2011 até o presente.

A metodologia foi baseada na pesquisa de campo etnográfica, realizada em cada um dos Pontos de Cultura contatados. Para alcançar esse objetivo, nós contamos com seis bolsistas: Duas de mestrado e quatro de graduação.

Uma vez que conseguíamos contatar algum dos pontos, marcávamos as entrevistas, que eram sempre realizadas por dois pesquisadores. Essa metodologia foi utilizada para que um pesquisador ficasse encarregado da parte técnica de gravação de áudio, vídeo e fotos, enquanto o outro poderia se concentrar mais diretamente na entrevista em si. Tais visitas foram pensadas para ser realizadas em três etapas:

1. Num primeiro momento os pesquisadores iriam visitar o PC, e fazer um levantamento de suas ações, intenções e sua estrutura física. Nessa etapa, seria realizada uma listagem de alguns participantes de oficinas e ações contínuas do PC, e escolha de alguns desses para serem entrevistados;

2. Na segunda parte seriam realizadas visitas à escolas e entorno do PC, para descobrir se a comunidade local se relacionava com o mesmo e se essa relação trouxe algum benefício à comunidade;
3. Na terceira parte seriam realizadas entrevistas com alguns participantes das ações promovidas pelo PC pesquisado, assim como seus familiares, com a intenção de descobrir se a formalização do PC teve algum impacto sobre seu modo de vida.

Como instrumentos de coleta de dados, foram realizadas:

1. Pesquisa bibliográfica e revisão do Estado da Arte, levando em consideração pesquisas sobre Pontos de Cultura;
2. Observação das estruturas físicas, ambientes e contexto no qual o PC está localizado;
3. Entrevista semiestruturada com gestores dos PC, professores, palestrantes e oficineiros, participantes e familiares;
4. Gravações de áudio das entrevistas realizadas nos diferentes espaços, com o intuito de analisar e revisar o discurso dos entrevistados;
5. Gravações de vídeo, tendo como objetivo registrar as entrevistas realizadas e poder analisar, posteriormente, as reações corporais aos estímulos verbais durante a entrevista;
6. Registros fotográficos, captando aspectos gerais do ambiente e do contexto dos PC;
7. Diário de campo, documento no qual o pesquisador iria escrever suas impressões sobre cada momento da pesquisa de campo, de forma intencionalmente subjetiva e pessoal.

Para a documentação e análise do processo foi muito importante o recurso audiovisual. Esses registros, além de ampliarem as possibilidades analíticas, serviram como importante ferramenta para ilustrar e complementar aspectos descritos nos textos gerados a partir

do trabalho, como o relatório técnico-científico, publicação de artigos, apresentação do trabalho em congresso, e publicação final do relatório.

Organização dos dados coletados

Uma das ações definidas foi que, após cada pesquisa de campo, todo bolsista participante iria, dentro de uma semana, escrever um diário de campo com sua percepção sobre o PC e sobre as entrevistas. Foi orientado que esse diário de campo fosse intencionalmente subjetivo. Por fim, o bolsista responsável pela parte técnica naquela visita, também teria que, em uma semana, transferir todos os arquivos de áudio, vídeo e fotos, para pastas individuais no computador de mesa de uso coletivo da equipe.

Para organizar tais arquivos no computador, foi escrito um tutorial com o processo de padronização dos nomes, abaixo exemplificado:

1. Todo arquivo deve ser nomeado sem espaço e sem pontuação:

Ex: Foto-Aniversario-Joao.JPG

2. O nome dos arquivos devem seguir a seguinte padronização:

Data-Sobrenome-Tipo-Local-numeração

3. A data deverá ser na seguinte ordem: Ano, Mês, Dia. Usar somente dois dígitos para ano, sem espaço entre os números.

Ex: 24 de Julho de 2014 = 140724.

4. O sobrenome será de quem foi responsável pelo arquivo. Por exemplo, quem criou o arquivo, quem tirou a foto ou quem filmou o vídeo. Exceção será feita à gravação de entrevista. Nesse caso o sobrenome será de quem está entrevistando e não de quem gravou a entrevista.

5. Os tipos de arquivos deverão ser resumidos usando as seguintes siglas:
 - a) Fotos = FTO
 - b) Audio = AUD
 - c) Vídeo = VDO
 - d) Entrevista = ENT
 - e) Resenha = RSN
 - f) Diário de campo = DdC
 - g) Transcrição de Entrevista = TRC_ENT
 - h) Transcrição de Vídeo = TRC_VDO
6. O local também será abreviado. Se o contexto da foto ou gravação não tiver uma sigla já disponível, nova abreviatura será criada e inserida no arquivo de padronização. No caso dos Pontos de Cultura, iniciarão com a sigla PC, seguida de um traço baixo, e uma sigla para o nome desse Ponto de Cultura específico. Se já houver, usar. Senão, criar um. Exemplos:
 - a) UnB
 - b) TEIA
 - c) Ponto de Cultura Circo Boneco e Riso = PC_CBR
 - d) Coral de 100 Vozes = PC_C100V
7. A numeração utilizará sempre três dígitos, começando com dois zeros à esquerda:
 - a) 001, 002, 003
 - b) 043, 044, 045
 - c) 123, 124, 125
8. Diário de campo não precisa de numeração de três dígitos.

9. Casos omissos foram tratados ao longo da pesquisa. Segue abaixo alguns exemplos de nomes de arquivos completos.

a) 140724-Rocha-ENT-Camelo-UnB-001.mp3

b) 140717-Oliveira-FT-Reuniao-UnB-001.jpg

c) 140717-Pederiva-DdC-UnB.odt

Além da transferência dos arquivos, deveria ser realizado o processo de transcrição das entrevistas, dividido entre os pesquisadores presentes na entrevista. Contudo, as entrevistas realizadas não precisavam ser completamente transcritas. Bastava uma decupagem simplificada do áudio, criando um quadro simples com três colunas com as seguintes sugestões:

1. A primeira coluna, à esquerda, mostra somente o início do assunto abordado, com o seguinte formato: hora:minuto:segundo. A coluna do meio deve ser utilizada para informar o assunto que o entrevistador iniciou, seja através de pergunta ou tema abordado. A terceira coluna, à direita, para dar uma ideia da resposta, destacando palavras chave.
2. A página do arquivo de decupagem deve ser formatada para a orientação “paisagem”, de modo que cada coluna teria um tamanho maior.
3. Deve-se evitar escrever demais dentro de um mesmo quadrado. Se houver texto demais é por uma das seguintes razões:
 - a) Não está sabendo reduzir as informações para palavras chave ou;
 - b) Não está decupando suficientemente.
4. Às vezes um mesmo assunto levantado pelo entrevistador pode gerar diversas linhas de decupagem, de forma a facilitar o trabalho futuro de retornar ao ponto exato que o entrevistado falou sobre determinado assunto.

5. Uma vez que a entrevista for completamente decupada, quando for necessário, o pesquisador poderá retornar ao ponto exato que achar interessante, e transcrever literalmente o que estiver sendo dito. Todavia, essa transcrição literal só será necessária para fins de citação literal no seu texto.

Para realizar a decupagem foi sugerido o uso do programa Audacity, para ter maior controle do momento de parar ou, inclusive, para recortar a entrevistas em diversas partes, gerando arquivos menores, de forma a facilitar o acesso a partes diferentes da entrevista. No caso de arquivos múltiplos para uma mesma entrevista, uma divisão no quadro será criada para indicar o início de um novo arquivo.

Segue exemplo de um quadro de decupagem simplificado:

Arquivo: 141030-Sousa-Entrevista-CongoNya.mp3

Tempo	Perguntas	Resposta
0:00:07	Que tipos de atividades são desenvolvidas no ponto?	Começamos entre 2002 e 2003 com o reforço escolar, que continua até hoje e a comunidade precisa. Atividades esportivas, mas terminamos em 2005... Vôlei, Karatê, Capoeira. Depois decidimos investir só na cultura, mais ainda cultura afro.
0:07:50	Vocês são rastafári em termos de religião também?	Sim.
0:12:27	Essas coisas todas que você fala de sua cultura, que você conhece, você trabalha essas ideias com as pessoas que frequentam o ponto?	Nos congressos, seminários.
0:12:36	São crianças que participam, ou não, tem gente de toda idade?	Tem toda idade. Havia muitos universitários que vinham por causa da atividade musical, mas não desenvolviam muito outras ações, agora a realidade é outra.

Resultados obtidos

Apesar de alguns problemas, podemos concluir que a pesquisa alcançou uma razoável quantidade de dados para posterior análise e comparação. Foram visitados dezoito Pontos de Cultura, participamos de duas reuniões nacionais, e organizamos dois encontros que envolveram representantes da Comissão Nacional do Pontos de Cultura (CNPdC) e pesquisadores em geral. O resultado em números:

- 21 Diários de campo;
- 1319 fotos;
- 20h51m34s de gravação de áudio;
- 19h25m4s de gravação de vídeos.

Esse material totaliza cerca de trinta e nove gigabytes de informações. Após a coleta de dados, seguiu-se para um estudo mais detalhado dos domínios do FIB, para auxiliar na identificação desses indicadores nos discursos e ações das pessoas que estavam envolvidas ou eram beneficiadas pelos PC visitados.

O capítulo seguinte irá explicar como os nove domínios do FIB foram interpretados para a presente pesquisa.

Capítulo 4 – Felicidade Interna Bruta (FIB)

FIB e as pesquisas sobre o bem estar social

O termo Felicidade Interna Bruta (FIB) surgiu no Butão nos anos 70, a partir da crença do Rei Jigme Khesar Namgyel Wangchuck na importância da Felicidade Coletiva. Esse pensamento já estava consolidado no governo do Butão desde que Zhabdrung Rinpoche escreveu o código legal em 1729, que data da unificação do país. Nesse texto está escrito que “se o governo não pode criar felicidade (dekidk) para o seu povo, não há um propósito para o governo existir” (URA, 2012b, p. 6). Dessa forma, a Constituição do Butão de 2008, em seu artigo 9º, solicita que o Estado “promova as condições que permitam a busca da Felicidade Interna Bruta²³” (URA, 2012b, p. 6). Assim, o Produto Interno Bruto (PIB), apesar de ser a tradicional métrica de bem-estar econômico, mostrou-se insuficiente frente a um sistema de valores como o butanês.

Em 1999, foi criado o Centro para Estudos do Butão (Centre for Bhutan Studies - CBS), o qual conduziu estudos interdisciplinares a fim de desenvolver o conceito de Felicidade Interna Bruta.

O Governo Real do Butão, em 2005, tomou a decisão de desenvolver indicadores do FIB para operacionalizar o conceito de FIB. Os indicadores deviam servir para determinar se os programas e políticas foram consistentes com os valores do FIB. [...] A

²³ Em inglês, o termo original é *Gross National Happiness* (GNH), cuja tradução literal é Felicidade Nacional Bruta. Em inglês, sua escrita é semelhante ao termo *Gross National Product* (GNH – GNP). A tradução para o português procurou manter a mesma semelhança entre os termos Produto Interno Bruto e Felicidade Interna Bruta (PIB – FIB), ao trocar a palavra “nacional” por “interna”.

partir de 2005 o Centro de Estudos Butão (CBS) envolveu nove pesquisadores no desenvolvimento de indicadores para o FIB. No cumprimento de sua responsabilidade em desenvolver tais indicadores, o CBS realizou extensas consultas em vários níveis, que vão desde reuniões particulares com funcionários do governo e funcionários públicos, até grupos focais de discussões com os cidadãos butaneses. (URA et al, 2012, p. 13)

Desde então, houveram cinco Conferências Internacionais sobre o FIB: no Butão (2004 e 2008), no Canadá (2005), na Tailândia (2007) e no Brasil (2009).

É interessante perceber que o final da década de 1990 e início do século XXI é decisivo para os estudos sobre a felicidade. Por exemplo, a criação do CBS coincidiu com o lançamento do livro *Well-being: the foundations of hedonic psychology*, ambos em 1999. No prefácio, os editores explicam que, ao editar esse livro pretendiam inaugurar um novo campo da psicologia.

Psicologia hedônica – que seria seu nome – é o estudo do que faz experiências e a vida serem agradáveis ou desagradáveis. Ele está preocupado com a sensação de prazer e dor, de interesse e de tédio, de alegria e tristeza, e de satisfação e insatisfação. Também se preocupa com toda a gama de circunstâncias, desde o biológico para o social, que ocasionam sofrimento e prazer. (KAHNEMAN; DIENER; SCHWARZ, 1999, p. ix)

No ano de 2000 é lançado o primeiro volume do *Journal of Happiness Studies*²⁴, que já conta com 16 volumes e mais de setenta números em quinze anos. No Brasil, podemos destacar a criação da Revista Brasileira de Qualidade de Vida²⁵ no ano de 2009, que já conta com quase vinte números, e mais de uma centena de artigos, muitos dos quais com relação direta com a ciência hedônica.

²⁴ Publicado pela editora Springer, disponível no site <<<http://link.springer.com/journal/10902>>>.

²⁵ Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv>.

Há um excelente texto da área de economia, que inicia com uma crítica à própria área, para depois discutir como “o interesse pela felicidade penetrou na disciplina” (FRANCO, 2011, p. 3). Essa análise utilizou estudos do Banco Mundial que identificavam a disparidade entre crescimento econômico em relação à ampliação da pobreza e da desigualdade. E a partir de uma reflexão de Amartya Sen²⁶, o autor reconhece que “as comparações entre países deixam apenas mais evidente a dificuldade conceitual em se comparar níveis subjetivos de satisfação” (p. 13).

Sua análise sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e percepção de felicidade corrente e futura (em cinco anos) nos países formadores do BRICS, mostra uma diferença muito grande entre o Brasil e demais países, o que fez o autor questionar a chamada “falta e competitividade” do Brasil causada por suas leis trabalhistas e sistema tributário. Para o autor não se deve olhar o assunto somente sob o viés econômico, devendo-se levar em consideração

se as respectivas populações estão confortáveis em sacrificar competitividade por segurança no trabalho e rede de proteção, ou desconfortáveis, a despeito de competitivas, pela ausência desses “custos da democracia”. Na raiz deste debate está um velho e perigoso tema, a suposta eficiência dos modelos de crescimento baseados em autoritarismo, ou na mobilização intensiva de recursos em detrimento de preocupações sociais e humanitárias que podem ser prejudiciais à velocidade do progresso. Será que os indicadores de felicidade podem acrescentar alguma informação a este debate? (FRANCO, 2011, p. 16)

Para esse autor, a análise dos dados levanta ainda outras questões, tais como:

O que haveria de singular na experiência brasileira a indicar que os brasileiros sejam muito mais felizes que os chineses, russos e indianos, mesmo com o crescimento médio inferior? Os índices de felicidade estariam a apontar para aspectos positivos do mode-

²⁶ Economista indiano, vencedor do prêmio Nobel de economia em 1998.

lo de crescimento brasileiro que não se encontram presentes nos outros países do grupo BRIC? (FRANCO, 2011, p. 17)

E finaliza com a compreensão de que, pelo fato do Brasil ocupar a primeira posição no índice de felicidade futura (quando os entrevistados se imaginam em um espaço de cinco anos) a despeito de não exibir taxas de crescimento do PIB significativamente elevadas, podemos pressupor que “os índices de felicidade proporcionam uma bela lembrança de que o desenvolvimento não se resume apenas ao PIB” (FRANCO, 2011, p. 18).

Há algumas décadas Kahneman tem se dedicado a esse campo de estudo, e uma de suas pesquisas investigou a tão famosa questão sobre “até onde pode riqueza comprar felicidade?”. Para isso tentar responder a essa pergunta, foram analisadas as respostas de mais de 450.000 residentes norte-americanos entrevistados entre 2008 e 2009 para várias perguntas sobre o seu bem-estar subjetivo. Uma das respostas que os autores chegaram foi a de que,

Mais dinheiro não necessariamente compra mais felicidade mas, menos dinheiro está associado com maior sofrimento emocional. Talvez US\$75.000²⁷ seja um limiar, além do qual mais aumentos no rendimento não melhora a capacidade dos indivíduos para fazer o que mais importa para o seu bem-estar emocional, tais como passar tempo com pessoas que gostam, evitar dor e doenças, e desfrutar de lazer. (KAHNEMAN; DEATON, 2010, p. 16492).

Esse assunto também foi abordado pela psicóloga Susan Andrews ao resumir que os estudos da ciência hedônica têm demonstrado que,

até um certo nível de riqueza, o sucesso material de fato traz mais felicidade. Por exemplo, quando uma pessoa progride de um esta-

²⁷ De acordo com o site Numbeo <<<http://www.numbeo.com/cost-of-living/>>>, o padrão de vida de uma pessoa em Washington, DC, com esse salário mensal de cerca de seis mil dólares, é semelhante ao padrão de vida de uma pessoa que more em Brasília, DF, com um salário mensal de cerca de R\$8.200,00 (em valores líquidos).

do de absoluta pobreza e miséria até o atendimento das suas necessidades de sobrevivência, e desse nível de sobrevivência até uma vida confortável, e depois de uma vida confortável até um certo grau de luxo, sua felicidade de fato aumenta. Contudo, após um certo ponto, mais bens materiais não trazem mais satisfação. O que importa a esta altura são os chamados “fatores não-materiais”, tais como companheirismo, famílias harmoniosas, relacionamentos amorosos, e uma sensação de se viver uma vida significativa. (ANDREWS, 2008, p. 1)

Dessa forma, o pressuposto das políticas públicas seriam o de assegurar que a sociedade tenha acesso à felicidade no sentido amplo, de poder desfrutar sua vida de forma mais holística, desvinculada unicamente dos estímulos externos baseados numa sociedade consumista, de que, quanto mais bens adquiridos ou utilizados, mais felizes serão. De acordo com Ura, seria o papel das políticas públicas auxiliar nesse papel de reeducação sobre o que significa esse processo consumista e seus impactos no planeta:

As pessoas podem fazer escolhas erradas, que por sua vez podem desviá-las da felicidade. Planejamentos de política pública corretos podem lidar com tais problemas, e reduzi-los, impedindo assim que ocorram em larga escala. (URA, 2008, p. 2)

Relações ideológicas entre o FIB e o Programa Cultura Viva

Se os Pontos de Cultura muitas vezes são vistos como agentes de mudança social, é curioso notar como o FIB também pode ser pensado para esse propósito:

O FIB no Brasil não é somente um indicador, é um movimento para mudança social, um processo de mobilização social em prol do bem-estar coletivo e do desenvolvimento sustentável. Também é um processo de conscientização das lideranças locais para a formação de parcerias entre os principais setores da sociedade:

governo, empresas, cidadania e universidade. (Sugestões para a implementação do FIB, p.1).

Essa visão está em conformidade com o conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) desenvolvido pelo sociólogo Juarez de Paula, para quem

o sentido do desenvolvimento deve ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), todas as pessoas (desenvolvimento social), as pessoas que estão vivas hoje e as que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável). (DE PAULA, 2008, p. 6).

Esse conceito demonstra uma clara mudança do foco no desenvolvimento voltado para a globalização/pasteurização dos meios de produção e consumo, para um desenvolvimento no qual as características locais e culturais são levadas em consideração. Esse modelo de política pública voltada ao desenvolvimento sustentável não se interessa unicamente em criar mais oportunidades de empregos, ou em elevar o ganho financeiro de uma parte da população. Ele se preocupa, entre outras coisas, com o impacto na qualidade de vida em geral que a interferência mercantilista pode causar tanto no meio ambiente como em determinada comunidade a curto e longo prazo. Daí a importância das políticas culturais que levem em consideração o saber local e seus anseios:

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito. (DE PAULA, 2008, p. 10)

Isso já havia sido identificado pela segunda pesquisa do IPEA ao perceberem que,

Há pontos de cultura que trabalham em prol do desenvolvimento cultural e social da comunidade, interferindo na educação da localidade em que está inserido, por meio da parceria com a escola pública; no posto de saúde, com o trabalho das raizeiras e a fabricação de remédios caseiros; no funcionamento do turismo e do comércio locais, por meio da venda de produtos artesanais, organizações de shows e apresentações artísticas que movimentam a cidade; entre outras. Este é o caso de um dos pontos pesquisados, que tem como compromisso primeiro o desenvolvimento e a transformação da realidade do lugar em que está inserido. (CULTURA VIVA, 2011, p. 36)

Logo, é possível relacionar os pilares formantes do Programa Cultura Viva (empoderamento, autonomia e protagonismo sociocultural) como reflexos de uma política pública com interesse no bem-estar social, e a própria criação da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural e transformação do Programa Cultura Viva em Lei, são exemplos de ações governamentais que criam *condições facilitadoras para o FIB*.

A busca do FIB pela sociedade precisa ser refletida na estrutura organizacional do seu governo. Isso implica na criação de ministérios ou departamentos que correspondam àquelas funções ou domínios que promovam ou criem condições facilitadoras para o FIB. Estas deveriam tipicamente incluir tais agências como ministérios para o bem-estar psicológico, vitalidade comunitária, resiliência cultural e integridade ecológica, etc. (Discurso do Exmo 1º Ministro do Butão, Sr. Jigmi Thinley, p.3).

FIB como indicador qualitativo de análise

Para analisar o índice de FIB, desde 2005 o Centro de Estudos do Butão (CBS), sob o patrocínio do Programa para Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas, e juntamente com um grupo de especialistas internacionais, vem desenvolvendo um questionário em nove dimensões, que foi aplicado em seu país em 2008 e, posterior-

mente, atualizado, em 2010. Esse questionário é bastante extenso²⁸, e a metodologia de análise dos dados tem um embasamento estatístico muito sólido. Jigmi Thinley, 1º Ministro do Butão, explica o motivo do FIB ter dado certo em seu país:

O real alinhamento do roteiro para desenvolvimento holístico e sustentável no meu país foi executado metodicamente, sob a clara luz do FIB, através do reinado do Quarto Rei. Isso foi feito principalmente através da formulação de leis e políticas públicas para esse fim. Acreditando na primazia da deliberação pública, do diálogo público e da opinião pública na definição de qualquer meta nacional. Sua Majestade assegurou-se de que o FIB ganhasse apoio e a sensação de propriedade pública consensual, não tanto pela persuasão, mas por causar introspecção (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE FIB, 2009, p.2).

Diversos outros países têm procurado aderir, de alguma forma, à aplicação do FIB como um dos indicadores sociais utilizado para guiar as políticas públicas. Entre eles destacam-se o Reino Unido, Canadá, Brasil, Tailândia, França, Austrália e Estados Unidos. Em 2009, o então presidente da França, Nicolas Sarkozy, convocou uma comissão para medir o sucesso econômico em termos de felicidade. Entre os analistas estavam o já citado Joseph Stiglitz e Amartya Sen²⁹ (SAMUEL, 2009; STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

No Brasil, houve o projeto piloto FIB no Bairro Jardim Campo Belo, na região de Viracopos em Campinas (SP), e no bairro Vila Belo Horizonte em Itapetininga (SP). Esses projetos pilotos têm seguido uma abordagem sistemática, baseado na aplicação dos questionários e aplicação local (comunidades específicas). De acordo com o texto Sugestões para a implementação do FIB ([2008?], p. 2).

[...] o questionário é administrado calculando-se o número de pessoas numa amostra da população que garante um levantamento estatisticamente válido para aquela comunidade, com um índi-

²⁸ O questionário do ano de 2008, por exemplo, continha 640 indicadores, e o do ano de 2010, 750 variáveis (URA et al., 2012, p. 14).

²⁹ Ambos vencedores do prêmio Nobel de economia.

ce de acerto de 95%, com somente 5% de margem de erro. Trata-se, portanto, de um processo bem simples (você não precisa ser um estatístico para executá-lo!), que por sua vez garante a credibilidade para governos, empresas e mundo acadêmico. Usando essa abordagem de diagnóstico, pode-se corretamente analisar as reais necessidades de uma comunidade como um todo - e não simplesmente as demandas colocadas pelos membros mais proeminentes ou politicamente mais bem relacionados. A positiva resposta das pessoas aos projetos-piloto, quando apresentadas com os resultados do levantamento feito em suas comunidades, mostrou que essa metodologia mobiliza um autodiagnóstico correto que é entusiasticamente recebido pelas pessoas como sendo um espelho da sua real situação.

É importante ressaltar que o FIB é somente um entre diversos indicadores e instrumentos de medida de Qualidade de Vida utilizados e validados no Brasil. Sobre esse assunto, o artigo de Alves (2011) faz uma revisão bibliográfica sobre textos publicados a respeito dos indicadores de medida da Qualidade de Vida. Logo no início do texto o autor apresenta um quadro com quatro modelos conhecidos: Indicadores de Qualidade de Vida da OMS (1992); Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (1990); Indicadores de Qualidade de Vida Calvert – Henderson (2000); Indicador de Felicidade Interna Bruta - FIB (1972). Sua intenção é de identificar opções e dar uma breve introdução, sem se aprofundar muito em nenhuma delas. Há ainda outros, como o Indicador da Qualidade de Vida (IQV) e o Indicador das Condições para se Viver (IQCV), desenvolvidos no núcleo de estudos e monitoramento e avaliação ambiental (NUMAVAM), no centro de ciências agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, e utilizados para analisar a comunidade de maricultores em Ribeirão da Ilha, Florianópolis-SC (SAIDY; D'AGOSTINI, 2011).

Com relação ao uso específico do FIB em pesquisas realizadas no Brasil, a pesquisa no Google acadêmico revelou artigos das mais diversas áreas. Entre os textos encontrados, muitos abordam de forma genérica o conceito do FIB, sem necessariamente aplicá-lo como indicador de análise, enaltecendo-o enquanto alternativa para a me-

surar o a noção de progresso (DURÃO, 2012), ou da abordagem holística do ser humano (TEIXEIRA, 2009). A área de Direito também tem produzido alguns artigos onde o foco principal é direito à felicidade, reconhecendo a existência do FIB mas sem, necessariamente, utilizá-lo (DIAS, 2012; ZAMONER, 2012; LEAL, 2013; RODRIGO-MARTINEZ; MAMED, 2014; SIMÕES e HORITA, 2014).

Uma das áreas que tem utilizado o FIB como referência é a administração, seja em ambientes corporativos, na relação com meio ambiente, ou políticas públicas.

O texto de Turisco e Kirschner (2011), por exemplo, discorre sobre a premissa de que uma empresa socialmente responsável deve construir relações com seus funcionários a partir de valores e ideais ligados à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), um conceito advindo da sociologia da empresa. A lógica é simples:

Sabe-se que os indivíduos passam a maior parte de suas vidas no trabalho. Assim, não há como se manter a produtividade de uma empresa sem pensar na qualidade de vida de seu trabalhador. É fato que as empresas determinam e influenciam o modo de vida do homem, exercendo, portanto, importante influência em sua busca pela felicidade. (TURISCO; KIRSCHNER, 2011, p. 158)

A qualidade de vida está, dessa forma, relacionada com o bem estar subjetivo e a saúde do trabalhador.

Por todo o exposto, para iniciar um projeto de Responsabilidade Social coerente e sustentável, as empresas devem batalhar pela felicidade das pessoas; devem buscar ter conhecimento a respeito do impacto que causam na vida das pessoas e devem possibilitar a busca de significado de vida no trabalho. (TURISCO; KIRSCHNER, 2011, p. 159)

Por isso, as autoras acreditam que a implementação do FIB no ambiente corporativo permitirá identificar e avaliar se a empresa está propiciando felicidade ou não, de forma a impactar “positivamente

na receita, produtividade e lucro das empresas.” (TURISCO; KIRSCHNER, 2011, p. 162)

O artigo de Carvalho, Gonçalves e Pardini (2010) aborda conceitos próximos ao de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e do FIB, que são o da Utilidade de Bentham (1979) e ideia do “bem estar subjetivo” (BES). Ao se referir ao FIB e à pesquisa que informa o reino do Butão em oitavo lugar entre 178 países, quando o assunto é a felicidade média de sua população, apesar de ter uma renda per capita baixa, os autores se questionam: “Seria este resultado surpreendente uma consequência da administração pelo FIB ao invés do PIB?”

Já o estudo de Bueno et al. (2014) foi mais específico e utilizou o FIB como um dos referenciais para o controle da qualidade de vida no ambiente corporativo em sua pesquisa em uma grande empresa paranaense da área de comunicação. Sua conclusão foi que “Os dados coletados e analisados no presente trabalho remetem à constatação da eficácia do projeto de pesquisa de clima organizacional como ferramenta para diagnóstico e implantação de melhorias focadas em resultado.” (BUENO et al., 2014, p. 9)

Alguns textos da área de meio ambiente também se destacam no uso do FIB. A pesquisa de Borelli e Torres (2014) faz uma boa revisão do que foi escrito sobre o FIB nacional e internacionalmente, mas concentra-se no tópico sobre o desenvolvimento sustentável. Sua metodologia utiliza equações estatísticas para análise dos dados. Em sua análise as autoras questionam a “eficiência do PIB como medida de bem-estar econômico e social” (p. 12). Tal restrição de eficiência do uso do PIB foi encontrada nos demais grupos analíticos do estudo. Por fim, concluem que,

Desse modo, pode-se dizer que a metodologia apresentada pelo FIB surge com o intuito de complementar os indicadores existentes, acrescentando à análise de bem-estar social variáveis não consideradas pela economia neoclássica: torna-se necessário acrescentar a variável ambiental, que, como indicado nos resulta-

dos obtidos, demonstra grande representatividade nesse contexto mais geral de qualidade de vida. (BORELLI; TORRES 2014)

Destaco a dissertação de Tatiana Ferreira (2011), que utiliza o FIB como indicador para identificar os efeitos da mineração sobre os conflitos ambientais ligados aos recursos hídricos da região de Mariana – MG. De acordo com a autora, a metodologia básica utilizada foi o

Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, aplicado junto à comunidade, aliado às análises física, química e biológica da água que abastece o distrito e à introdução de conceitos de topofilia e do indicador sistêmico Felicidade Interna Bruta, desenvolvido no Butão, com o apoio do PNUD. Esta pesquisa mostrou que as questões sócio-econômicas são as que mais afligem a população, sendo seguidas pelas questões ambientais. (FERREIRA, 2011, p. xiii)

Todavia, percebe-se que o uso do FIB não se caracteriza como recorte analítico principal desse estudo. Logo, a autora não explica detalhadamente como foi o FIB utilizado nas entrevistas, e posteriormente aferido. Há somente uma tabela com valores relacionados a cada um dos indicadores para todos os quarenta entrevistados (FERREIRA, 2011, p. 60). Ainda assim, salienta-se seu interesse em qualificar o nível de FIB dessa comunidade, como um dos elementos avaliativos do impacto de empresas de grande porte nas comunidades ao seu redor.

Duas pesquisas publicadas em números subsequentes da *Revista Ciências do Ambiente On-Line*, utilizam o FIB para analisar o contexto universitário. No texto publicado no Vol. 10, N. 1, os autores contextualizam a elaboração de um questionário adaptado a partir do questionário de aferição do índice de FIB no Butão. O questionário original continha 33 indicadores e 124 variáveis. Esse questionário adaptado, disponibilizado no anexo do texto, contém 57 perguntas distribuídas em 26 indicadores. A intenção é aplicar esse questionário para aferir o índice de FIB no ambiente universitário. Mas nes-

se texto não é apresentado nenhum dado, nem resultado da pesquisa. (ITO et al., 2014).

Curiosamente, na publicação seguinte desse mesmo periódico (Vol. 10, N. 2), uma pesquisa muito semelhante, mas que parece não ter nenhuma relação com o texto anterior é publicada. Nessa pesquisa os autores utilizam o questionário disponibilizado pela *Happiness Initiative*³⁰, que tem um domínio a mais (experiência de trabalho) que o criado pelo Centro de Estudos do Butão. O questionário foi “adaptado para a realidade dos estudantes da Unicamp, incluindo assim perguntas específicas do ambiente universitário que são equivalente a perguntas realizadas em outros tipos de ambientes.” (VALENTIM et al., 2014, p. 4). Esse questionário foi disponibilizado em meio eletrônico durante os meses de maio e junho de 2014, tendo sido obtidos 509 respostas dentre os mais variados cursos. O resultado foi analisado tanto a partir de cada categoria de felicidade, cada domínio ou por área de estudo, chegando à conclusão de que o nível de felicidade da Unicamp não é muito alto, “e isso é no mínimo curioso, dado que o ambiente fornece liberdades não encontradas em outros lugares.” (p. 6).

Outro exemplo de utilização específica do FIB para aferição de uma dada comunidade é o artigo de Sales et al. (2013). A pesquisa foi realizada na cidade de Lavras-MG, com moradores de todas as regiões da cidade, e de forma proporcional, “pessoas de todas as classes sociais, dos gêneros masculino e feminino, com idade entre 16 e 65 anos, e que possuísem do mais baixo ao mais alto nível de escolaridade.” (SALES et al., 2013, p. 70), num total de 403 questionários. Esse artigo traz uma boa revisão do conceito de indicadores econômicos e sociais, aborda a criação do FIB, e faz uma clara explicação sobre cada um de seus indicadores. Em seguida explica a metodologia de aplicação e análise do questionário adaptado. Por fim, com os dados em mãos, foi realizada uma análise de variância de acordo com a região da cidade; sexo, idade e escolaridade.

³⁰ Disponível em: <<<http://www.happycounts.org/>>>.

Há de se destacar também a atuação do Grupo de estudos sobre Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade (GIDS) da Universidade Federal da Paraíba, que tem produzido textos a partir dos indicadores do FIB, seja relacionando-o com o PIB e o IDH (RIBEIRO NETO; GOMES, 2013), comparando-o com o o modelo de análise da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) elaborado por Richard Walton (SANTOS et al., 2013), ou aplicando-a no contexto corporativo, cunhando a noção de Felicidade Interna Laborial – FIL , que pode ser ampliada “para as dimensões social, acadêmica, familiar e pessoal, que receberiam respectivamente as siglas FIS, FIA, FIF e FIP” (RIBEIRO NETO et al., 2013).

Por fim, há a excelente tese de doutorado em Direito de Saul Tourinho Leal (2013), defendida na PUC-SP. Seu texto, intitulado *Direito à felicidade: História, Teoria, Positivização e Jurisdição*, faz um levantamento profundo sobre o conceito de felicidade pelos filósofos, de Sócrates a Schopenhauer. Tem um capítulo dedicado somente a Jeremy Benthan e o conceito de utilitarismo, e outro capítulo dedicado a Stuart Mill. Nos interessa bastante sua análise sobre a “deturpação da teoria da felicidade no Reino do Butão” realizada no capítulo quinto. Assim inicia seu capítulo:

A ideia de um direito à felicidade ou de uma teoria da felicidade não pode abrir portas para exageros, muito menos para demagogias ou manipulações. É importante que saibamos situar bem a questão da felicidade como objetivo do constitucionalismo, sob pena de desvirtuarmos essa doutrina e criarmos um discurso legitimador perigoso. Não podemos dirigir os estudos sobre a teoria da felicidade de modo a enfraquecer suas premissas em razão da utilização incriteriosa de seus ensinamentos. (LEAL, 2013, p. 107)

O autor relata as transformações do Reino do Butão, expondo sua estrutura administrativa governamental, que só recentemente adquiriu características modernas, como uma Suprema Corte e uma democracia parlamentar. Mas, apesar do país ter tido avanços notáveis

a partir da década de 1980³¹, existem diversas críticas ao que chamam de “autoritarismo da felicidade”, e o não reconhecimento dos direitos das minorias nepalesas, inclusive expulsando-as do país³²:

Segundo a Constituição, com a finalidade de concretizar um dos pilares da felicidade fixada pelo governo, a cultura do país deve ser preservada a qualquer custo. Nessa linha, uma lei determina que os cidadãos obedeçam ao código de vestimenta nacional e, ao entrarem em prédios públicos, durante o dia, usem as roupas expostas no Código. Também há restrições à liberdade acadêmica ou a eventos culturais. A legislação proíbe que pessoas não-butanesas casadas com butaneses promovam qualquer religião diferente do budismo. Uma lei aprovada em 1992 proíbe a crítica ao rei e ao sistema político. O relacionamento entre pessoas do mesmo sexo é crime. O Governo restringiu a posse de meios de comunicação e de licenciamento de jornalistas. Ele monitora a internet e bloqueia o que considera pornográfico. Há cerca de 30.000 usuários da Internet (0,4% da população) durante o ano³³. (LEAL, 2013, p. 112)

A principal crítica do autor é ao fato da garantia à felicidade no Butão ser destinada somente à uma parte da população, não sendo esse “o caminho que almejamos, principalmente pelo fato de a nossa teoria da felicidade estar absolutamente atrelada ao constitucionalismo contemporâneo, aos direitos fundamentais e ao exercício da jurisdição constitucional” (p. 114).

Mais à frente, o autor discute situações típicas e polêmicas do Brasil contemporâneo, tais como o direito de casar, as pesquisas com células tronco, brigas de galo, a farra do boi, entre outras.

³¹ BOK, Derek. *The politics of happiness: what government can learn from the new research on well-being*. Princeton: Princeton University Press, 2010, p. 3.

³² O principal texto crítico apresentado é: VARENNES, Fernando. Constitutionalising discrimination in Bhutan: The emasculation of human rights in the Land of the Dragon. *Asia-Pacific Journal on Human Rights and the Law* 2: 47-76, 2008.

³³ Amnesty International, Bhutan: Forcible E-ile. AI Index - ASA 14/04/94, August 1994.

Domínios do FIB

Para a presente pesquisa, cada um dos nove domínios do FIB foi analisado de forma individualizada, para identificar quais conceitos ou palavras-chave poderiam ser detectadas durante as entrevistas realizadas com os participantes dos Pontos de Cultura. O recurso metodológico utilizado para a coleta de dados direta foi a entrevista semiestruturada, baseada num questionário criado previamente. Dessa forma, a entrevista foi intencionalmente direcionada para temas de interesse da pesquisa através de perguntas pré-selecionados, mas com o cuidado de que os entrevistadores não influenciassem na resposta dos entrevistados. A análise das entrevistas ocorreu somente após todo o período de pesquisa de campo, quando a equipe reuniu-se para estudar os textos sobre o FIB, e como aplicá-lo na análise.

O primeiro passo foi o estudo individual de cada um dos nove domínios. Em seguida, foram identificados alguns conceitos relacionados com o domínio em questão. Esses conceitos foram transformados em palavras-chave a título de exemplificação de seu uso (outras palavras ou mesmo conceitos poderiam surgir durante o processo de análise). Por fim, cada pesquisador ficou responsável pela audição da gravação das entrevistas das quais participou, e procurou quais palavras-chave/conceitos pré-selecionados estavam presentes.

É importante deixar claro que o fato de usarmos o FIB como “filtro analítico” após a coleta de dados possibilita que nem todos os domínios sejam abordados no discurso dos entrevistados. Desde o início essa possibilidade era prevista, e não foram feitos esforços para fazer com que todos os domínios surgissem nas conversas. O que importa para nós é saber quais deles surgem nas conversas, e de que forma são avaliados.

Em seguida vamos abordar cada um dos domínios do FIB, e explicar como foram interpretados para a pesquisa.

BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

De acordo com o Apêndice 5 do relatório *An Extensive Analysis of GNH Index*, o Bem-Estar Psicológico é categorizado por indicadores de elementos reflexivos ou afetivos. O primeiro tipo avalia o nível de satisfação das pessoas em diversos aspectos de suas vidas, enquanto o segundo faz uma avaliação hedônica guiada por emoções e sentimentos (URA, 2012, p. 123). Assim, nessa primeira dimensão, o FIB utiliza indicadores de satisfação, espiritualidade e emoções – tanto positivas quanto negativas –, os quais são compostos de dados subjetivos e de auto relato para determinar o Bem-Estar Psicológico de uma pessoa, o que exige cautela no momento de interpretação, pois nem sempre os entrevistados possuem uma visão real de seu estado³⁴.

O domínio do bem estar psicológico abrange o contentamento, a satisfação com todos os elementos da vida, e a saúde mental. Uma vez que felicidade coletiva é a meta principal sob uma sociedade baseada no FIB, o bem estar psicológico é de primordial importância para medir o sucesso do estado em prover as políticas e os serviços apropriados. Entre inúmeros indicadores, a prevalência de taxas de emoções tanto positivas quanto negativas, o estresse, as atividades espirituais, o desfrute da vida, a satisfação com a vida, a auto-avaliação da saúde – seja física quanto mental – são calculados na população (URA, [2008?], p. 4).

Como palavras-chave para interpretar as entrevistas, partimos das falas das pessoas para o reconhecimento de aspectos como *satisfação com a vida*, *emoções positivas* (como orgulho e alegria) e *negativas* (como dor e preocupação), *autoestima*, *estresse* e *atividades espirituais*. Assim sendo, procurou-se identificar como a existência

³⁴ “The four indicators use subjective and self-report data to proxy a person’s psychological wellbeing. Like all subjective indicators, they require care in interpretation. This is particularly the case for the GNH Index, because each response is interpreted as reflecting a particular individual’s general psychological wellbeing state for the survey year. Yet a person’s particular responses may be an imperfect proxy of their psychological wellbeing” (URA et al., 2012, p. 124).

do Ponto de Cultura pode ter contribuído para que as pessoas tivessem acesso a situações que os impactassem nesse domínio. Tais aspectos podem ser identificados explicitamente, por exemplo, quando um participante diz que se sente mais confiante de entrar no mercado de trabalho por causa de um curso que fez no Ponto de Cultura, ou indiretamente, quando deixa subentendido que seu Bem-Estar Psicológico melhorou depois da instituição do Ponto de Cultura. Outras situações podem ocorrer quando, ao participar de determinadas palestras ou cursos, a pessoa passe a repensar o que signifique qualidade de vida, e passe a avaliar de forma diferente questões como a autoestima ou se está satisfeito/insatisfeito com sua vida.

Talvez o aspecto mais desafiador a seja medir “espiritualidade”, pois embora ele seja um conceito mundialmente aceito, não existe consenso em como defini-lo ou medi-lo. Existem algumas características comumente concatenadas com o termo, tais como: *altruísmo, abnegação, compaixão, paz, um senso de propósito e conectividade*³⁵.

SAÚDE

Mais do que a simples ausência de doença, essa dimensão é articulada em saúde mental e física, sendo tratada no sistema butanês como o resultado do equilíbrio entre mente e corpo, entre as pessoas e o meio ambiente (URA et al., 2012, p. 134). Percebe-se, assim, a abordagem holística dessa dimensão, que põe em foco as circunstâncias sociais, os estados emocionais e aspectos espirituais.

As condições sociais e materiais para a criação de boas condições de saúde, tais como ar limpo, água potável ou nutrição de relações familiares ou relações comunitárias foram incorporadas em

³⁵ “While spirituality is a concept globally acknowledged, there is no consensus on how to define or measure it. Spirituality can encompass belief in spiritual values like compassion, peace, and a sense of purpose and connectedness. Acts of compassion, altruism and selflessness are often characteristics associated with spirituality” (URA et al., 2012, p. 131).

outros domínios. Da mesma forma, o equilíbrio emocional e a espiritualidade também foram incluídas em “bem-estar psicológico”. Como resultado, os indicadores de saúde neste domínio descrevem apenas os aspectos físicos e mentais. (URA et al., 2012, p. 134)

Para análise nessa pesquisa serão considerados fragmentos de fala que demonstrem como os Pontos de Cultura contribuem nas políticas de saúde, seja através de cursos/palestras sobre condições de higiene, exercício, invalidez, padrões de comportamento arriscados, sono, nutrição, alimentação, entre outros. Há, também, alguns casos conhecidos de situações nas quais algumas crianças que participam das atividades dos PC, aproveitem para obter lá uma de suas únicas refeições do dia. Essa situação vai impactar diretamente nos níveis de nutrição e, conseqüentemente, saúde dessas crianças.

EDUCAÇÃO

A educação é abordada de forma abrangente pelo FIB, ao valorizar o cultivo e transmissão de conhecimentos tradicionais tanto quanto valores e habilidades comuns. Além de estudar a leitura, escrita, matemática, ciência e tecnologia, os alunos também são incentivados a se envolverem com criatividade na aprendizagem e na expressão. Há uma ênfase numa educação holística voltada à tarefa de criar bons seres humanos³⁶.

A educação contribui para o conhecimento, valores, criatividade, competências, capital humano e sensibilidade cívica dos cidadãos. Um domínio tal como o da educação não tem por objetivo meramente medir o sucesso da educação per se, e sim tentar avaliar a eficácia da educação quanto a se trabalhar em prol da meta do bem estar coletivo. O domínio da educação leva em conta vá-

³⁶ “A holistic education extends beyond a conventional formal education framework to reflect and respond more directly to the task of creating good human beings. It is important for Bhutan that an education indicator includes the cultivation and transmission of values” (URA et al., 2012, p. 139).

rios fatores, tais como: participação, competências e apoio educacional, entre outros. Esse domínio inclui no seu escopo a educação informal (competências nativas, técnicas tradicionais orgânicas de agricultura e pecuária, remédios caseiros, genealogias familiares, conhecimento sobre a cultura e história locais), e educação monástica³⁷ (URA, [2008?], p.4).

Este domínio possui quatro indicadores:

1) *Alfabetização*, que considera a *habilidade de ler e escrever* em qualquer língua. Para o Brasil, poderíamos considerar as ações de *alfabetização*, *manutenção* ou *valorização* do português, alguma língua indígena ou idiomas alóctones (advindas por herança cultural familiar ou migração);

2) *Qualificação educacional*. São as ações que contribuem para a evitar a *evasão de crianças e adolescentes do sistema educacional formal*, ou mesmo *promover o acompanhamento pedagógico*, contribuindo para *eleva o nível de escolaridade* do grupo sociocultural;

3) *Conhecimento*. Para o questionário padrão do FIB, esse item foi desdobrado em cinco variáveis que envolvem a compreensão de lendas locais e histórias folclóricas, festivais locais, canções tradicionais, e conhecimento a respeito da transmissão do HIV/AIDS e da Constituição. Contudo, em nossa pesquisa, todas essas variáveis serão abordadas em outros domínios (Cultura, Saúde, Boa Governança), evitando que sejam relacionadas ao domínio da Educação para não haver duplicação;

4) *Valores*, que pode ser identificado nas ações educacionais que desenvolvam a capacidade das pessoas em fazer escolhas baseadas numa *ética e moral* subentendidas em sua sociedade. Até mesmo o fato de se filosofar (refletir e questionar) os valores éticos e morais de sua sociedade é um processo educacional válido.

³⁷ A menção à educação monástica se deve ao fato de que, até a década de 1950, a única educação formal disponível era a educação monástica. Foi a partir dessa década que se iniciou a implementação de um currículo semelhante ao do Ocidente (URA et al., 2012, p. 139).

CULTURA

Atualmente, muitos dos conceitos antropológicos de cultura a relacionam com a capacidade de codificar e compreender as experiências humanas de forma simbólica. Essa linha de pensamento está relacionada diretamente com a antropologia simbólica (interpretativa) de autores clássicos como Clifford Geertz (1989; 2004) e Victor Turner (1967). A partir dessa concepção, a cultura está presente em todo o momento, seja na forma de cozinhar ou na interpretação de uma piada.

A diversidade da cultura se manifesta nas formas da linguagem, artes visuais e artesanato, festivais, eventos, cerimônias, teatro, música, trajes e etiqueta, e mais importante, os valores espirituais os quais as pessoas compartilham. É visível no cotidiano das pessoas e, portanto, desempenha um papel dominante em moldar o caráter butanês e sua maneira de viver. (URA et al., 2012, p. 144)

Esse é um domínio que tem maior afinidade com os objetivos do Programa Cultura Viva. Entretanto, uma análise mais criteriosa deverá ser prudente em relação às ações dos Pontos de Cultura, uma vez que ainda é muito comum a crença de que uma prática cultural tradicional deve ser preservada por conta de sua tradicionalidade, muitas vezes procurando-se resgatar características antigas ou esquecidas. Todavia, esse não é o objetivo exato das ações políticas analisadas por esse domínio do FIB.

Para o FIB, o domínio da cultura aparece de uma forma bastante específica e relacionada com a ideia de resiliência. O conceito por trás disso é a percepção de que, se por um lado cada sociedade desenvolve um conjunto de características culturais específicas que devem ser preservadas como fonte da identidade cultural de seus participantes, por outro lado, reconhece-se que

cultura é também um conceito dinâmico, em constante desenvolvimento e continuamente desafiada por forças externas e por mudanças sociais e culturais internas. Dessa forma, manter esses as-

pectos culturais requer fomento e melhorias contínuas no sentido de desenvolver uma resiliência adequada. (URA, 2012, p. 148).

A capacidade de resiliência cultural só é possível quando há a capacitação das pessoas através da reflexão sobre suas práticas sobre o como e o porquê elas têm o significado que têm, e qual a razão dessas práticas continuarem a existir. Tal como Ribeiro discutiu a falar sobre os grupos de Taieiras no Estado de Sergipe,

A música, os grupos populares, folguedos, são mais do que um artefato que se deva guardar no armário ou se expor nas prateleiras quando for conveniente. A beleza não está simplesmente na música, nas roupas ou nas danças. É na alegria do indivíduo que ela se destila, seja brincando ou louvando. É o bem estar dele que deve ser preservado e não um punhado de tecidos, gestos e palavras. (RIBEIRO, 2008, p. 155)

O importante, nesse caso, é a constatação de que a cultura é dinâmica, e que não basta preservar as práticas como se fossem objetos de museus. Se forem preservadas “artificialmente”, as práticas culturais continuam a existir somente para se manter uma tradição, até o ponto de se perder seu significado simbólico. Por isso, mais do que preservar a cultura tradicional, devemos desenvolver formas de valorizá-las, para que as gerações seguintes mantenham suas prática porque elas têm um significado pessoal, e não somente porque alguma outra pessoa acha que é importante fazê-lo.

Por isso a análise desse item deve levar em consideração como os Pontos de Cultura têm agido para o fortalecimento e valorização das práticas culturais locais, através de ações como a promoção e viabilização de iniciativas culturais e o acesso às produções culturais existentes. Tais ações podem ocorrer através de: 1) *Cursos diversos* que abordem temas relacionados, por exemplo, às tradições culturais, ou identidade cultural; 2) *Cursos específicos* de música, artesanato, teatro, entre outros; 3) *Organização de vendas* de artesanato ou outros produtos de fabricação local; 4) *Organização de apresentações* culturais, tais como grupos musicais, teatrais, literatura; 5) *Organiza-*

ção e sistematização de fontes históricas (produções audiovisuais, bibliotecas, museus).

USO DO TEMPO

Além de gerar dados sobre o tempo gasto na produção e no consumo de bens e serviços, esse indicador do FIB considera trabalho voluntário, cuidado de crianças e familiares doentes, agricultura, construções e reparos, atividades manuais e atividades domésticas.

Uma importante função do uso do tempo é reconhecer o valor do lazer. Os laços sociais criados e compartilhados na socialização com a família e com os amigos contribuem significativamente para todos os níveis de felicidade e contentamento numa sociedade. (URA, [2008?], p. 4).

Afazeres como cuidado pessoal, socialização com família e amigos, tempo no trânsito e no trabalho, atividades socioculturais ou religiosas e momentos de prazer (como assistir televisão) também são contabilizadas.

Dados sobre o uso do tempo podem fornecer uma série de informações importantes sobre o estilo de vida e ocupações das pessoas. Além disso, pode revelar a diferença entre as atividades ligadas ao PIB ou não, o que reflete a desconformidade entre setores do mercado e economia doméstica (...). O FIB se retém a dois indicadores amplos de uso do tempo: horas de trabalho e sono. As vinte e quatro horas do dia, assim, são vistas como um balanceamento entre trabalho, outras atividades e sono. (URA et al., 2012, p. 150)

A maioria dos adultos saudáveis precisa de uma média de sete a oito horas para um bom funcionamento. Contudo, os fatores que impactam o tempo de sono de cada indivíduo, bem como a necessidade fisiológica individual, variam substancialmente na sociedade,

não sendo possível determinar padrões de sono para recortes específicos da sociedade. A atenção dada às horas reservadas ao sono e ao lazer pessoal e familiar afeta diretamente na regulação das leis trabalhistas.

Para a pesquisa, importou saber se as ações do Ponto de Cultura tiveram alguma influência na forma como a pessoa passou a organizar seu tempo entre trabalho, lazer e família.

BOA GOVERNANÇA

Além de analisar a percepção da população sobre a responsabilidade, honestidade e transparência do sistema político, essa dimensão também mede a cidadania e o engajamento político dos cidadãos.

O domínio da governança avalia como as pessoas percebem várias funções governamentais em termos da sua eficácia, honestidade e qualidade. Os temas desses indicadores incluem liderança em vários níveis do governo, na mídia, no judiciário, na polícia e nas eleições (URA, [2008?], p.5).

Para alcançar esse objetivo, o CBS criou quatro indicadores para avaliar um governo eficaz e eficiente: direitos fundamentais, confiança nas instituições, desempenho das instituições governamentais e participação política³⁸. Sendo o FIB um indicador para medir a sensação de felicidade de uma sociedade específica, então é de se esperar que aja uma relação direta entre as ações governamentais e tais objetivos, como explica o Ministro do Butão:

³⁸ “In an effort to reflect much of the principles mentioned above, four measures were developed to signify effective and efficient governance. These include fundamental rights, trust in institutions, performance of the governmental institutions and political participation. [...] are understood as part of governance and a part of the public services to be provided by the government. It also includes fundamental rights to vote, freedom of speech, join a political party, to be free of discrimination and a perceptual indicator on government performance” (URA et al., 2012, p. 155).

Se a felicidade coletiva for uma visão a ser buscada principalmente através de verbas governamentais, o nosso sistema fiscal tem que ser coerente com esse objetivo. Todavia, se as alocações orçamentárias, a legislação, os impostos e outras medidas de natureza fiscal forem baseadas em um critério convencional, desprovido de considerações relacionadas ao FIB, essa busca seria fútil, uma vez que os resultados seriam inconsistentes com o FIB. Isso torna forte o caso de uma fórmula para o orçamento nacional e para um processo que seja radicalmente diferente, e dê aos contribuintes incentivos para que busquem o FIB. Tais atividades, como aquelas que promovam a formação de capital social, tecnologia “verde”, integridade familiar, etc., mereceriam portanto uma consideração especial. (Discurso do Exmo 1º Ministro do Butão, Sr. Jigmi Thinley, p. 10).

Uma democracia vibrante necessita de envolvimento cívico e participação política ativa. Ações nesse sentido procuram ampliar o conhecimento dos cidadãos sobre seus direitos e esclarecê-los sobre o próprio funcionamento do país. Este indicador se baseia em dois componentes: a possibilidade de votar e a frequência de presença nos encontros da comunidade.

A liberdade política procura avaliar a percepção populacional sobre o cumprimento dos direitos humanos no país. Para isso, existem sete perguntas sobre liberdade de expressão, o direito ao voto, participação em um partido político de livre escolha, formação e associação de grupos, o direito a igualdade de acesso e oportunidade tanto no serviço público quanto a pagamento salarial, e proteção contra diversos tipos discriminação, como racial e por gênero.

A fim de inquirir sobre o funcionamento de serviços governamentais básicos, o FIB utiliza quatro indicadores: *distância do centro de saúde mais próximo, métodos de eliminação de resíduos, acesso a energia elétrica e abastecimento de água de qualidade*.

Quanto à eficiência governamental em outras áreas, as pessoas qualificam as áreas de emprego, igualdade, educação, saúde, combate à corrupção, meio ambiente e cultura nos últimos doze meses³⁹.

Para o interesse da pesquisa, nos concentramos em identificar como os entrevistados se sentem em relação ao *investimento governamental nas áreas de cultura*, e se os Pontos de Cultura suprem alguma deficiência que poderia/deveria ser do ente público. Esse domínio está diretamente relacionado com a *percepção sobre as políticas públicas e o papel dos PC* nessa intermediação.

VITALIDADE COMUNITÁRIA

A vitalidade comunitária é composta, fundamentalmente, por relações cooperativas e redes sociais dentro da comunidade. A comunidade vital pode ser descrita como “um grupo de pessoas que apoia e interage positivamente com outros indivíduos e é baseado em um sentido de coesão entre os membros que prestam apoio social mutuamente” (URA et al., 2012, p. 160). Como disse o primeiro Ministro do Butão, sr. Jigmi Thinley,

Construir e desfrutar de fortes e genuínos relacionamentos é o que faz a vida ser boa. Um envelhecimento bem-sucedido significa permanecer vivaz nos nossos anos mais avançados, sem sucumbir às enfermidades precoces; sem ter que sofrer as indignidades de ser marginalizado pela sociedade; e sem sofrer a falta de respeito, amor e cuidados de apoio daqueles que são considerados sua família (THINLEY, 2009, p.7).

O domínio da Vitalidade Comunitária possui quatro indicadores: *apoio social*, o qual retrata o suporte comunitário; *relacionamen-*

³⁹ “To test people’s perceptions of overall service delivery in the country, respondents are asked to rate the performance of the government in the past 12 months on seven major objectives of good governance: employment, equality, education, health, anti-corruption, environment and culture. These outcome-based questions enable respondents to rank the services on a five-point scale from ‘very good’ to ‘very poor’” (URA et al., 2012, p.159).

to com a comunidade, o qual trata da socialização e do senso de comunidade; *relações familiares*, sendo que os autores não conceituam o que vem a constituir um elo familiar; e *percepção de segurança*, que contabiliza se os indivíduos foram vítimas de algum crime no ano que precedeu a pesquisa (URA et al., 2012, p. 161).

O domínio da vitalidade comunitária foca nas forças e nas fraquezas dos relacionamentos e das interações nas comunidades. Ele examina a natureza da confiança, da sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado. Esses indicadores possibilitarão aos formuladores de política pública rastrear as mudanças nos efeitos adversos para a vitalidade comunitária (URA, [2008?], p.5).

Para os Pontos de Cultura, o senso de comunidade é tão essencial quanto para o FIB⁴⁰, pois é através do trabalho comunitário realizado pelo Ponto que existe um sentimento de pertença, importância e compartilhamento de um projeto comum que irá satisfazer as necessidades da comunidade por um compromisso coletivo. Diversos Pontos, como será exemplificado posteriormente, desenvolvem programas que lidam com a marginalização, a falta de respeito, a violência e até mesmo o crime, construindo valores sociais que atuam ativamente para a mudança positiva nas comunidades. Esse é um dos domínios que mais está presente nos PC, pois o fortalecimento comunitário é bastante presente nos discursos.

⁴⁰ “From a GNH standpoint, a community must have strong relationships between community members and within families, must hold socially constructive values, must volunteer and donate time and/or money, and lastly must be safe from violence and crime. It is vital that volunteering and donations of time and money be recognized as a fundamental part of any community development. Socially constructive values can act as tools through which activities can be implemented for positive change in communities” (URA et al., 2012, p. 160).

MEIO AMBIENTE (DIVERSIDADE ECOLÓGICA)

Essa dimensão, avalia a noção das pessoas sobre a importância da biodiversidade e dos problemas relacionados à poluição. São quatro indicadores principais:

1) *Poluição*, relacionada com o conhecimento que as pessoas têm sobre o que seja a poluição e o que contribui para sua existência;

2) *Responsabilidade ambiental*, está relacionada à auto percepção da responsabilidade ambiental, ou seja, como a própria pessoa/sociedade se sente responsável pelo meio ambiente;

3) *Vida selvagem*, está também relacionada à preservação da biodiversidade, identificando e reconhecendo os impactos que práticas que ponham em perigo a vida selvagem têm consequências diretas para agricultores e pequenas comunidades rurais. Esta percepção nem sempre é fácil de ser trabalhada, pois as consequências às vezes levam mais de uma geração para serem sentidas;

4) *Problemas Urbanos*. Apesar do FIB reconhecer que o crescimento urbano pode causar vários impactos positivos, como melhora em energia, saúde e infraestrutura, ele também amplifica desafios como o tráfego, ineficácia de espaços verdes, falta de faixa de pedestres e expansão urbana (URA et al., 2012, p. 168).

Para a presente pesquisa, essas referências a esse domínio podem surgir quando os Pontos de Cultura trabalham temas relacionados às *práticas de reciclagem, preservação da biodiversidade*, ou mesmo sistemas e ações que possam *diminuir a poluição e o lixo produzido individualmente*.

PADRÃO DE VIDA

O FIB não utiliza a linha de pobreza como referência, por entender que há diversos outros aspectos que influenciam o bem estar.

Ao invés disso, trabalha com valores que encorajam as pessoas a alcançar a felicidade através de suas realizações, desencorajando uma abordagem em que se está satisfeito apenas com a maior quantidade de renda (ou outras conquistas) do que seus pares⁴¹.

Coincidindo com esse posicionamento, o relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009, p. 13) afirma que, embora seja informativo rastrear o desempenho das economias como um todo, as tendências nos padrões de vida material dos cidadãos são mais bem acompanhadas através de medidas de rendimento do agregado familiar e seu consumo. Os bens contabilizados levam em consideração o contexto socio-cultural, e por isso vão de celulares, rádios e bicicletas a gado e propriedade de terra (URA et al., 2012, p. 171).

O indicador utiliza dados sobre os recursos domésticos selecionados, como bens duráveis e semiduráveis de uso diário, para descrever o bem-estar das famílias. O conceito é baseado em evidências de que medidas de renda/despesas são medidas incompletas do bem-estar material das famílias, especialmente nos países em desenvolvimento, onde esses dados podem ter erros de medição mais elevados. (URA et al., 2012, p. 170)

Esse domínio é um dos mais complexos de ser identificado dentro da atual pesquisa, apesar de que, num sentido geral, todos os demais domínios impactam na qualidade de vida. Todavia, o FIB trabalha com a análise dos bens de seus entrevistados, enquanto estamos preocupados em como os Pontos de Cultura podem auxiliar as pessoas a adquiri-los. Isso pode ocorrer quando pessoas têm acesso a cursos profissionalizantes, por exemplo, que os auxiliem a se inserir no mercado de trabalho, ou mesmo, através de cursos de atualização, conseguirem avançar em sua carreira. Em outros casos, a simples

⁴¹ “For the GNH Index, it would not be sensible to use the poverty line as a threshold because the threshold should reflect sufficient income. The GNH living standards domain refers to higher conditions for wellbeing than poverty lines [...]. For the GNH indicator an absolute sufficiency threshold was chosen, since the GNH values encourages people to achieve happiness through their accomplishments, and discourages a relative approach in which one is satisfied only if one has relatively more income (or other achievements) than one’s peers.” (URA et al., 2012, p. 169).

existência de um ponto de internet ou biblioteca comunitária, pode dar acesso a informações que transformem a vida econômica de um participante do Ponto de Cultura.

Resumo

Aqui segue um quadro que resume os domínios e conceitos relacionados com a presente pesquisa, de forma a facilitar a rápida indexação durante a análise dos dados.

Domínio	Referências no discurso
Bem-Estar Psicológico	Satisfação com a vida; emoções positivas (como orgulho e alegria) e negativas (como dor e preocupação); autoestima; estresse; atividades espirituais (altruísmo, abnegação, compaixão, paz, um senso de propósito e conectividade).
Saúde	Condições de higiene, exercício, invalidez, padrões de comportamento arriscados, sono, nutrição, alimentação.
Educação	Alfabetização, manutenção ou valorização de línguas indígenas, alóctones ou oficial; promoção do acompanhamento pedagógico (elevar nível de escolaridade); reflexão sobre valores éticos e morais.
Cultura	Cursos diversos (tradições culturais ou identidade cultural); cursos específicos; organização de vendas; organização de apresentações; organização e sistematização de fontes históricas.

Domínio	Referências no discurso
Uso do Tempo	Se houve alguma influência na forma como a pessoa passou a organizar seu tempo entre trabalho, lazer e família.
Boa Governança	Percepção do investimento governamental nas áreas de cultura, e se os Pontos de Cultura suprem alguma deficiência que poderia/deveria ser do ente público.
Vitalidade Comunitária	Sentimento de pertencimento, importância e compartilhamento de um projeto comum que irá satisfazer as necessidades da comunidade por um compromisso coletivo; marginalização; falta de respeito; violência; mudança positiva nas comunidades.
Meio Ambiente (diversidade ecológica)	Práticas de reciclagem; preservação da biodiversidade; sistemas e ações que possam diminuir a poluição e o lixo produzido individualmente.
Padrão de Vida	Como os Pontos de Cultura podem auxiliar as pessoas a aumentar seu nível econômico: acesso à informação (ponto de internet ou biblioteca comunitária); cursos profissionalizantes, que os auxiliem a se inserir no mercado de trabalho, ou mesmo, através de cursos de atualização, conseguirem avançar em sua carreira.

A segunda parte desse relatório irá aplicar essas referências nos dados coletados, a partir das entrevistas gravadas (áudio e vídeo), diários de campo e pesquisas sobre os PC visitados.

PARTE 2 – ANÁLISE DOS PONTOS DE CULTURA

Interarte – COEPi (GO)



Foto 01 – Sede da COEPi

Introdução

O Ponto de Cultura Interarte surge como uma das iniciativas da Comunidade Educacional de Pirenópolis (COEPi)⁴². De acordo

⁴² Essa associação possui um site atualizado e muito bem organizado, no qual é possível ter acesso a diversas informações, como o histórico detalhado, a equipe responsável, oficinas, projetos, eventos, e prêmios recebidos, entre outros. O endereço é <<<http://www.coepe.org.br/>>>.

com Patrícia Ferraz⁴³, a COEPi foi fundada em 11 de Outubro de 1996, na cidade de Pirenópolis-GO, por um grupo de pessoas que vieram morar nessa cidade, e estavam preocupadas com a educação dos seus filhos. Até a aquisição e construção de sua sede, que ocorreu no ano de 1999, eles atuavam em parceria com as escolas, realizando palestras e oficinas. Suas principais atividades eram voltadas para a educação complementar e envolvia temas diversos como reciclagem, meio ambiente, e artes em geral.

Com a construção das primeiras salas da sede (sala Baru e sala Ipê), entre 2000 e 2003, funcionou como escola de educação infantil, fundamentada na pedagogia Waldorf⁴⁴ juntamente com as atividades complementares. No ano de 2000, é criada a categoria de Bolsa-padrinho: contribuição de pessoas físicas, para viabilizar o funcionamento da escola. Para a participação de pessoas da comunidade que não tinham capacidade de pagar uma mensalidade foram dadas bolsas de estudo. Essa situação de escola de educação infantil e associação com atividades complementares perdurou até o fim de 2003, quando, em uma assembleia, decidiu-se que a COEPi iria atuar somente como educação complementar⁴⁵.

Atualmente a sede conta com um espaço de três mil metros quadrados, onde foram construídas quatro salas (Ipê, Pequi, Baru e Oca da Terra), e um coreto. Na sala Ipê funciona a secretaria e uma pequena biblioteca. Na sala Pequi, funciona o estúdio multimídia. A sala Baru é voltada para as atividades coletivas, como aulas de Yoga,

⁴³ Patrícia Ferraz é bióloga, e mudou-se para Pirenópolis em 2003 para morar no Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC - <<<http://www.ecocentro.org/>>>). Em 2006 passa a atuar na COEPi, exercendo os cargos de Diretora Financeira e Presidente em diversas diretorias.

⁴⁴ A Pedagogia Waldorf é baseada na Antroposofia, para quem “o que distingue o homem dos outros seres da natureza é a sua capacidade de decidir sobre si mesmo e de fazer escolhas conscientes. O propósito de uma Escola Waldorf é, portanto, formar indivíduos em condições de zelar por sua liberdade, prontos a responder por suas decisões, de modo a garantir não apenas o seu bem-estar pessoal, mas sua contribuição ao mundo.” (FEDERAÇÃO, 2015)

⁴⁵ A escola passou a funcionar em outro local, com o nome de Escola Pirlampo, e perdurou até o ano de 2008, mantendo a pedagogia Waldorf.

Dança, Capeira, entre outras. Na sala Oca da Terra funciona um mini museu do Cerrado, com exemplos da fauna e flora da região. Além das salas ainda há um campo de areia para atividades esportivas, espaços para reciclagem e reaproveitamento da água, um forno para cerâmica, e um espaço chamado de Núcleo de Agroecologia, com a proposta de desenvolver tecnologias de conservação e melhoramento de solo, utilizando técnicas naturais - compostagem, minhocário, curva de nível e adubação verde.



Foto 02 – Entrada da área de Agroecologia da COEPI

Seu público-alvo não é específico, sendo que há atividades voltadas para todas as faixas etárias e gênero, desde projetos como o projeto CRIARTE, que oferece ações socioeducativas para crianças e pré-adolescentes, de 5 a 12 anos; e oficinas para jovens e adultos. Apesar dos cursos e oficinas terem horários específicos, a sede está sempre aberta para a comunidade utilizar o espaço, a biblioteca ou os computadores.

Em 2005 a COEPi participou do primeiro edital do Programa Cultura Viva e, graças à organização financeira, recebeu todos os recursos dentro do prazo de três anos estipulados (2005-2007), encerrando esse contrato com o MinC em 2008. Mesmo antes de entrar no Programa Cultura Viva, a COEPi havia sido reconhecida como Organização Social Civil de Interesse Público⁴⁶ (OSCIP) e firmado parcerias com diversos entes públicos, entre os quais o Ministério do Meio Ambiente em 2004, para implementar a Sala Verde; e com o IBAMA, também em 2004, para implementar o Centro de Educação Ambiental.

Seu projeto inicial para o PCV chamava-se Interarte e previa oito oficinas: sucata, papel, barro, flauta, balé, bijuterias, mosaico e informática, além de cursos de capacitação para professores da rede pública. Entretanto, com a chegada dos recursos, conseguiram duplicar a oferta de oficinas, e atender uma média de mais de duzentas pessoas de todas as faixas etárias da comunidade em geral.

Análise

A pesquisa de campo aconteceu em Abril de 2015, na sede da COEPi, em Pirenópolis. As entrevistas foram realizadas com Patrícia Ferraz, Diogo Damasceno⁴⁷, Tadeu Ribeiro da Costa⁴⁸ e Elismar Car-

⁴⁶ Título dado pelo Ministério da Justiça, através da Lei 9.790/99. É tanto um reconhecimento das ações realizadas, como permite parcerias público-privada por ter uma legislação própria.

⁴⁷ Diogo Damasceno, tem vinte e nove anos, e participa da COEPi desde 2005, quando iniciou a parceria com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente. Participou de oficinas, como as de formação política e educação ambiental. Como oficinheiro, realizou uma oficina de fanzine, entre outras.

⁴⁸ Tadeu Ribeiro da Costa, tem vinte e seis anos, e participa da COEPi desde que tinha, mais ou menos, dez anos. Sua mãe foi uma das fundadoras da associação, e ministrava aulas de máscara, aproveitando papel. Nessa época, ele começou como aluno da oficina de sua mãe. Depois participou de diversas outras oficinas. Atualmente é formado em Comunicação pela UFG, é coordenador do Núcleo Multimídia, e ministra oficinas de audiovisual e edição de vídeo.

dosos e Silva⁴⁹. Os três rapazes fazem parte do Coletivo Jovem Meio Ambiente (CJMA), uma iniciativa independente, mas que tem uma forte relação com a COEPi desde sua criação.

Uma das primeiras impressões que temos ao analisar as ações desse Ponto de Cultura é que ele se destaca em muitos domínios do FIB, sendo que, somente o domínio da saúde é comentado de forma secundária, como reflexo de uma política da conservação de ervas medicinais tradicionais.

Ao questionarmos sobre a diferença entre uma instituição pública e o fato da COEPi ser uma associação civil, no que diz respeito à flexibilidade das atividades, Tadeu afirma que,

A COEPi tem uma vida, e com isso ela acolhe as pessoas. Quem frequenta a COEPi está sempre sorrindo, de bem com a vida. Isso é não é porque são os diretores que fazem isso. É o próprio espaço que propicia isso. É um espaço que, se qualquer um quiser vir aqui pegar um limão, pode vir e pegar um limão, e não vai ter ninguém dizendo “Ei você não pode pegar um limão”.

Nessa sua fala, podemos destacar o domínio do Bem-Estar Psicológico (satisfação com a vida, emoções positivas). Outra ação realizada por eles e que também teve um impacto nesse domínio foi o caso da poetisa Dona Marieta. Tadeu lembra que, quando ela era criança, ela era “apedrejada” por ser negra. Na escola onde ela estudava, não podia ficar perto das outras crianças porque ela era diferente, pois estava numa escola católica e ela era evangélica. Atualmente, já uma senhora, conseguiu publicar um livro de poesias com o apoio do CJMA e da COEPi. Isso ajudou não só a valorizar sua arte (elevando sua autoestima), como também acaba por ter impacto na comunidade como um todo, ao mostrar que não é somente a chamada arte erudita ou “arte de elite” que tem valor, mas que as produções artísticas locais também têm sua importância.

⁴⁹ Elismar Cardoso e Silva, tem dezenove anos e iniciou na COEPi há três anos. Diz que está procurando fortalecer as raízes Afro. Por isso, começou a fazer capoeira Angola, Teatro, entre outros.

Mas há diversos casos bem específicos, que ilustram como essa associação mudou a vida das pessoas dessa comunidade. Há o exemplo do Alex que, segundo Patrícia:

Iniciou pulando o muro da COEPI. Ele era hiperativo. Não conseguia fazer as oficinas. Ele pulava o muro, jogava bola, ia embora. Aí conseguimos trazer ele pra dentro. E ele começou a fazer várias oficinas. Ele tentava sair, mas a gente insistia, que ele ia continuar. Ele ficou. Ele virou diretor, estimulamos ele a fazer faculdade. Teve uma época que ele tinha parado de estudar. Ele voltou a estudar, fez Engenharia Ambiental. Agora, ontem, ele saiu também da diretoria, como eu. (...) E a gente sabe que, só de ver o próprio Alex e alguns outros que tiveram aqui com a gente, e como hoje eles se transformaram. Ele veio de uma família altamente fragilizada, emocionalmente. Irmão traficante, isso e aquilo outro, e você vê a pessoa dizer “não, eu vou mudar”.

Tadeu também cita o caso do Edvaldo que começou “como monitor nas oficinas de barro, e agora ele é formado em Turismo pela UFG”, e complementa:

Muita gente sai daqui e a gente não sabe o resultado direto. Das centenas de jovens que já passaram por aqui, a gente não pode mensurar estatisticamente quantos a gente tem certeza que mudaram de vida a partir desse contato. Mas é possível a gente perceber a cada dia, quando a gente conversa com as pessoas que foram contemporâneos nos processos de formação, que ora eram formandos e agora são formadores, a gente percebe a quantidade de pessoas que mudou de vida.

A Educação e a Cultura são os domínios nos quais esse PC mais teve impacto, uma vez que a própria criação da COEPI teve como preocupação a educação complementar. Suas ações incluem muitas oficinas gratuitas, de dança, capoeira, circo, multimídia, meio ambiente, entre outras, além de realizar constantemente palestras e cursos de capacitação para professores da rede pública.

Atualmente há o projeto CRIARTE que, de acordo com o site da instituição,

oferece ações socioeducativas para crianças e adolescentes, de 5 a 12 anos, que participam de atividades integradas em período oposto ao da escola. Atualmente os alunos permanecem pela manhã ou tarde na COEPI, duas vezes por semana (segunda e quarta-feira), das 8:30 às 11:00h e das 14:00 às 17:00h. (COEPI, 2015)

Em relação ao domínio da cultura há os exemplos das oficinas de cerâmica, oficinas de Catira⁵⁰, a organização de festas juninas, o Sarau Ambiental⁵¹, e o programa de rádio semanal com a participação de mestres e artistas locais, como a já mencionada poetisa Dona Marieta. E mesmo antes de participar e organizar eventos relacionados à Ação Griô⁵², já tinham parcerias com os mestres locais.

Então, a gente tinha dois mestres que já não estão mais com a gente, que era a Dona Benta e Seu Ico. Eles faziam uma interação muito grande aqui. A Isabela também já tinha um grupo de música. Faziam interações com ela. Eles já vinham aqui para contar histórias... Então a gente já tinha algum envolvimento com alguns mestres. A Catira já tinha alunos. Seu Mário que era o Cati-reiro e fazia a folia da cidade, já era parceiro. (Patrícia)

Outro exemplo é a criação recente do Mini Museu do Cerrado, que organiza e sistematiza conhecimentos acerca da fauna e flora local, com exibição de espécimes de plantas e insetos, que impacta diretamente os domínios da Educação e do Meio Ambiente.

⁵⁰ Também conhecida como cateretê, é uma dança da cultura popular brasileira, em que o ritmo musical é marcado pela batida dos pés e mãos dos dançarinos.

⁵¹ “Evento mensal que tem por objetivo apresentar questões socioambientais relevantes de forma descontraída e interativa, promovendo a troca de saberes entre artistas, cientistas, mestres de tradição oral, estudantes e comunidade local. Como um atrativo lúdico para o público, são realizadas palestras seguidas de apresentações artísticas variadas, incluindo desde shows musicais, exposições, até apresentações dos próprios alunos das oficinas da COEPI, colocando arte e meio ambiente lado a lado.” (COEPI, 2015)

⁵² Para maiores informações, ver o site da Lei Griô Nacional <<<http://www.leigrionacional.org.br/>>>.

Em relação à Boa Governança, é muito recorrente, no discurso deles, o empoderamento político das pessoas envolvidas no processo em geral. Isso está presente desde a criação de oficinas de formação política, à participação de membros da COEPi nos conselhos municipais:

O governo foi empoderando a sociedade para entrar em conselhos, exigir isso e aquilo, dando mais ferramentas. A gente também foi se apropriando desses espaços. A gente chegou, numa época, em 2009, que a gente estava em onze conselhos do município: educação, saúde, meio ambiente, criança, assistência social, pelo amor de deus... Botaram a gente pra participar de tudo. Mas ao mesmo tempo a gente vê que está se doando, está legitimando uma coisa, mas o município também não consegue atender do jeito que devia, fazer o negócio participativo. Então a gente também começa a ver que a gente só está ali, de uma certa maneira, só legitimando. Um processo que está todo errado. Hoje a gente participa de quatro conselhos que é meio ambiente, do parque estadual, educação e o da criança. (Patrícia)

Existe, entre os jovens participantes do CJMA, a percepção da importância de sua participação nas políticas públicas locais como forma de orientar as ações para, ao invés de fazer uma política pública *para* determinado público, fazer a política *com* determinado público. Como o Diogo explica sobre a parceria entre a COEPi e o CJMA.

A COEPi demonstra muito isso na prática, ligando as oficinas nesse contexto. Então as ações têm uma interface de sempre buscar a reflexão também, a história do reproduzir, da mudança de hábito, de atitude. O fato de investir em projetos que são da comunidade, de investir na juventude como a COEPi tem investido, não só no caso de oferecer oficinas, mas de ser uma parceira, de oferecer o CNPJ, oferecer o espaço o apoio institucional, tudo que ela pode oferecer. Para que essa juventude também, numa condição política, possa também promover mudanças. Num determinado momento, a cidade estava discutindo o plano diretor da cidade, e a juventude estava lá, potencializada pela instituição, para poder intervir no plano diretor, como agora na questão dos

resíduos sólidos. As coisas vão interferir em nossas vidas. Então porquê que a juventude não está envolvida, na prática, com o que vai ser decidido? Tanto na condição de aprender, localmente, quanto de intervir, politicamente.

Em relação ao Meio Ambiente, desde o começo da COEPI, essa tem sido uma preocupação constante. Como a Patrícia explica, essa associação

tem uma pegada muito ambiental, floresta, tratamento de água cinza, toda água utilizada é reciclada, recolhimento de água da chuva. Tanto água negra, resto dos banheiros, tem uma fossa ecológica, e as águas cinzas que é dos chuveiros e pia que trata nos laguinhos. Sala verde desde 2004. Projeto junto com Ministério do Meio Ambiente, que eles doam acervo ambiental. Circuito tela verde. Passa filmes, vídeos com temática ambiental. Circuito de Direitos Humanos.

Recentemente fizeram uma parceria com a World Wide Fund for Nature (WWF-Brasil), para realizar capacitações em Consumo Responsável e Coleta Seletiva em Pirenópolis para o Programa Água Brasil e constantemente oferecem oficinas diversas com a temática ambiental, seja através da reciclagem e reaproveitamento do lixo, ao uso consciente e preservação da prática de hortas caseiras:

A gente teve um projeto que a gente chamava de cultura de quintais. Aqui sempre foi tradição esses lotes compridos, que iam da frente da casa até o fundo no rio, e todo mundo tinha quintal, ervas medicinais, frutíferas, pomar. Aí com essa coisa do turismo vindo, que já deve ter uns vinte anos, que isso começou a ser fomentado aqui, muita gente vindo com pousadas, restaurantes, as pessoas começaram a querer cimentar os quintais. E a gente falava, não, não é por aí, você está perdendo um monte de... de cultura mesmo, e de sustentabilidade. Você está deixando de ter aquele remedinho ali que você fazia uso, você vai ter que pedir pro vizinho... E a gente tanto fazia aqui como, quem queria, a gente ia nas casas e ia fazendo esse trabalho juntos. (Patrícia)

O próprio CJMA é um resultado direto das ações da COEPi no que se refere ao Meio Ambiente:

A cidade agora está num novo momento, que está se readaptando para o plano de resíduos sólidos. Inclusive vai ter um novo galpão, vai retomar o aterro sanitário, porque hoje não existe um trabalho de reciclagem na cidade. O Coletivo Jovem Meio Ambiente de Pirenópolis, é um espaço da juventude que se preocupa com a questão ambiental. E a COEPi vem apoiando esse movimento desde o começo, tanto em âmbito estadual como nacional. Ela serviu como CNPJ, ajudou com alguns editais, para ajudar o movimento se articular no ponto de vista da formação. A gente conseguiu reunir no ano retrasado, aqui em Pirenópolis, mais de cem jovens, de coletivos do país inteiro, aqui na cidade, pois Pirenópolis sempre foi uma referência pro movimento nacional. (Tadeu)

Hoje em dia a COEPi é um nome muito conhecido em Pirenópolis e grande parte da população sabe onde fica a sede, e quando não teve algum familiar envolvido, ao menos sabe o que eles se propõe a realizar pela comunidade local. Essa associação é um bom exemplo de uma entidade que se beneficiou do PCV para fortalecer suas ações e se manter atuante mesmo após finalizar seu convênio.

Ponto de Cultura de Caldas Novas – CEJUVI (GO)



Foto 03 – Salas onde ocorrem as atividades do CEJUVI

Introdução

O Ponto de Cultura de Caldas Novas – Centro Juvenil pela Vida⁵³ (CEJUVI), localizado no Setor Santa Efigênia, na cidade de Caldas Novas (Goiás), surgiu em 2007 como resultado do relaciona-

⁵³ Para maiores informações, pode-se acessar seu site em:
<http://www.semectcaldasnovas.go.gov.br/tag/cejuvi>

mento que a Irmã Elisa Ferreira (freira dominicana) iniciou com o Rotary Internacional, quando se dispuseram a apoiar uma escola em Goiânia onde a gestora já atuava. Entretanto, quando o pedido foi aprovado pelo Rotary, a escola em Goiânia tinha sido fechada e a proposta foi readequada para aplicação na cidade de Caldas Novas. Foi estipulado uma assistência de R\$ 39.000 para ser utilizada em dois anos, com foco na implementação da cozinha, compra de instrumentos musicais e estrutura de escritório. Finalizado o prazo de apoio do Rotary, o Comitê de Ação pela Cidadania⁵⁴ (CACI) viabilizou, em 2012, o ingresso do projeto na estrutura dos Pontos de Cultura. Com o suporte adquirido junto ao PCV, completaram a compra de instrumentos e ampliaram o corpo pedagógico para expansão de horários e aplicação de novos cursos como capoeira, moda, informática e teatro⁵⁵.

O objetivo principal desse Ponto de Cultura é trabalhar na prevenção à criminalidade, incentivando que crianças e adolescentes da comunidade do bairro de Santa Efigênia possam realizar atividades que as mantenham integradas, distanciando-as dos pontos de venda e consumo de drogas.

Aqui nós trabalhamos com o teatro, a dança, música, informática. Nós acreditamos que os adolescente, os jovens que acreditam, se apaixonam pela arte em si, ele não vai se apaixonar pela droga, pelo crime, por nada... (Irmã Elisa)

De acordo com a Professora Elisângela, coordenadora pedagógica da Escola Municipal Emilio Rosa Ferreira, principal escola do bairro e na qual a maioria dos participantes do projeto estudam,

Muitos dos nossos alunos ficavam na rua. Tem muitos alunos com talento e a maioria dos pais trabalham fora hoje em dia, e esse CEJUVI, além de despertar a aprendizagem, estão ensinando de repente a seguir uma carreira.

⁵⁴ OSCIP responsável pela gestão do CEJUVI.

⁵⁵ Para exemplos de trabalhos desenvolvidos no CEJUVI - Caldas Novas, procurar no Youtube com as palavras chaves: Ponto de Cultura CACI e CEJUVI.

Portanto, a proposta deste Ponto de Cultura é propiciar um ambiente de convivência com oficinas de diversos ofícios cuja orientação básica é estimular a autoestima dos participantes, impactando diretamente na identidade sociocultural da comunidade do Santa Efigênia e bairros adjacentes, como explica a coordenadora:

Eu que estou aqui há 10 anos digo que esse bairro é outro. Todo mundo fala que é a partir daqui, do nosso projeto, que as mudanças começaram. (Irmã Elisa)

O CEJUVI oferece cursos gratuitos em contra-turnos escolares sem custo aos participantes.

Análise

A pesquisa de campo foi realizada em Fevereiro de 2015, na sede da CEJUVI, em Caldas Novas/GO e na Escola Municipal Emílio Rosa Ferreira – EMERF. As entrevistas foram realizadas com Irmã Elisa Ferreira, Professor Adeilton (oficina de música – instrumentos de cordas e percussão), Professora Elisângela (Coordenadora Pedagógica da EMERF) e cinco crianças participantes da oficina de música e moda com idade entre 10 e 13 anos – Tamires, Redelin, Isadora, João Luiz e Wallace.

Para melhor estruturação da análise definimos indicadores diretos, destacados na ordem de relevância, e indicadores indiretos que se associam por aspectos consequentes. Essa ordem permite observar de maneira simples as consequências apresentadas por cada ação e como elas se encadeiam no processo de construção do FIB local.

Dentro do CEJUVI encontramos uma força acentuada nos indicadores de Educação, Vitalidade Comunitária, Bem-Estar Psicológico e Cultura. Indicadores indiretos podem ser relacionados ao Uso do Tempo. Detectamos a ausência de indicadores diretos dentro do

discurso dos entrevistados relacionados aos domínios do Meio Ambiente, Padrão de Vida, Saúde e Boa Governança.

Com a inexistência de cinema, salas de teatro e espaço para apresentações artísticas – excetuando-se os locais voltados quase que exclusivamente para a música sertaneja, o CEJUVI tem sido responsável por movimentar atividades culturais na cidade e região. Dessa forma, o primeiro indicador direto observado, em termo de relevância das ações desse PC, é o impacto nas ações culturais locais:

Aqui não tem ainda uma consciência, por ser uma cidade turística as pessoas chegam perguntando onde tem Teatro, onde tem Cinema. Não tem. Então tem grupos isolados como o nosso aqui. Caldas Novas não tem essa consciência cultural. Portanto, esse projeto nosso prepara os meninos e os clubes poderiam aproveitar isso e provocar mais apresentações culturais. A gente percebe uma mudança de visão. Antes não tinha nada. Teve um incrível desenvolvimento que aconteceu nos jovens, adolescentes, as descobertas dos dons. Esse menino de 10 anos [Redelin], se não tivesse o projeto, ele nunca teria descoberto esse dom. O projeto ajuda na descoberta e desenvolvimento dos dons que eles têm. Essa alegria que vem assim nascendo, porque a música traz alegria. O pessoal fica mais esperançoso e trabalha com mais ânimo. A credibilidade que nós temos aqui em Caldas, todo mundo admira, todo mundo fala. (Irmã Elisa Ferreira)

A minha vida mudou muito depois que entrei no projeto. Antes eu pegava o microfone e ficava cantando na frente da televisão. Vi que tinha aula de música. Fui entrando em contato com as pessoas, fazendo amizade. Mudou muito na minha vida como eu toco, eu canto. (Redelin – participante citado na fala anterior de Irmã Elisa)

Minha vida mudou bastante depois que eu entrei no projeto. Na escola, eu só tirava nota baixa, baixa, baixíssima. Depois que eu entrei aqui, eu fui me relacionando mais. Fui tirando notas boas. Eu entrei aqui porque, quando era pequeno, eu sempre quis tocar algum instrumento. (João Luiz - participante)

Na sequência das falas sobre o impacto cultural, em especial na área musical, surge um indicador indireto associado ao desenvolvimento das estratégias de educação cultural continuada que surge em consequência às estratégias adotadas para arregimentação e disseminação das linguagens ensinadas nas oficinas (teatro, música, moda e capoeira). Por isso, o indicador consequente é o da Educação:

A gente restaurou um rapaz aqui que participou de uma quadrilha, que roubou quase todos os instrumentos do projeto. Ele virou um cidadão de bem e nesses seis anos ele virou um rapaz, foi trabalhar na cidade, virou chefe no setor dele, e foi transferido para Anápolis. O projeto, além dessa transformação, de satisfação na vida dos alunos, onde os alunos puderam se realizar fazendo suas expressões artísticas, tem também essa questão da restauração da personalidade. Como aconteceu com esse rapaz e teve outros também. A gente vê que a gente contribui com a formação do ser humano no que diz ao caráter. Isso também é interessante. (Professor Adeilton)

Eu to começando agora a aprender guitarra, falta muita coisa ainda, a prática é fácil mas a teoria é uma dificuldade incrível né professor? É trabalhando que se aprende né, assim a gente melhora. (Tamires - participante)

São, assim, uns alunos bem elétricos, porque a aprendizagem deles vai além. São hiper-sociáveis, melhor dicção. Às vezes, quando falamos que vamos conversar com a coordenadora do CEJU-VI, eles mudam o comportamento. Dá pra ver que eles amam o que acontece lá no CEJUVI. A escola só tem a ganhar. (Professora Elisângela, Coordenadora Pedagógica da EMERF)

Outro indicador que aparece em relação direta ao efeito do projeto na vida dos participantes é o do Bem-Estar Psicológico, que também se relaciona com a Educação.

Quantos alunos vêm de uma família disfuncional, desestruturada e se sentem com a autoestima baixa, e lá ele se encontra? A autoestima dele se eleva. Chegando aqui na escola, ele se sente valo-

rizado. Porque ele vê “eu sou alguém, eu consigo fazer”. E com a autoestima elevada, a aprendizagem também vai ficar elevada, porque ele começa a confiar nele mesmo. Ele começa a acreditar na aprendizagem dele. Ele se desperta, ele amadurece. Ele se encontra, eles ficam acreditando neles mesmos. Tem aluno aqui que era muito inquieto. Começa a fazer, vem o despertar, começa a acreditar nele. Lá eles veem outro estilo de vida. “Aqui eu posso escrever uma nova história”, e por isso eles contribuem mais em casa, na escola, no bairro que vive, na cidade. (Professora Elisângela, Coordenadora Pedagógica da EMERF)

Há um impacto no entusiasmo deles. É o rumo da vida deles que tá sendo outra. Estar no projeto dá credibilidade para os meninos. (Irmã Elisa)

Eu sou do Pará e quando eu cheguei aqui eu só conhecia o pessoal que morava comigo. Me receberam de braços abertos. Aprendi alguns instrumentos e só melhorando graças a Deus. E agora é só fazer mais amigos e a galera que entra é só expandir o projeto. (Tamires - participante)

Atualmente, eles não só aumentaram a autoestima pessoal, como o orgulho de morar e estudar num bairro que é apoiado por um projeto como esse. Em um passado recente as crianças e adolescentes se recusavam a se apresentar com uniformes que os identificassem como habitantes do bairro de Santa Efigênia. Hoje, sentem orgulho. Dessa forma, fica claro que as ações do CEJUVI afetam diretamente a Vitalidade Comunitária como reflexo do Bem-Estar Psicológico.

O projeto, ele abrange várias áreas...tem ajudado bastante na nossa formação, na formação como cidadão tem contribuído também com a minha pessoa. Já tive oportunidade de atuar em outros locais, mas mesmo assim não abandonei esse projeto. Me formei em direito, tirei a carteira da OAB, abri escritório, mas não deixei o projeto. A gente ajuda o ser humano e ele acaba ajudando a gente. (Professor Adailton)

Desde quando eu entrei aqui eu mudei muito com a minha família, amigos e parentes. Aqui é muito legal, mudei muito, minha vó acha que eu mudei, eu também acho. (Isadora - participante)

Por fim como consequente aos indicadores de Vitalidade Comunitária e Bem-Estar Psicológico, aferimos falas que apontam para o indicador relativo ao Uso do Tempo. Isto ocorre aqui porque a ociosidade, que outrora era comum entre as crianças e jovens da comunidade de Santa Efigênia e arredores, diminuiu consideravelmente, evitando a exposição destes a fatores contribuintes à criminalidade, desemprego e depressão.

Ficava em casa fazendo nada e chega aqui junta a galerinha vamo fazer um som! (Tamires)

Se não houvesse isso no bairro eles ficariam na rua aprendendo o que não pode. (Professora Elisângela)

Eu comecei a fazer o projeto por causa dela (Isadora), porque eu ficava só em casa vendo TV. (Wallace - participante)

Um fator que possivelmente instrui o bom uso do tempo está na multi-instrumentalidade dos alunos, que conseguem desenvolver boa habilidade em diversas áreas dentro das oficinas oferecidas no CEJUVI. Sobre um dos participantes do projeto, Irmã Elisa diz:

Ele não fez dez anos ainda, mas nessa apresentação do final de ano ele tocou seis instrumentos. Cada apresentação ele tocava um instrumento. Ele canta também. Ele é de uma igreja evangélica aqui pertinho e é um líder lá na igreja. O pastor deixa ele fazer coral com os meninos.

Esse fato não é isolado, e há diversas crianças que acabam por aprender diversos instrumentos, talvez como uma razão para permanecer mais tempo nesse espaço.

Tenho 10 anos e estou aqui no projeto desde os 5 anos e sei tocar 8 tipos de instrumentos. Bateria, violão, guitarra, percussão, cavaquinho, e estou aprendendo trompete... (João Luiz)

Tenho 12 anos, faço bateria e comecei nesse projeto em 2010 e estou aqui até hoje. Toco bateria, violão, guitarra e cavaquinho. (Wallace)

Durante essa pesquisa de campo, percebemos o quão significativo é o impacto do CEJUVI na cidade de Caldas Novas. A percepção social aponta que os índices de violência diminuíram consideravelmente na comunidade de Santa Efigênia e muitos jovens experimentam novas possibilidades de estudo e emprego. Mas, embora haja um forte impacto social, a gestora se mostra desconfortável com o fato de que o projeto necessite custear todas as oficinas, visto que não há voluntariado suficiente para manter as atividades.

Ninguém quer ser voluntário. Mesmo o aposentado fala assim: “eu sou aposentado, mas preciso ganhar”. A maior dificuldade é você arrumar alguém pra trabalhar como voluntário. (Irmã Elisa)

Um dos pontos que a gestora Irmã Elisa Ferreira mais destacou foi a necessidade de apoio financeiro continuado para a manutenção das oficinas, visto que os participantes não arcam com custos necessários para o funcionamento do projeto e dos cursos. Na maior parte da entrevista foi ressaltado o desconforto da gestora com interrupções no financiamento acertado pelo programa, o que acarretou em reduções nas capacidades de alcance do projeto. Como a interação com outros Pontos de Cultura é praticamente inexistente, muitos dos problemas resolvidos em outras localidades não chegam ao conhecimento da gestora, perdendo toda a potencialidade da ideia de rede e gestão compartilhada.

Em Ipameri tem outro [Ponto de Cultura]. Eu sei que tem lá, eu conheço até algumas pessoas lá do Ponto de Cultura, não sei se em Catalão tem outro, mas o Ponto que eu sei que tem mais perto daqui é Ipameri. Até tem a proposta da TEIA né, só que quando

tem, quem vai é o Presidente do CACI pois é eles que administram. Nós não tomamos nenhum contato. (Irmã Elisa)

Sobre a sua entrada no PCV, a coordenadora reconhece que foi muito importante, pois passaram a ter mais segurança na oferta de cursos, apesar da falta de confiança se o recebimento de recursos como Ponto de Cultura vai ser realmente pago. Para suprir as necessidades financeiras, empresários locais contribuíram durante curtos períodos, e um convênio com a prefeitura, que contribui com uma pequena contribuição mensal.

Em certo momento, Irmã Elisa comenta sobre o desenvolvimento da consciência de que uma sala fechada tem um grande impacto econômico. A ajuda inicial do Rotary permitiu a transformação desse espaço em um local de utilidade para a comunidade.

Quando eu cheguei aqui com essa consciência, eu falei: “Meu Deus do céu, um salão desse tamanho, com essa estrutura, sem nada... uma cozinha daquele jeito ali, sem nada.” Mas a cozinha não era bem estruturada, pois não tinha panela, não tinha nada para cozinhar, mas a gente tem tudo agora. Quando chegou o Ponto de Cultura, a gente completou e tem tudo agora. [...] O pontapé inicial foi com o Rotary, mas a continuidade do projeto foi graças ao Ponto de Cultura.

Um dos problemas que percebemos, durante essa visita de campo, foi a falta de um acompanhamento mais intenso na relação entre fomentadores e gestores, visto que as práticas de aplicação de estratégias permanecem isoladas nesse Ponto de Cultura. Outros indicadores se tornariam protagonistas caso os reais atores do projeto pudessem interagir com outras bases. Além da continuidade financeira, um fator que agrava a não incidência de outros indicadores se dá no âmbito estratégico, visto que a gestão atua somente no contexto que consegue captar, focalizando, na maior parte, em ações culturais.

Ponto de Cultura Caminhos Audiovisuais (DF)



Foto 04 – Alunos participando da oficina do PC Caminhos Audiovisuais

Fonte: <http://caminhosaudiovisuais.blogspot.com.br>

Introdução

Idealizado pelo professor Raffaello Santoro, arte educador, militante da cultura Hip Hop e produtor musical, o Ponto de Cultura Caminhos Audiovisuais⁵⁶ foi uma iniciativa da Associação Cultural

⁵⁶ Para maiores informações é possível acessar seu site em:

Claudio Santoro⁵⁷, em Brasília, Distrito Federal. O projeto foi aprovado pela Secretaria de Cultura em 2011 mas, com o atraso de dois anos para liberação de recursos, sua finalização não aconteceu em 2013/2014, e está previsto somente para 2016.

Esse Ponto de Cultura não tem instalações próprias e depende de parcerias para seu funcionamento. Em 2012 iniciou seus primeiros cursos nas dependências da Faculdade Dulcina de Moraes, localizada no Setor de Diversões Sul (conhecido como Conic), e em 2014 passou a utilizar uma sala cedida dentro da Administração Regional da Estrutural como endereço. O Ponto ocupa uma sala ampla, com seis computadores enfileirados em duas filas de três, e outros materiais para produção audiovisual. Além disso, eles possuem armários e um sofá.

Oferece somente cursos presenciais que ocorrem de segunda a sexta-feira, e atendem, em sua maioria, jovens entre de 16 e 28 anos. As turmas são limitadas a até cinco alunos por turno (matutino e vespertino) por conta da quantidade de equipamento. A duração dos cursos varia, desde cursos de produção musical (com opções de 45 a 180 horas), ao curso de áudio, com carga horária de 100 horas distribuídas em cerca de 25 dias.

A escolha dosicineiros é sempre feita por edital. Já a participação nos cursos depende de uma conversa com o coordenador, que avalia o interesse da pessoa. Tal medida mostrou-se necessária para evitar a grande evasão e rotatividade dos alunos, que acontece por diversos motivos como, por exemplo, dinheiro para o transporte ou problemas familiares. O Ponto sempre procurou dar preferência a pessoas de diferentes cidades satélites e possui alunos do Riacho Fundo, Santa Maria, Estrutural, Ceilândia e Varjão.

Um dos principais problemas que tive no primeiro ano foi passagem de ônibus dos alunos. O que a gente faz aqui não é reconhecido pela secretaria de educação, então os meninos não podem ter

<<<http://caminhosaudiovisuais.blogspot.com.br/>>>.

⁵⁷ Ver em <<<http://www.claudiosantoro.art.br/acces/br/acces.html>>>.

aquele passe livre para pegar ônibus. Muitos alunos não conseguem vir porque não tem dinheiro para pegar ônibus. O Fernando mesmo, era o professor do colégio dele que pagava a passagem pra ele vir todo dia. Às vezes os alunos faltam por falta de passagem mesmo. Foi uma das maiores reclamações no primeiro ano, desse ano também, foi a maior reclamação. Aqui em Brasília o cara tem que pegar dois, três ônibus para chegar em um lugar. E não é integrado. Então o cara tem que gastar dinheiro, mas não tem dinheiro pra isso. É complicado. Pra mim essa foi a maior dificuldade para os alunos. [...] O menino do ano passado, do Varjão, eu praticamente pagava a passagem dele sempre, para ele não perder. É complicado. (Raffaello, idealizador).

Apesar de não ter pretensão de os alunos saírem do curso como editores, músicos ou produtores musicais profissionais, o projeto foi pensado para ser o mais profissionalizante possível, como uma alternativa para quem não tem condição de pagar um curso profissionalizante de audiovisual, por exemplo. Em relação aos softwares utilizados em seus cursos, Santoro diz que utilizam tanto softwares livres quanto proprietários. Como sistema operacional principal, utilizam o Ubuntu. Todavia, conseguiu um convênio com a empresa Magix (software de edição de vídeo e áudio) para trabalhar com esses programas proprietários, possibilitando a seus estudantes o contato com programas utilizados no mercado de trabalho.

Análise

A pesquisa foi realizada em Novembro de 2014, na sala cedida dentro da Administração Regional da Estrutural, que funcionava como sede e sala de aula. As entrevistas foram realizadas com o coordenador Raffaello Santoro, com o oficinairo WT, e dois participantes das oficinas de audiovisual, Heitor e Lucas.



Foto 05 – Oficineiro WT e alunos de um dos cursos do Ponto. Ao fundo, a bolsista Marta Pederiva entrevista Rafaello Santoro.

Em relação ao FIB, nas falas dos entrevistados é possível reconhecer como suas ações impactam diversas dimensões. A mais evidente é a da Educação, incentivando a aprendizagem contínua e possibilitando um novo conhecimento que pode abrir possibilidades de atuação profissional.

Não tinha essa expectativa de aprender tanto assim, pensava que ia ser uma coisa mais simples. Superou minhas expectativas, esse curso. Já aprendi bastante. (Lucas, participante).

Só pelo fato do Ponto me ensinar e eu poder ensinar lá na minha quebrada, eu acho que já... Tudo o que eu aprendo aqui, principalmente no áudio, [...] tudo o que eu aprendi aqui, hoje eu aplico lá no meu estúdio. E ensino pros meus amigos que também querem aprender, entendeu? Meu estúdio é de áudio. Eu não dou

aula, mas o que eu aprendi, eu posso passar adiante lá, entendeu? (Heitor, participante)

É interessante observar, nesse discurso, como a ideologia de poder passar o conhecimento adiante, de forma gratuita, acaba por ser absorvida pelos participantes, resultando não somente em possíveis profissionais da área de multimídia, mas multiplicadores de conhecimento. Esse sentimento de poder ajudar ao próximo é algo recorrente entre os idealizadores e coordenadores dos pontos:

O Ponto de Cultura ajuda, né? Sem isso você não teria a possibilidade de fazer um DVD com 10 videoclipes com grupos de comunidade que não tem condições de gravar seu videoclipe. Não teria condições de fazer uma coletânea, nem um documentário. Não teria condições de dar emprego temporário para oficineiros, para eles mostrarem seu trabalho e ganhar com isso. Não teria a oportunidade desses alunos aprenderem. Quer dizer, só tem vantagem. Não tem desvantagem. Pra mim, os recursos estão aí para ajudar a fazer isso. E como no Ponto de Cultura eu tenho que gastar com serviços, então, estou gastando com o humano e isso que é importante. (Raffaello, idealizador).

O Bem-Estar Psicológico permeia quase todos os discursos, ao se referirem com alegria sobre suas experiências no PC e consequente elevação da autoestima. Ele fica evidente na fala de um dos participantes, que expressa orgulho por conseguir realizar um sonho da infância por meio do Ponto:

Desde pequeno eu sempre gostei e tinha vontade de trabalhar dessa área [audiovisual]. Abriu essa oportunidade, me inscrevi. Curso particular é caro. (Lucas, participante).

Outro domínio que tem muito destaque em suas ações é o da Cultura, seja através da valorização da cultura local, ou das culturas juvenis que muitas vezes estão fora do *mainstream*, como é o caso da cultura Hip-Hop. Essa é um exemplo uma prática cultural que, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico que possibilitou a for-

mação de redes globais de comunicação, acelerou a difusão intercultural de músicas criando um fenômeno que é ao mesmo tempo local, ao utilizar temáticas e sonoridades comuns a sua região geográfica; e é global, ao se basear em práticas musicais que estão disseminadas em quase todo o planeta, e nas quais indivíduos de locais distantes como Brasil e Indonésia⁵⁸ se reconhecem. E essa é a principal área de atuação de Raffaello Santoro, também conhecido como DJ Rafa.

E, claro, nossa metodologia é o hip-hop. A cidadania e o hip-hop. Então a gente se concentra em clipes de rap, hip-hop, de break. A gente faz, tá sempre nesse segmento, que é o meu segmento. [...] Os dez grupos escolhidos para fazer o CD que a gente tá fazendo esse ano são do próprio Ponto e da Comunidade, tanto da Estrutural quanto de Brasília. E o DVD de videoclipes que a gente fez no ano passado foi feito com intercambio com outros pontos, de Porto Velho e Rondônia. E gravei dois clipes de dois grupos de lá, do movimento MHF, Movimento Hip-Hop da Floresta. A gente fez esse intercambio para ajudar aqui e lá, foi muito interessante. (Raffaello, idealizador).

Nós produzimos um clipe que ganhou um premio aqui em Brasília, que é o prêmio Hip Hop Zumbi dos Palmares, de melhor videoclipe. Graças ao Ponto a gente produziu ele totalmente aqui (Heitor, participante)

Como em diversos outros exemplos, o domínio da Cultura também está muito relacionado com o da Vitalidade Comunitária e do Bem-Estar Psicológico, ao promover a autoestima, o senso de pertencimento e ter exemplos de pessoas da própria comunidade que conseguiram “dar a volta por cima”.

Além do contato com os alunos e a troca de conhecimento que a gente tem entre nós, os próprios professores, que muitos deles fazem parte do mesmo projeto que a gente tem, por exemplo, o WT também canta RAP. Então dentro da perspectiva dele, que é muito mais antigo do que eu, eu acho que, na minha vida, consegui

⁵⁸ Um exemplo sobre o hip-hop na Indonésia por ser encontrado em <<<http://www.insideindonesia.org/homicide-and-hip-hop>>>. Ver (HARKNESS, 2006).

me ensinar. Tanto ele quanto o Raffa, e as outras pessoas que passaram por aqui, conseguiram me dar esse ensinamento de pessoas, de pessoas que estão a mais tempo e ensinam, além do profissional, o psicológico também. Ensina como a gente deve se comportar, pra onde a gente deve caminhar para que os nossos projetos realmente consigam dar certo (Heitor, participante).

Eu costumo escolher oficinairos que são de periferia, também, que entendem esses jovens. Que já trabalham, também subiram, conseguiram ser sobreviventes. Acho importante eles passarem essa experiência também. [...] Um dos alunos da tarde, Fernando, é poeta e cantor de RAP. Lançou um livro de poesia, faz letras, é assíduo, mas mora sozinho na favela aqui atrás. O pessoal tá fazendo um mutirão pra construir lá um negócio porque, toda vez que chove, alaga tudo, perde tudo. É um menino sofrido, mas é um menino que tá em todas as aulas, muito interessado. (Raffaello, idealizador).

Em relação à Boa Governança, Santoro reconhece que o Ponto de Cultura supre algumas deficiências que podem ou deveriam ser do ente público, ao mesmo tempo que identifica o que vê como problemas a serem solucionados.

A associação não tem um lugar fixo do Ponto. É muito difícil ter um lugar fixo hoje em dia. Pra mim isso é uma das falhas [...] deviam existir mais editais para a gente poder estruturar o Ponto de Cultura, ajudar a ter um local, sabe!? Dentro da Comunidade. [...] Se eu tivesse um local fora da Administração [Regional da Estrutural], eu ficava aqui, porque aqui é muito legal. [...] Por isso que falo, se vier um edital que possa fazer essa manutenção dos pontos, ajudar a ter um local. Por exemplo, todos os upgrades das máquinas para trabalhar com audiovisual eu tive que fazer com o meu dinheiro, não pude usar o dinheiro do ponto. E cada upgrade desses é 700 reais. Vai defasando e você tem que fazer o upgrade para os alunos trabalharem com full HD, com a última geração de ferramentas de vídeo. E você tem que fazer isso por conta própria. O edital não permite isso. Então, é muita vontade de fazer a coisa. A gente acaba se envolvendo. Mas seria bom se

você pudesse dentro de um edital fazer isso (Raffaello, idealizador).

Por fim, os cursos oferecidos acabaram por impactar o Padrão de Vida das pessoas que participaram. E, de acordo com Santoro, essa foi a intenção desde o início, de optar por uma quantidade menor de alunos, investir na qualidade do aprendizado, e sair com um conhecimento o mais profissional possível:

Tem outra aluna, Andressa, que foi uma das minhas primeiras alunas. Depois conseguiu um emprego na área de audiovisual. Foi editora muito tempo numa TV, depois professora de informática de um Ponto, e agora voltou a estudar aqui, porque o Chocolate [oficineiro] tá dando um pouco mais avançado, e ela tá aproveitando para se reciclar também. [...] Porque o hip-hop era só um chamariz. A gente não ia deixar o grafiteiro fazendo só isso o resto da vida. A gente queria que ele aprendesse web design, que ele começasse a aprender serigrafia para ter uma profissão. O DJ, ia ser técnico de áudio, produtor musical. (Raffael, idealizador).

A atuação profissional na área já é uma realidade para alguns de seus egressos, e se tornou uma realidade possível para os novos alunos.

Hoje eu tenho um estúdio que eu posso gravar os meus amigos e os meus sons com os ensinamentos que eu aprendi aqui no Ponto, com o Raffa, de produção de áudio. Então eu acredito que o Ponto me deu as ferramentas pra conseguir alavancar os trabalhos que eu já tava fazendo, entendeu? Eu já fazia música antes de vir aqui pro Ponto, só não tinha os instrumentos pra me autoproduzir e pra produzir os meus parceiros. Então, quando eu cheguei no Ponto de Cultura eu não sabia muito como fazer isso. (Heitor, participante)

Pretendo entrar nesse mercado da comunicação. Trabalhar nessa área do audiovisual. Quero trabalhar nessa área. Pretendo montar minha própria empresa, meu estúdio. Isso é um sonho. Não só de audiovisual, mas também de gravar música, vinhetas, videocl-

pes, quem sabe até filmes. Desde pequeno foi meu sonho. Trouxe a perspectiva de um futuro melhor, através das coisas que eu gosto de fazer, mexer com audiovisual, editar vídeo, essas coisas. (Lucas, participante).

Como resultado de suas ações, destacam-se tanto a inserção profissional dos alunos e ex-alunos, como a produção de trabalhos musicais e audiovisuais com os equipamentos do Ponto. Em 2012, produziu um DVD com 10 videoclipes em intercâmbio com outros Pontos de Cultura, um de Porto Velho e outro de Rondônia. Em 2013 produziu um CD e um DVD documentário.

Ponto de Cultura Ludocriarte Editora (DF)



Foto 06 – Sede do Espaço Ludocriarte

Introdução

O ponto de Cultura Ludocriarte Editora, localizado na cidade de São Sebastião, Distrito Federal, é uma iniciativa surgida, idealizada e promovida pelos organizadores do espaço Criarte. A proposta é incentivar jovens a trabalhar sua expressão oral e escrita através da produção e contação de histórias, além do incentivo ao gosto pela leitura e produção de textos.

A Associação Ludocriarte surgiu da experiência do italiano Paolo Chirolla em trabalhos sociais pelos interiores de Goiás, experiência que o incentivou a realizar, em 2005, a construção de uma brinquedoteca comunitária na cidade-satélite de São Sebastião no Distrito Federal e mais tarde a Ludocriarte Editora. O objetivo da associação é o de trabalhar as diversas expressões das crianças através de atividades lúdicas realizadas em conjunto, incentivando a construção subjetiva que abrange desde a percepção do aspecto comportamental da ética, até a promoção da convivência coletiva, sem deixar de centralizar a expressividade dos meninos e meninas.

A partir de 2012 iniciaram as atividades da Editora Ludocriarte, e até o ano de 2015 foram publicados dois livros de histórias clássicas infantis recontadas pelas próprias crianças, intitulados “Era outra vez...”. Com a publicação desses livros, a instituição teve um alcance maior que o meramente institucional, e a comunidade local foi devidamente representada no processo autoral das histórias publicadas. Com certa frequência, eventos são realizados para a comunidade com o intuito de divulgar os trabalhos feitos pelas crianças e interagir com a comunidade local. Essas iniciativas são idealizadas com a proposta de envolver a comunidade não participante a conhecer e interagir com as ações realizadas no ponto.

A região na qual o PC atua se caracteriza pela carência em atividades de incentivo à promoção cultural e ao lazer da comunidade. São contemplados pela associação cerca de 500 jovens moradores da localidade que estão entre 6 e 17 anos. Esses jovens são distribuídos entre mais duas iniciativas que fazem parte da rede Ludocriarte: o Conexão Jovem e o Criarte. As atividades são realizadas de segunda a sexta no turno da manhã ou da tarde dependendo do horário escolar.

A sede da associação se localiza em uma casa num bairro residencial e se destaca pela sua fachada colorida. Seu interior é todo adaptado para as atividades desenvolvidas e decorada de forma a indicar que naquele ambiente existem crianças em plena atividade artística. O espaço contém vários cômodos, sendo um deles o escritório

onde são realizadas as atividades burocráticas do espaço, uma cozinha onde encontramos várias senhoras preparando o lanche da tarde, e um amplo espaço atrás da casa onde as crianças lancham, fazem atividades de reforço escolar e brincam. O interior da casa possui uma área física muito restrita apesar dos vários cômodos. Atividades que exigem maior movimentação são realizadas na parte da frente da casa, toda equipada de brinquedos, casinhas, mangueiras, materiais lúdicos e artísticos.

Com o espaço físico limitado, muitas propostas idealizadas para o Ponto de Cultura e para a associação ficam sem se concretizar como, por exemplo, a abertura de atividades para todos os interessados da comunidade, sem restringir a quantidade de público contemplado. Essa limitação faz com que os coordenadores encontrem dificuldades em manter qualquer tipo de espaço comunitário na associação.



Foto 07 – Atividade do PC Ludocriarte na área externa

O espaço se mantém graças a uma série de parcerias e convênios feitas ao longo dos anos. O surgimento da associação foi possível graças a um incentivo da embaixada italiana por alguns anos e algumas iniciativas da própria associação em arrecadar fundos, além de alguns prêmios que, financeiramente, foi um fomento importante para dar continuidade ao projeto e suas atividades. A parceria mais recente é um convênio com a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social de Brasília (Sedest), a partir do qual foi possível ampliar a iniciativa e manter os profissionais da associação. Esse convênio envolve o Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria do Trabalho (CRAS) de São Sebastião, onde os jovens atendidos podem ser encaminhados para participar das atividades.

Análise

As entrevistas com os coordenadores, professores, estudantes e pais de alunos aconteceram nos meses de Novembro e Dezembro de 2014. Na primeira ida a campo foram visitados os espaços físicos nos quais o ponto desenvolve suas ações. Na segunda ida a campo as bolsistas registraram um evento organizado numa tenda pelo PC, com apresentações artísticas e musicais diversas, entre as quais uma oficina de côco e uma banda de Pop/Rock, finalizando com um DJ tocando músicas eletrônicas e muitos adolescentes dançando.

Nas falas dos entrevistados, dois dos domínios do FIB que mais se destacam são o do Bem Esta Psicológico e o da Vitalidade Comunitária, ambos refletidos em seu cuidado com as relações entre as crianças e adolescentes que participam das atividades e sua família.

Numa reunião de pais, se você faz uma pergunta: gente, o que vocês estão sentindo que mudou na vida dos seus filhos? Cara, você chora. Juro. Toda vez eu me emociono profundamente. Nem a gente que está aqui tem noção do que muda para essas crianças.

[...] Eles têm uma grande ausência dos pais, uma sociedade violenta. Aqui eles têm uma relação que não constroem em outro lugar. [...] a gente tem retorno de professores das escolas que a gente conhece, dos próprios pais, dos meninos que cresceram, sabe? É fantástico, quer dizer, você percebe que é um trabalho que não tem preço. É tudo a longo prazo, você não vê logo, não tem aquela coisa bonitinha, ah pronto o resultado tá aqui. Mas você sabe que essas pessoas vão levar de, qualquer forma, vão levar uma semente. São multiplicadores. (Paolo, coordenador)

Pra mim foi uma oportunidade gigante tanto do lado profissional quanto do pessoal. E também da minha vida comunitária, pois foi um retorno ao local onde vivi por muitos anos. E o resultado que a gente tem é o resultado que a gente esperava de fortalecimento de vínculos familiares. (Cláudia, pedagoga do projeto)

Esses indicadores também aparecem no discurso de Arthur, psicólogo que acompanha o Conexão Jovem:

O atendimento que a gente faz aqui é um atendimento mais voltado para fortalecer os vínculos familiares. Vai ter mãe que vem reclamando de como o filho se comporta em casa, que não consegue dar um limite, se sente distanciada do filho. E a gente trabalha para tentar aproximar esses dois e para tentar orientar a mãe sobre o que ela pode fazer. Aonde ela pode conseguir um atendimento psicológico, como ela pode acompanhar mais de perto o filho, estratégias para que ele passe menos tempo na rua, sobre como colocar limites. [...] O que a gente mais vê aqui é família que vai recorrer à violência para disciplinar, ou a família que, ao não querer recorrer à violência, não faz nada. A gente tenta auxiliar sobre como administrar aquela família de modo mais eficiente e mais saudável. (Arthur, psicólogo)

Essas ações também refletem no domínio da Educação, quando percebemos que há um maior controle sobre os sentimentos positivos e negativos, assim como uma reflexão sobre os valores ético e morais.

A gente vê muito mais claro com as crianças e com os adolescentes que a gente trabalha. Tem crianças que antes só resolvia as coisas com os colegas no tapa. Mas com o passar do tempo já consegue sentar, conversar, expressar o que está sentindo. Você vê os mais velhos cuidando dos mais novos. Resolvendo brigas, ajudando em tarefas do ponto. Com menos frequência a gente percebe essas mudanças de comportamento nos pais. Por exemplo, pais que antes só brigavam com os meninos, já começam a levar o menino para passear, vai tomar um sorvete, conversar, sentar para brincar. E isso é espetacular, é uma mudança genial, por que é no núcleo familiar. Sobre a comunidade, a gente percebe que uma pequena ação que fazemos acaba reverberando em outras pessoas que não participam do programa. Como uma mãe que conversa com outra sobre as coisas que ela e o filho vivenciam aqui. (Arthur, psicólogo)

Outro exemplo é nos dado pela mãe de uma das crianças, sobre como o projeto tem contribuído para melhorar sua autoestima e suas relações interpessoais.

Minha filha, ela é muito assim, nervosa, nervosa demais. Ela tem tanto medo de agulha que chegou a desmaiar. Então, eu coloquei ela pra ficar no meio do povo conversar com o pessoal, com os professores. Pra mim foi ótimo. Ela era muito tímida, retraída. Esse projeto é maravilhoso! Pra mim foi a melhor coisa que poderia acontecer. Ela mudou muito. (Célia, mãe de uma das participantes)

A percepção sobre um melhor uso do tempo estava presente na fala de todos os entrevistados. Isso pode ser explicado, em grande parte, pelos diversos relatos de violência, assalto e uso de drogas em São Sebastião. Ao serem questionados sobre a importância desse Ponto de Cultura, todos sempre falavam sobre o fato de “tirar as crianças da rua”. Essa percepção também está presente nos discursos das crianças, ao falarem que, antes de começarem a participar das atividades do ponto, “ficava na rua”, “ficava mexendo no computador e assistindo televisão”, ou “ficava dormindo em casa perturbando

minha mãe”. Um deles reconhece que, muitos dos adolescentes, se não estivessem “ocupados” no ponto, provavelmente estariam na “rua, fazendo coisa errada”.

O impacto sobre a cultura também surge nas entrevistas, quando comentam a organização de apresentações artísticas. Sobre o evento que estava acontecendo no sábado à noite, os adolescentes estavam muito animados, tanto por ter uma “diversão segura”, quanto por poderem assistir seus colegas se apresentando. A organização de apresentações artísticas acaba por se tornar algo importante, mostrando como o Ponto de Cultura vem suprir essa deficiência à atuação deficitária do estado nas áreas da cultura (indicador relacionado à Boa Governança).

Quero dizer que é muito importante os Pontos de Cultura e os projetos associados aos Pontos de Cultura para de fato a gente conseguir trazer os espetáculos, arte, educação, para as cidades satélites de Brasília. Nós temos um distanciamento muito grande, tanto dos aparelhos do Estado que promovem cultura, lazer e educação, quanto a gente tem, de fato, dos artistas. Eles estão em outras cidades, os que são reconhecidos, e a gente tem uma gama de artistas e de meninos com muito potenciais. E através de associações como a Ludocriarte a gente consegue, de fato, aperfeiçoar esses talentos. (Cláudia, pedagoga do projeto)

Também relacionado à Boa Governança e à Vitalidade Comunitária podemos citar a criação do Fórum de Entidades Sociais, como explica Paolo:

Criamos, em São Sebastião, um Fórum de Entidades Sociais. É o único fórum no DF que está funcionando já há mais de cinco anos, das entidades que se reúnem todo o mês, para discutir questões das entidades. Presencial. Chama-se Fórum de São Sebastião, e acho que isso deu uma base forte para todas as instituições aqui. A gente poder dividir problemas, pensar soluções juntos. (Paolo, coordenador)

Esse Fórum contribuiu para fortalecer os laços entre as diversas entidades locais, assim como empoderar o viés político através de uma maior participação em editais governamentais e firmar parcerias com instituições como o Sedest e o CRAS. Essa prática de criar uma rede entre diferentes instituições é amplamente estimulada pelo PCV, e percebe-se que funciona de forma bastante específica nessa localidade.

O domínio da Educação está presente não somente através dos diversos cursos oferecidos, como numa das ações mais interessantes desenvolvidas que foi a publicação de dois livros com histórias infantis, um com recriação de histórias tradicionais, outro com histórias inéditas.

O viés que a gente segue, no Ponto de Cultura, a gente trabalha muito a questão das histórias, leitura e criação de histórias. Pelos pequenos, até quatorze anos, de seis a quatorze. Outras oficinas que são constantes são toda a parte lúdica. Então assim, brincadeiras tradicionais, cantigas de roda, musicalização e brincadeira. [...] O Michael tem doze, treze anos. Ele entrou com quatro anos, quando a gente ainda pegava essa faixa etária. Agora ele não está nem mais no grupo. Ele é, digamos assim, o *boss*. Ele entra quando quer, sai quando quer. Mas ele usa aqui realmente como um ponto. Tem o Lucas que conta umas histórias incríveis, e está aqui com a gente desde pequeno. (Paolo, coordenador)

O Ponto de Cultura Ludocriarte tem uma grande projeção em sua comunidade na cidade de São Sebastião ao atender quase quinhentas crianças e adolescentes (o equivalente a cerca de 0,5% de toda a população de São Sebastião). Isso é possibilitado pelo fato de suas instalações físicas incluírem três locais diferentes, e mantido através de suas parcerias com a Sedest, o CRAS, e o edital dos Pontos de Cultura.

Ponto de Cultura CENPRO Faces de Cultura (MT)



Foto 08 – Contação de histórias no PC Cenpro/Faces de Cultura

Fonte: <http://cenprofaces.blogspot.com.br/>

Introdução

O Ponto de Cultura CENPRO Faces de Cultura⁵⁹ está localizado no Estado de Mato Grosso, em um município de 50.000 habitan-

⁵⁹ <http://cenprofaces.blogspot.com.br/>

tes chamado Primavera do Leste. Surgiu a partir de uma parceria entre a Companhia de Teatro Faces⁶⁰, a ONG Cenpro⁶¹ e a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste. Atualmente conta com cerca de 10 Instrutores de Teatro atendendo quase 500 alunos inscritos. As atividades acontecem de forma descentralizada em diversas escolas da cidade, entre as quais a Escola Novo Horizonte, CRAS São José, CRAS Mabília Furtado - Primavera III, Escola 13 de Maio, Escola Sebastião Patrício, Escola Mauro Weis, e Espaço Prima Jovem.

Idealizado pelo diretor e ator Wanderson Lana, o grupo Teatro Faces começou a tomar forma em 2005 a partir da necessidade de fortalecer o fazer teatral no interior do país, tornando-o mais atrativo e rentável para os jovens já inseridos no universo do teatro. Os participantes do projeto são estudantes do ensino médio que desenvolvem as atividades teatrais paralelamente às atividades escolares. Mesmo após concluir o ensino médio, a companhia proporciona um incentivo financeiro para aqueles jovens que pretendem se desenvolver como atores, que têm interesse em se profissionalizar nas artes cênicas.

A sede do Ponto de cultura fica em um prédio cedido pela prefeitura, localizado em um bairro com aspecto de classe média. O local tem um espaço amplo em seu interior, propício para desenvolver atividades que requerem bastante movimentação.

O ambiente é dividido em vários espaços, sendo um deles uma pequena biblioteca comunitária, com livros que vão desde literatura brasileira aos livros de artes cênicas. É uma biblioteca construída para que se incentive o estudo e a leitura dos jovens. Além da biblioteca, existe um laboratório de audiovisual com equipamentos modernos e uma boa estrutura para a construção e edição de filmes de curta-metragem. Esse grupo já tem vários filmes gravados e disponibilizados na internet, dentre eles “O astronauta e a bailarina”⁶², gra-

⁶⁰ <http://teatrofaces.com.br>

⁶¹ Centro de Ensino Profissionalizante.

⁶² <https://www.youtube.com/watch?v=Ur49oXHsNx8>

vado na própria comunidade e com um enredo inspirado em um acontecimento que chocou a comunidade local.

Além de aulas de teatro e das produções audiovisuais, a companhia também se dedica à produção teatral. Os jovens que participam das atividades têm a oportunidade de conhecer todas as etapas da produção de uma peça, podendo se envolver com atividades que não se restringem apenas a atuação em si, como aquelas que englobam o desenvolvimento do produto final. A proposta é inserir o jovem que se interesse pelas artes cênicas, ou produção cênica, mas que não se reconhece como ator. Além de todas essas produções, o Teatro Faces profissionaliza, envia atores para o mercado de trabalho, participa de vários festivais pelo Brasil e acumula uma série de premiações conquistadas, o que lhes proporcionou ser uma referência teatral no Estado. A recente conquista do grupo foi trazer para o Estado o primeiro curso de artes cênicas ofertada pela Universidade de Brasília-UnB, ministrada a distância.

Além dos espaços citados, existe uma espécie de escritório onde são realizadas as atividades burocráticas do ponto, realizadas pelos organizadores que estão na gestão há mais tempo sendo, eventualmente, auxiliado pelos jovens que recebem o incentivo financeiro do projeto.

Inicialmente, o ponto procurou a aliança com uma entidade não governamental chamada CENPRO. Essa entidade tinha um trabalho em comum com o ideal do ponto de profissionalizar e lançar jovens para o mercado de trabalho, nesse caso, jovens atores. Essa parceria possibilitou ao projeto seu reconhecimento como uma entidade não governamental e a retirada de seu título de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que impulsionou o projeto a participar dos editais dos pontos de cultura e demais programas governamentais.

Análise

Para realizar o objetivo de conhecer melhor o PC Cenpro Teatro Faces foram feitas duas visitas em Janeiro de 2015. Na primeira, conhecemos o espaço onde se realizam as atividades. Os atores nos explicaram a rotina dos jovens e a sua própria. Depois, no dia seguinte, conseguimos fazer uma roda de conversa com vinte jovens atendidos naquele espaço. Além desse momento, foi possível dialogar com Wanderson Lana, idealizador do espaço Cenpro.

Na entrevista com os vinte jovens predominaram assuntos relacionados aos domínios do Bem-Estar Psicológico, da Cultura, do Uso do Tempo, do Padrão de Vida e da Educação. A conversa com os jovens girou em torno de seu ingresso e participação nas atividades no ponto. Para facilitar a análise identificamos os jovens como A, B, C etc, conforme a ordem que falaram. É importante ressaltar que todos se apresentaram, falaram sua idade e há quanto tempo estavam participando das atividades. Contudo, nem todos responderam às mesmas perguntas. Alguns se mostraram mais tímidos e preferiram não falar. Os mais velhos se mostraram mais à vontade e dominaram a conversa. Nosso objetivo, porém, não foi reunir uma grande quantidade de respostas para o mesmo tema, por isso deixamos-os livres para falarem conforme sua vontade.

Com relação ao Bem-Estar Psicológico foi possível observar indicadores como o orgulho, a alegria, a autoestima e a satisfação com a vida. Os jovens afirmaram, em sua maioria, que participar das atividades do ponto lhes garantiam formação e reconhecimento e isso ajudava na construção de sua autoestima. O jovem A afirmou que:

O teatro muda a vida das pessoas, além de nos fazer crescer nos dá a oportunidade de sermos vistos.

O jovem D, por sua vez afirmou que:

Antes não tinha muitas atividades, a cia Teatro Faces foi até a escola e apresentou um mundo diferente, uma perspectiva profissi-

onal diferente. Junto com o legado cultural, as atividades traz uma construção pessoal muito significativa. Não conheciam muito de teatro e a partir do Ponto de cultura o interesse pelas artes cênicas surgiu.

O coordenador do Ponto de Cultura, referindo-se ao desenvolvimento da autoestima dos alunos, informou-nos que:

Tem uns que chegam tímidos e saem tímidos, mas em cena mudam. Tem uns que entram tímidos e mudam. E isso tem um grande impacto em sua vida social e profissional. (Wanderson, coordenador)

De modo geral, os jovens entrevistados reconheceram as ações do Ponto de Cultura como motivadoras de sua autoestima. Uma das jovens, que foi mãe precocemente, a qual chamamos de jovem E, afirmou que havia desistido das atividades e que pela insistência dos professores de teatro acabou voltando, que se sentia muito para baixo com todas as mudanças pelas quais passou após a maternidade. Houve um incentivo e um reconhecimento de seu talento, o que acabou por motivar a jovem a voltar para as aulas de teatro. Todos acabaram concordando entre si com relação à visibilidade social que as artes cênicas e as atividades relacionadas ao teatro proporcionavam a eles.

No que se refere ao domínio da cultura, as falas giraram em torno dos conhecimentos sobre o teatro. Na fala do jovem A:

Antes não tinha muitas atividades. A Companhia Teatro Faces foi até a escola e apresentou um mundo diferente, uma perspectiva profissional diferente. Junto com o legado cultural, as atividades trazem uma construção pessoal muito significativa. Não conheciam muito de teatro e a partir do Ponto de Cultura, o interesse pelas artes cênicas surgiu.

É possível notar que, em termos culturais, a presença da Cia. Teatro Faces e do Ponto de Cultura na Cidade de Primavera do Leste, trouxe uma grande movimentação e uma apreciação pelo teatro que eram imperceptíveis até então. O conhecimento dos jovens que estão

inseridos no ponto, a respeito do teatro e suas atividades adjacentes, era praticamente inexistente. Muitos comentaram que não havia investimento do governo local nas questões relativas às artes em geral. Na fala do coordenador do ponto, nota-se que seu objetivo foi o de estabelecer no interior um polo de artes cênicas que oferecesse tanto a formação necessária para a área, quanto trabalhasse a formação de plateia. Ele chama a atenção para as oportunidades abertas aos alunos:

A gente convida os alunos a participarem de todo o processo de construção de um espetáculo. Às vezes um aluno não quer ser ator mas quer participar do projeto, ele pode fazer algo que faça parte da construção do espetáculo.

Essas ações se concretizam na montagem de espetáculos com os estudantes e com a própria Cia., apresentando-os em diversos locais da cidade, além do festival anual em Primavera do Leste, promovido pelo grupo em parceria com a UnB, que leva para a cidade peças de diferentes lugares do país e oferece premiações. Recentemente, alguns dos atores participaram de um curso em Portugal, promovido com a renda da Companhia, para aperfeiçoarem sua profissão.

Quanto ao Uso do Tempo, as atividades do ponto contribuem, de acordo com a fala dos jovens, para que eles substituam atividades que possam ser perigosas, ou o tempo ocioso, por algo que lhes traz maiores oportunidades e proveito. Ao serem questionados sobre a relação dos jovens locais com a criminalidade e as drogas, o jovem B lembra de colegas que passaram a usar drogas:

Se não fosse o teatro, alguns de nós, eu pelo menos, acho que poderia ter entrado no mundo das drogas, do crime. Mas o teatro me tirou desse lado, já estou de boa hoje.

Os demais jovens que quiseram responder às perguntas relativas à sua participação nas atividades do ponto disseram, de modo geral, que passavam o tempo em casa, sem nenhum tipo de atividade

que lhes ocupasse o tempo de forma mais proveitosa. A presença do Ponto de Cultura na comunidade permitiu que muitos jovens conhecessem novas profissões e propostas culturais. Muitos relataram que, após o turno escolar, permaneciam em casa assistindo televisão ou na rua. O jovem A disse que:

Ficava muito em casa, brincava na rua bastante, até o ingresso no projeto, que trouxe uma perspectiva profissional também, para além do cultural.

A jovem D disse:

A influência das drogas está em todo lugar, em todo momento. Mas só é influenciado quem se deixa ser influenciado. E com o entendimento do teatro na nossa vida faz com que a gente não tenha tempo para pensar nisso. Por exemplo, a gente está montando um espetáculo, então a gente tem que ler sobre aquele espetáculo, tem que estudar sobre aquele espetáculo, tem que aprofundar tudo que for possível sobre aquilo. Então, na minha opinião, a gente não tem tempo de pensar nessas bobagens.

No que diz respeito ao domínio do Padrão de Vida nota-se, nas falas dos participantes do PC, que as atividades propostas lhes ofereceram um novo leque de possibilidades profissionais. Além disso, as pessoas que se interessam e se destacam em sua organização pessoal, assiduidade, interesse, estudos, acabam sendo contratados como monitores com recursos oferecidos pela prefeitura.

Na fala do jovem A, é possível notar que a questão financeira, ou seja, o fato de receberem uma bolsa, é um dos motivos principais para que a família apoie e permita aos estudantes permanecerem nas atividades do Ponto de Cultura:

O teatro virou a principal atividade na vida dos alunos. Por trazer uma fonte de renda, muitos alunos ajudam em casa financeiramente. As atividades trazem uma disciplina que antes não tinham.

O coordenador do Ponto de Cultura, por sua vez, complementou essas informações ao dizer que:

Caso os alunos queiram continuar no teatro, o projeto oferece uma bolsa de estudos, pois a maioria deles tem um perfil sócio econômico baixo. Assim fica fácil conciliar os estudos e as atividades do ponto.

Sem a ajuda financeira, ou seja, a bolsa que é oferecida para os alunos mais velhos, haveria uma grande pressão das famílias para que os jovens utilizassem o tempo do contra turno para trabalhar e ajudar na renda familiar, tendo em vista que a maior parte do público atendido pelo ponto é de baixa renda.

A gente passa por várias etapas aqui no projeto, e alguns chegam até a dar aulas. Através do estágio a gente acompanha os professores nas aulas deles, a gente aprende mais. Ano passado nós tivemos a nossa DRT (Documento de Registro de Trabalho), que foi uma conquista muito grande para a gente. Com esse documento a gente pode assinar a carteira como atriz. (Jovem D)

O bom do estágio é que nos dá a oportunidade de ter um dinheiro para sair com os amigos, para comprar um sapato, sem sempre depender do dinheiro da mãe ou do pai. Como eu tenho dois irmãos, meus pais não têm condições de ajudar os três. E a gente trabalhar também é uma forma de não sair do teatro. Dá um estímulo para não desistir. (Jovem A)

Uma das professoras também comenta:

Essa foi a forma que a gente achou de compensar, porque chegava uma época que eles faziam dezesseis, dezessete anos, e os pais faziam pressão para que começassem a trabalhar. Que se dane o teatro. Querem que eles arranjem um emprego “decente”, com carteira assinada. Então, o convênio que a gente tem com o Ponto de Cultura e a verba que vem do governo estadual e federal é para que a gente consiga fazer isso. Dar essa oportunidade para

eles de continuar fazendo teatro, fazendo aquilo que eles gostam e trabalhar com isso.

O domínio da Educação, a seu tempo, perpassa quase todas as falas já mencionadas, a começar por aquelas do início de nossas entrevistas, que nos permitiram perceber a ligação do PC com as escolas públicas da comunidade, nas quais é feita a divulgação das atividades. Além disso, as próprias aulas de teatro, que vão desde a atuação até às demais funções necessárias para se montar um espetáculo, são responsáveis por desenvolver diversos aspectos intelectuais e culturais dos alunos.

Quanto ao domínio da Boa Governança, podemos afirmar que, dos Pontos de Cultura visitados por nossa equipe, esse foi um dos únicos em que se pôde notar um forte apoio e uma grande parceria como o poder público local. O ponto conta com investimento municipal em diversos aspectos como a cessão do local para funcionamento das atividades, contribuição para as contas de luz, água, telefone, internet e para o pagamento dos salários dos jovens envolvidos nas monitorias. Essa relação tem suas raízes no empreendedorismo do coordenador Wanderson Lana, que sempre foi atrás para que novos investimentos fossem conquistados e mantidos. A fala do coordenador esclarece sua visão com relação ao poder público:

É importante ter a aliança dos governos federais, municipais para os projetos se desenvolverem, foi isso que proporcionou ao Ponto de Cultura ter pernas hoje (...) A gente trabalha com o apoio de várias instâncias. A gente tem o apoio do município, que entra com uma parte; do Estado, que entra com outra parte; e do Ponto de Cultura, que vem do governo federal. Com isso a gente tem o apoio necessário para pagar os estagiários, os professores e a estrutura que cada vez mais vai aumentando. (Wanderson, coordenador)

No decorrer das atividades e com a alta procura pelo projeto, observou-se a necessidade da contratação dos alunos para ministrar as aulas e atender à alta demanda. Além disso, foi possível também

promover um retorno profissional e financeiro para os jovens que haviam ingressado na carreira artística. Nesse momento houve uma aproximação do ponto com a prefeitura, quando foi possível consolidar uma parceria que facilitou a contratação de vários profissionais para propagar o teatro para a comunidade. Esse passo foi tão significativo que esse convênio se perpetuou ao longo de vários governos e atualmente essa parceria proporciona aos jovens do projeto a perspectiva e a autoestima profissional que, sozinho, o ponto não conseguiria prover. Hoje o grupo atende mais de 1% da população de Primavera do Leste.

Um dos resultados desse projeto e das iniciativas promovidas pelo grupo Faces é o fato de seu idealizador e diretor, Wanderson Lana, ter sido nomeado em 2015 o primeiro secretário de cultura do município de Primavera do Leste.

Ponto de Cultura Só Falta Você (MT)



Foto 09 – Último espaço ocupado pelo PC Só Falta Você

Introdução

O Ponto de Cultura Só Falta Você funciona no interior de Mato Grosso, em uma cidade com 36.800 habitantes, chamada Campo Verde, cujas primeiras construções urbanas datam da década de 1970 e fundação data de 1988.

A história desse ponto está intimamente relacionada com a história de Iolita Ferreira Santos, ou somente “Dona Iolita”, e sua paixão pelas danças tradicionais nordestinas. Natural de Maranhão, Dona Iolita sempre esteve envolvida com diversas atividades culturais mas, ao se mudar do Maranhão para morar em Campo Verde em 1999, disse que encontrou “uma cidade jovem, ainda em desenvolvimento e uma população muito carente de lazer e cultura”. Essa situação chamou sua atenção e ela decidiu trazer a experiência de sua terra natal para intervir culturalmente na cidade, como descreve em seu blog⁶³:

O Grupo Cultural Folclórico Matutada, teve sua primeira formação em junho de 1992 na cidade de Imperatriz Estado do Maranhão, onde atuou com brilhantismo desenvolvendo atividades culturais até o ano de 1999 quando então sua idealizadora e fundadora Iolita Ferreira Santos mudou-se para Campo Verde-MT, dando início novas atividades em junho de 2001. Em dezembro de 2009, através do Projeto Só Falta Você de autoria de Iolita, obteve o reconhecimento do Governo Federal tornando-se um dos 40 pontos de Cultura do Estado de Mato Grosso. (SANTOS, 2012)

Ao chegar em Campo Verde, Iolita começou a ter contato com os jovens das escolas por meio das suas filhas adolescentes e iniciou um trabalho de incentivo à promoção cultural. No princípio a proposta era trabalhar a cultura regional através da dança. Logo, o grupo começou a ensaiar a matutada e o siriri que é uma dança típica do Estado do Mato Grosso, seguidas de apresentações por todo o Estado. Com o sucesso das apresentações e a adesão da comunidade local, em 2009 iniciou-se as atividades do Ponto de Cultura Só Falta, com o objetivo de promover diversas oficinas que envolvem atividades de música, teatro, circo (vivência circense), capoeira, sem perder o foco

⁶³ Esse blog tem algumas poucas postagens e parece ter sido descontinuado a partir de 2012. Disponível em: <<<http://iolitafs.blogspot.com.br/>>>, acessado em 10 Jan 2016. Além desse blog, há disponível um vídeo na plataforma YouTube sobre as atividades do Grupo Folclórico Matutada e do Ponto de Cultura Só Falta Você no seguinte endereço: <<<https://www.youtube.com/watch?v=1qe1Z95mxZo>>>.

no siriri e na matutada. Todas as atividades foram realizadas por oficinas contratados com uma verba do governo municipal.

O público, de início, era composto por crianças e jovens em idade escolar. Mas, com o tempo, ao perceber que os interesses do ponto de cultura atingia toda a população e as oficinas propostas tinham uma demanda muito grande, as atividades passaram a não ter critérios de idade. Inicialmente, quando a dança era o foco principal, os ensaios aconteciam sempre em horário contrário ao escolar. Com o crescimento do público, as oficinas passaram a acontecer em horários e dias diversificados, divulgados pelos meios de comunicação da comunidade.

No começo, as atividades de dança eram feitas na rua ou em lugares cedidos para acontecerem os ensaios. Com o tempo, e a ampliação do projeto, Dona Iolita alugou, com recursos pessoais, um espaço maior, onde aconteciam os ensaios e as oficinas promovidas pelo Ponto de Cultura. Atualmente, sem sede própria, o Ponto de Cultura está utilizando a residência da própria Iolita, um espaço limitado, com três cômodos, sendo dois deles usados para guardar os materiais das oficinas e o figurino das danças. Houve uma tentativa de usar os fundos da casa para fazer ensaios de danças, porém, o espaço não se mostrou suficientemente adequado para tanto.

A conquista de um espaço físico é a maior dificuldade atual enfrentada por esse Ponto de Cultura. A casa usada anteriormente hoje é fonte de renda para a família de Dona Iolita e a casa atual não dispõe de nenhuma estrutura física para as atividades. Sua reclamação é que a prefeitura local sequer disponibiliza um espaço para essas atividades acontecerem. Iolita diz que o apoio do Estado é mínimo e o ponto de cultura só conta com alguns patrocínios de empresas locais, da mobilização da comunidade local e de ajudas bem pontuais da prefeitura do município. A ajuda mais substancial vinha da verba do programa Cultura Viva. Esse Ponto de Cultura, por isso, corre risco de ter suas atividades cessadas, já que o convênio terminou no final de 2014 e sem essa verba o projeto não consegue manter-se.



Foto 10 – Parte do figurino utilizado para as danças do PC Só Falta Você, guardados na sala da casa de Iolita.

Análise

A visita ao Ponto de Cultura Só Falta Você e as entrevistas ocorreram em Janeiro de 2015. Esse foi um dos pontos que mais impactou as pesquisadoras, que ficaram encantadas pela dedicação e abnegação da idealizadora, assim como pelas narrativas emocionadas dos ex-alunos e suas famílias.

Nas falas dos entrevistados foi possível identificar alguns domínios do FIB, que apareceram em diferentes momentos das entrevistas e se entrelaçam muitas vezes nas falas dos participantes. No que se refere ao Bem-Estar Psicológico, nota-se que as atividades do ponto de cultura serviram como meio de resgate da autoestima e de intervenção em conflitos familiares, apontando possíveis soluções, proporcionando orgulho e alegria não apenas às crianças e jovens, mas também às suas famílias. Segundo o relato de Iolita, “a gente atendeu a pessoas com deficiência, usuários de drogas, que resgataram sua autoestima depois que participaram do ponto de cultura.”

O Ponto de Cultura está situado em uma região de periferia, circundado por uma vizinhança bastante carente de recursos. Muitos jovens envolvem-se com farras, bebedeiras e drogas. De acordo com os participantes das entrevistas, há sempre o perigo constante da criminalidade e da violência presentes na cidade, como diz Emerson, um dos participante das oficinas do Ponto de Cultura,

Pra mim foi um aprendizado muito grande. Eu podia tá em vários outros caminhos. Depois que eu perdi minha mãe eu não teria essa maturidade. Foi bom pra mim e pra muitos, que cresceram. Mas assim depois que eu entrei eu mudei muito. Antes eu era muito desleixado, bagunceiro. Eu era um cara muito nervoso, depois fiquei mais calmo aprendi a respeitar. (Emerson, participante)

Emerson perdeu a mãe durante o tempo em que estava nas atividades do ponto e afirmou, de modo emocionado, que a presença de Iolita e demais participantes do ponto fizeram uma grande diferença e foram de grande ajuda nesse momento difícil pelo qual passava.

Outra participante das atividades do ponto, Aline, relata que aconteceram alguns problemas familiares graves quando iniciou sua participação no Só Falta Você, e Iolita acabou contribuindo com sua orientação para reaproximar a família, além de contribuir para melhorar sua interação social.

Eu era muito tímida, eu não gostava de conversar com ninguém. Aí a professora foi incentivando a gente a falar e assim fui desenvolvendo. (Aline, participante)

O projeto contribuiu para que esses e outros jovens reconhecessem seus valores. Os jovens entrevistados ressaltam o fator da alegria e da diversão proporcionados pela participação no ponto. Nas palavras de Emerson, “eu aprendi muito. Também eu acho que a quadilha me deu muita experiência de vida e de valores”. Aline, por sua vez, deixa transparecer os indicadores do Uso do Tempo, ao falar que,

Foi assim um jeito de me divertir, eu ficava muito em casa ou na rua. Foi uma experiência muito boa não é? Era um jeito assim de a gente se entreter, não é? (Aline)

As famílias também reconheceram a importância do Só Falta Você para a vida de seus filhos, que participavam das oficinas e atividades, como afirma uma das mães entrevistadas,

Ao Ponto de Cultura eles tinham a responsabilidade de ir e a gente tinha segurança. Principalmente, porque lá tinha uma turminha de várias idades e aprenderam a se respeitar. Minha filha ficou um bom tempo e a atividade que ela mais se identificava era a dança. Quando os meninos pegaram o embalo, acaba o recurso. (Maria)

Joana, por sua vez, falou da falta que as atividades propostas por Iolita fazem, uma vez que o Ponto de Cultura não estava mais funcionando, e que a única opção restante foi deixar as crianças na escola de tempo integral. Ela informou que seu filho mais velho ficava em casa o dia todo, sem desenvolver nenhuma atividade, até que surgiu a proposta do Só falta Você.

Foi bom participar do ponto pra mim foi pra ele também. Por que ele era muito tímido e foi se desenvolvendo. Acho que ele tinha 8

ou 9 anos. Ele ficava em casa, aqui em casa. Ele resgatou a auto-estima. Aprendeu bastante coisa. (Joana)

Era uma coisa diferente, uma coisa legal. Você não conhecia ninguém, tinha que dar seu máximo. Eu aprendi muita coisa né? Eu passava muito tempo lá. Eu participava bastante. Era legal. A gente saía, se divertia sempre, nós fez bastante festa. (Vitor, participante)

A respeito da participação de seus dois filhos no projeto, Vitor e Vitória, Sandra falou da falta de oportunidades e da agressividade de seus filhos antes de começarem a participar das atividades do ponto.

É uma atividade muito boa né? Um lugar aconchegante, evita de estar na rua. A criança aprenderia talvez uma futura profissão. É a família matutada. É uma fase difícil sabe? Eu trabalho na rua e eu vejo muita coisa né? Então o que eu puder ocupar eles pra não lá no mundo. (Sandra)

O descaso com a falta de opções de atividades culturais e esportivas na periferia mostrou-se uma constante nas falas de tantos outros participantes do presente trabalho de pesquisa. Dessa forma, o Ponto de Cultura propiciou um espaço com atividades variadas, apresentações dentro e fora da comunidade, e ofertou cursos diversos de música, entre outros, para as crianças e jovens da cidade, como forma de ocupar seu tempo e evitar que se envolvessem em situações de risco.

Por causa do grande número de pessoas atendidas, cerca de 1.500, em uma comunidade que é bastante pequena, formaram-se laços entre o povo de Campo Verde e o Ponto de Cultura, representado pela figura de Iolita, o que identificamos com o domínio da Vitalidade Comunitária.

Ainda bem que, com esse trabalho, a gente é bem visto né, na comunidade. O problema é que não tem mais nada na cidade, mas quando tinha festivais, a gente participava, reunia as quadrilhas

juninas e esperavam com muita empolgação. (Iolita, coordenadora)

Os próprios jovens que participavam das atividades que aconteciam mesmo antes de Iolita conseguir o convênio com o Programa Cultura Viva, falam dos laços que os unia como grupo e que aproximava também a comunidade,

Minha mãe sempre participava comigo e meu pai sempre apoiou. Quando não tem matutada na festa junina, não tem graça não, viu? O povo sempre esperava as quadrilhas pra ver a gente. Era a atração principal. Chamávamos o povo assim na rua. Acho até que foi melhor que agora a divulgação, porque nós éramos livres. Corríamos atrás de roupa, de patrocínio. Isso é que nos unia também. (Emerson)

Quanto aos domínios da Educação e da Cultura, as falas dos entrevistados, de modo geral, referiram-se de modo positivo à participação nas festividades juninas, às festividades carnavalescas e ao siriri, dança típica do Mato Grosso. O Ponto de Cultura ofereceu oportunidades às crianças e jovens de conhecerem atividades novas, ligadas ao âmbito da cultura, permitindo-os mergulhar na cultura tradicional brasileira e de sua própria região. A presença de uma biblioteca composta por livros doados e de computadores no Ponto de Cultura permitia aos participantes o acesso à leitura e à informação.

Por que os pontos de cultura é isso, há uma mudança, é uma transformação na comunidade. Eu vivia brincando na rua né? Não tinha o que fazer. Chegava da escola e ia brincar. Depois não. No ponto a gente aprendeu muita coisa nova. Por que lá a gente não trabalhava só a dança, capoeira. A gente trabalhava palestras. Tinha os puxãozinho de orelha daqui dali, mas eu agradeço a ela por causa desses puxão de orelha na gente. (Aline, participante)

No que se refere ao domínio da Boa Governança Iolita, chamou a atenção para os problemas relativos ao formato dos editais do

Programa Cultura Viva e da falta de incentivo municipal para as atividades culturais propostas por ela.

Eu coloquei todas as ações que eu queria desenvolver, pra atrair o maior numero de crianças e daí foi selecionar, me perguntei e agora? Aí fui pra Cuiabá. Nem tudo saiu do jeito que a gente imaginou. Enfrentamos muitas dificuldades com o recurso. Para manter as atividades, não pode usar o recurso. Se der continuidade, já existe uma conversa com os pontos de cultura que, se for pra dar continuidade da mesma forma do primeiro convênio, nós não queremos mais. Quando a gente era livre, a gente fazia tudo que vinha nas ideias. Agora não, a gente fica amarrada e isso desmotivava, entristece.

Iolita relata as dificuldades com aluguel, pagamento de contas e de pessoas para ministrar as oficinas. Mostrou-nos os materiais adquiridos com os recursos do Cultura Viva. Os computadores, usados pelo ponto, também eram utilizados para o público participante, assim como a mini biblioteca, disponibilizada para leitura por quem se interessasse. Há ainda as câmeras fotográficas, instrumentos, roupas das apresentações, bandeira. Todos esses equipamentos adquiridos ao longo dos anos precisa de uma infraestrutura que os sustente, e que dê conforto ao público que os acessa. Exigência essa que só seria possível com um espaço físico público e amplo. Todavia, estavam todos guardados, com muito zelo, mas sem nenhuma utilização.

O município de Campo Verde não oferece espaços para que a comunidade ocupe com suas atividades, e a atual administração não destina recursos para atividades culturais, tais como os festivais juninos que existiam em anos anteriores. Apesar das dificuldades, Iolita conseguiu manter as atividades funcionando por um bom tempo, envolvendo verba própria para tanto.

Atualmente o ponto está desativado por falta de recursos financeiros. Ao fim dos recursos do edital, as atividades foram encerradas. Contudo, o desejo de continuar com as atividades move a idealizadora e a comunidade, mesmo sem um espaço físico ou recursos suficientes para levar o projeto a diante. Os entrevistados se mostra-

ram esperançosos de que algum dia as atividades pudessem novamente acontecer a fim de que seus filhos pudessem novamente participar desse espaço. Durante as entrevistas, Iolita chegou a refletir: “E se retornar agora e voltar a ativar?”. Rapidamente uma das mães respondeu: “Opa, já estamos dentro!”.

Ponto de Cultura Yokone Kopenoti (MS)



Foto 11 – Sede do PC Yokone Kopenoti. Da esquerda para direita: Lisio Lili, Sidney de Albuquerque, Marília Teixeira (bolsista) e Silvana Dias.

Introdução

Yokone Kopenoti, que traduzido significa “vem cá parente”, é um Ponto de Cultura estabelecido na aldeia Marçal de Souza, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. De acordo com o blog do Grupo Produtivo das Mulheres da Marçal de Souza,

O “Loteamento Social Marçal de Souza” foi a primeira Aldeia Urbana do país. Fundada em 1995, localiza-se entre os Bairros Tiradentes e Flamboyant, na cidade de Campo Grande – MS. Ali, moram aproximadamente 500 pessoas, todas da etnia Terena. Há na Aldeia, o Memorial da Cultura Indígena, local onde é possível conhecer um pouco mais da cultura desse povo, além de ser um centro de comercialização dos produtos típicos dessa etnia, como a cerâmica e adornos confeccionados de materiais naturais, como sementes. Na Aldeia Urbana Marçal de Souza, são também realizadas festas tradicionais, em que há apresentação de danças como o Bate-Paus. (GRUPO..., 2007)

Esse ponto surgiu da iniciativa Silvana Dias de Sousa de Albuquerque e Lisio Lili, que há algum tempo já eram militantes da cultura indígena e, mesmo sem ter muita noção de como elaborar um projeto, participaram do edital do PCV. Como eles lembram,

Nós sempre participamos dos projetos culturais de outras associações e organizações como convidados. Nos convidavam para ir lá fazer uma palestra, falar de nossa cultura, organizar uma dança. Mas sem remuneração. [...] A gente não entendia, mas participava. Na época saiu um edital na Prefeitura. Foi na gestão de um amigo que é militante da causa, que não é indígena. Na época era da Fundação de Cultura e que sempre achou, creu na visão dele, que os projetos culturais tinham que ser elaborados pelos próprios. Foi então essa oportunidade que o Ataíde, enquanto presidente da Fundação de Cultura, nos chamou e disse: olha tem um edital aí, vocês precisam participar. [...] Pra gente isso era como um bicho de sete cabeças, pois a gente sempre participou como figurante e não como protagonista. Ainda mais que era tecnológico...

Seu projeto original teve como objetivo “fortalecer, documentar e difundir a cultura indígena por meio das tecnologias da comunicação e das artes visuais”. A organizadora Silvana relata que o início foi muito difícil, e que tiveram que aprender enquanto faziam, principalmente em relação à prestação de contas, “que deixava a gente maluco”. Durante a entrevista, ao revisitar sua atuação como militantes da cultura indígena em Campo Grande, Silvana Dias – coordenadora

geral, Lísio Lili – agente cultural, e Sidney de Albuquerque – monitor do ponto de cultura, chegaram a conclusão que o início das ações que iriam desembocar no Ponto de Cultura, foi a organização do 1º Beleza Indígena do Pantanal, um concurso de mulheres indígenas, em trajes e pinturas típicas de cada etnia, que ocorreu no dia 25 de Abril de 2009. De acordo com Lísio:

Silvana liderou a Primeira Beleza Indígena do Pantanal. Era para trazer as parentes para desfilar a formozura delas, a beleza indígena, das pinturas. Foi uma realização de nossa militância. A intenção era fortalecer a cultura indígena através da beleza da mulher indígena, que é natural. Aquilo não era um desfile dos brancos, não era de biquíni. Era a roupa tradicional de seu povo.



Foto 12 – Cartaz do concurso 1º Beleza Indígena do Pantanal

Eles contam que, além de enfrentar problemas dentro dos órgãos municipais, ainda enfrentaram a falta de legitimidade diante dos demais indígenas, que não estariam acostumados com esse tipo de protagonismo entre seus pares. Mas, depois da implantação do Ponto de Cultura e de superar esses obstáculos, começaram a planejar como levar esse projeto para outras comunidades além da aldeia Marçal.

Entre as atividades realizadas pelo PC estão: oficinas de artesanato, dança, cursos de idiomas indígenas, canto, fotografia, informática básica, produção audiovisual, contação de histórias, cinema nas aldeias. Além dessas ações mais práticas, também realizaram palestras e debates com os diversos temas: economia solidária, sensibilização, conscientização ambiental, saúde e alimentação indígena, inclusão digital e novas tecnologias da comunicação e difusão da cultura indígena.

Análise

Por conta dos horários pré-fixados, e por ser época de recesso nas atividades dos pontos, realizamos apenas uma visita ao Ponto de Cultura Yokone Kopenoti, que ocorreu em Fevereiro de 2015, durante a qual só foi possível entrevistar os coordenadores e idealizadores do ponto (Silvana Dias, Lisio Lili, e Sidney de Albuquerque), sem ter tido a oportunidade de entrevistar outras pessoas que participaram das atividades ou foram afetadas, de uma forma ou de outra, pelas ações do ponto. Nessa visita conhecemos o local onde funciona o ponto e, durante a entrevista, foram relatando toda sua história.

Ao analisar posteriormente essa entrevista, fica nítido o quanto as ações desse PC impactaram quase todos os domínios do FIB. Tudo voltado para o fortalecimento da cultura indígena de forma geral.

No domínio do Bem-Estar Psicológico, seu trabalho com o concurso de beleza indígena pode ser relacionado tanto com a elevação da autoestima, quanto como a preocupação em recuperar a cosmogonia indígena (atividades espirituais).

Então, tinha meninas ali que tinham vergonha de seu passado, de seu povo, por causa do preconceito. Tinha vergonha de falar de que etnia era. Pois a gente resgatou isso, a língua materna, de onde era sua origem, como era sua língua, sua comida típica. Naquela época, em 2009. (Silvana)

Iunakanu[?] é uma figura épica terena. É o grande personagem que orienta o mundo indígena. Quando ele olha para o céu e vê aquela estrela uver[?], ele chega e diz para todo mundo: nós precisamos acertar tudo. Vamos fazer um inventário do que aconteceu, vamos acertar as diferenças, e vamos adentrar para um novo ano. Assim que é regido o calendário terena. Mas os modelos que a gente chama de hegemônico, impositivo, que não respeita a nossa cultura, abandonou. E nós estamos tentando reimplantar esse personagem.

O domínio da Saúde surge no discurso deles quando abordamos a questão da educação indígena. Sua preocupação é fazer com que os “brancos” entendam que a educação indígena é mais do que construir um prédio, usar quadro, giz, janela, muro. Da mesma forma, abordar a saúde é mais do que construir espaços voltados para a recuperação de enfermos, é recuperar a noção de prevenção e cura através da tradição indígena.

O domínio da Educação e da Cultura permeiam todo o discurso deles, pois estão sempre tentando, através de cursos, palestras, exposições, concursos, incentivar a valorização e manutenção de tradições indígenas.

Antes da implantação do ponto de cultura, nós éramos militantes da causa querendo o tão chamado protagonismo. Que deixassem nós mesmos levar nossa cultura, a nossa tradição, a nossa língua, nossas comidas típicas. Fazer com que a comunidade não indígena conhecesse tudo isso, mas através dos próprios. (Silvana)

Os computadores todos foram para uma associação indígena, uma espécie de extensão do ponto, lá no bairro Jardim Aeroporto, com uma aglomeração de 100 pessoas indígenas que moram ali. E isso foi fantástico, pois, quando a gente inaugurou as oficinas lá, pôde, mais uma vez, ter a experiência de como os nossos patrícios precisam sempre estar fomentando a cultura tradicional. A gente organizou uma mesa de degustação só com as comidas típicas. E os mais velhos sempre falam da importância do Ponto de Cultura em fortalecer a cultura nossa, tradicional, começando

pela degustação e cantando. Mesmo que fosse uma oficina tecnológica, de informática básica, nós não deixamos de lado a nossa cultura tradicional. (Silvana)

Mesmo sendo a cultura um mecanismo cumulativo no qual as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, se transformando, perdendo e incorporando outros aspectos, o que nos foi dito é que o povo indígena vem perdendo a sua identidade cultural não por causa dessa dinâmica própria da cultura, mas porque o índio convive com o branco e o branco quer implantar os seus próprios costumes. Um dos objetivos desse ponto de cultura é justamente cultivar seus costumes mais antigos, e reforçar o uso das línguas indígenas.

É o desafio do PC, reescrever a nossa história sob o nosso olhar e sobre a história dos nossos mais velhos e, terminado isso, compreendido isso, escrever, quem sabe, uma nova escola, uma escola indígena, que conte como funciona as coisas. (Lísio)

A gente precisa ter um espaço aqui porque eu preciso de professores aqui dentro, indígena, reforçando a nossa língua Terena. Aqui no Marçal de Souza é só Terena. Lá na aldeia Água Bonita tem quatro etnias, Kadiwéu, Guarany-kaiowá, Guató [além dos Terena]. (Lísio)

Como o discurso dos entrevistados foi muito focado no fortalecimento da cultura indígena, nada foi falado sobre o perfil das pessoas que se beneficiaram dos cursos contínuos oferecidos. Dessa forma, não há indícios sobre o impacto de suas ações em relação ao domínio do Uso do Tempo, ou seja, se houve “influência na forma como a pessoa passou a organizar seu tempo entre trabalho, lazer e família”, ou ocupou seu tempo de forma que o ócio não contribuísse para sua participação em atos ilícitos.

No que se refere a Boa Governança, observamos como a participação no edital empoderou e legitimou seus organizadores, passan-

do a participar de Conselhos de Cultura, Associações, dando uma visão muito mais política sobre suas ações:

Ainda que todo o nosso espaço é político... a gente deparou com preconceito muito grande com a nova equipe que entrou naquela época. Tinha uma pessoa ali que nos perseguiu muito. Era essa pessoa que não deixava o negócio ir pra frente. Uma pessoa militante do [partido político X], que conhece as causas indígenas, que conhecia o nosso trabalho, mas ela não deixou, o tempo que ela ficou lá, ela não deixou. (Lísio)

Através de sua imersão nas instâncias governamentais começaram a refletir sobre as políticas públicas voltadas para os indígenas e algumas contradições inerentes. Por um lado, identificam um trabalho de “desempoderar” os índios,

O SPI, a FUNAI, tirou todas essas capacidades tradicionais dos povos indígenas. Foi tirando a governança deles. Então, muitas das nossas comunidades têm a sua representação política, mas ele não tá empoderado, ele não tem uma força de decisão como era no passado, porque o projeto do governo brasileiro é tirar toda essa capacidade dos índios. O Ponto de Cultura, pra nós, além da estratégia que o projeto tinha que é registrar, documentar e fortalecer a questão indígena, nós colocamos como estratégia nossa a reimplantação do espaço para o empoderamento, para a governança indígena. Isso é um pouco difícil você falar. Porque essa ação, ela foi uma estratégia bem montada. Então, para você desconstruir ela, também exige a construção de estratégias para você mudar.

Por outro lado, demonstram seu contentamento quando falam da oportunidade que o MinC lhes deram no contexto urbano de Campo Grande.

A intervenção do Ministério foi positiva. Sem dúvida. Apesar do preconceito que os índios sofrem ainda hoje, é com o apoio do poder público que o ponto de cultura funciona, compra seus equi-

pamentos, mantém suas feiras culturais, produzem os eventos indígenas, etc.

O Padrão de Vida é enfatizado quando Silvânia menciona o objetivo do ponto em capacitar seus patrícios para o mercado de trabalho através das oficinas, cursos e palestras organizadas pelo PC. Há essa dualidade muito presente, pois moram na cidade mas sentem que eles precisam fomentar a cultura tradicional.

Hoje a gente tá dentro de uma cidade, uma capital. Ainda que a gente precisa saber dos nossos saberes tradicionais, nós precisamos ir pra o mercado de trabalho. O PC veio pra isso. (Silvana)

Há essa consciência de que não dá para viver isolado da comunidade urbana e que a sociedade indígena precisa tanto se adaptar ao mercado de trabalho disponível, como recuperar sua capacidade produtiva tradicional, através da geração de renda a partir da comercialização de vídeos e fotografias, peças artesanais e outras obras indígenas produzidas.

A gente percebeu que o produto indígena tem mercado. Esse é um foco. Hoje os índios precisam pensar na renda deles. Com a ação do estado, com o que houve nas aldeias, eles hoje não tem mais capacidades. As capacidades produtivas foram tiradas. Então, muito da necessidade indígena é urbanizada. Ele precisa comprar gás, roupa, remédio, comida. Urbanizou a vida dele. Ele precisa pensar no dinheiro dele. A gente quer mostrar a força da produção cultural dele. Da dança dele, da arte dele, a cerâmica que ele produz, a história, o remédio. Então essa é nossa próxima estratégia. Nossa visão de hoje é tentar criar outros produtos a partir do mercado, porque o mercado existe. (Lísio)

Por fim, percebe-se que todas suas ações e objetivos têm a intenção de impactar diretamente na Vitalidade Comunitária indígena, ao fortalecer o “sentimento de pertencimento, importância e compartilhamento de um projeto comum que irá satisfazer as necessidades da comunidade por um compromisso coletivo”. Um exemplo disso

são as atividades itinerantes nas diversas comunidades indígenas locais ou próximas: Aldeia Urbana Marçal de Souza, Armazém Cultural, Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, Aldeia Urbana Tarsila do Amaral e Aldeia Urbana Água Bonita.

Eu penso que deve ter como prioridade reimplantar dentro das terras indígenas o espaço institucional indígena. Esse é o nosso foco principal. A gente quer empoderar as pessoas. (Silvana)

Trazer toda a história, trazer todas as cores, trazer todos os tambores, trazer todos os cantos aqui em Campo Grande. A gente tem que fazer isso pra Campo Grande porque nós temos que mostrar pra cidade e para os não indígenas que os índios podem competentemente transitar nesse mundo. Os não indígenas precisam saber que os índios podem. (Lísio)

Ambos reconhecem que a participação no edital do PCV possibilitou transformar essas ideias em ações, e graças ao Ponto de Cultura estão se estruturando para alcançar tais objetivos.

Ponto de Cultura Pájaro Campana (MS)

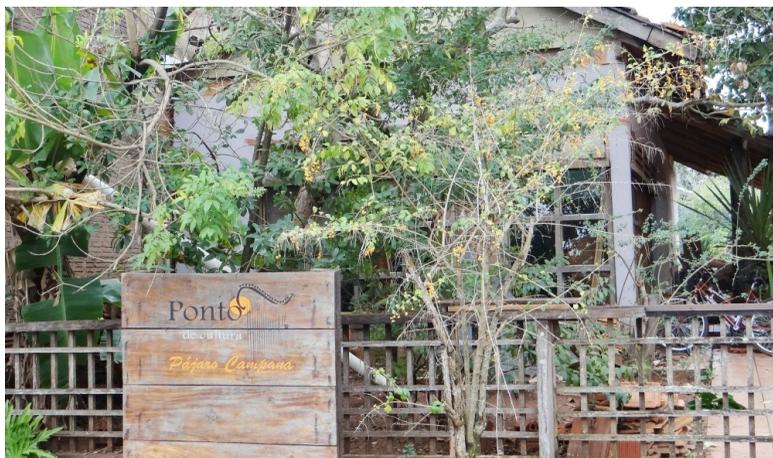


Foto 13 – Parte externa do PC Pajaro Campana

Introdução

O Ponto de Cultura Pájaro Campana fica situado no município de Amabai, cidade de quarenta mil habitantes, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, a cerca de cinquenta quilômetros da fronteira com o Paraguai.

O início de suas atividades remonta ao ano de 2004 quando, ainda sem nenhuma ajuda governamental, foi formada a Associação Cultural Amambaiense. De acordo com seu idealizador e presidente, José Almada Ajala, tudo começou por causa da harpa paraguaia, como relatam em seu site⁶⁴:

No ano 2001 visitamos o luthier paraguaio “Vera”, residente em Pedro Juan Caballero, com o objetivo de encomendar a ele um jogo de cordas para um baixo acústico de arco que havíamos comprado de um ex-integrante do conjunto Ponta Porã. Ele então informou-nos que há mais de cinco anos não fabricava nenhuma harpa paraguaia, visto que a nova geração de músicos dessa região fronteira do Paraguai com o Brasil está adotando o teclado eletrônico ao invés da harpa. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMAMBAIENSE)

A partir dessa informação, pensaram num modo de fomentar a prática da harpa paraguaia através da “criação de uma escola para o ensino desse instrumento”. Esse foi o motivo inicial da criação dessa associação, que inclusive acabou batizando o nome do projeto. Pajaro Campana é a tradução para o espanhol de pássaro Araponga, uma ave comum nessa região, e o nome da mais conhecida canção para harpa paraguaia⁶⁵.

Nós estamos bem próximos do Paraguai e até pouco tempo éramos fronteira. Éramos fronteira mesmo, pois emancipou o município que era distrito e aí não somos a fronteira, mas somos próximos. A quarenta quilômetros daqui já é o outro país.

Após cerca de um ano de atenções voltadas à harpa paraguaia, passaram a oferecer aulas de violão, seguidas de cursos de violino,

⁶⁴ Esse site do ponto de cultura foi criado na época que iniciaram sua participação no PCV, mas logo foi descontinuado, estando desatualizado. Ainda está disponível no seguinte endereço: <<http://pcpajarocampana.blogspot.com.br>>.

⁶⁵ Existe muita influência da cultura paraguaia e gaúcha nessa região, o que pode ser notado pela criação da Associação Casa Paraguaia e da presença de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Esse Centro é, inclusive, um dos principais locais de apresentações na cidade.

violoncelo, piano e viola caipira. Participaram do edital estadual de pontos de cultura em 2010, e a partir de 2011 passaram a integrar a Rede Estadual de Pontos de Cultura de Mato Grosso do Sul. Para participar do edital, a única diferença do que já estavam fazendo na Associação Cultural Amambaiense, foi a oferta de aulas de cerâmica e desenho.

Um dos objetivos desse ponto é de preservar e fortalecer o repertório folclórico regional com músicas de raízes caipiras e de influência paraguaia. Suas oficinas são destinadas a crianças, jovens e adultos de ambos os sexos, sendo que a idade mínima para entrar nas classes de música é dez anos, e em cerâmica artística, sete anos.



Foto 14 – Davi estudando harpa paraguaia no PC Pájaro Campana

fonte: <http://www.redempontoaponto.com.br/ponto/ponto-de-cultura-pajaro-campana/4/>

O ponto funciona em um galpão emprestado pela irmã do coordenador, onde ocorrem todas as aulas de instrumentos. As aulas de cerâmica acontecem em um espaço que fica ao lado. No futuro, pretendem construir um pequeno estúdio de gravação nesse mesmo espaço da sala das aulas. Não possuem nenhum espaço comunitário. Atendem uma média de cem pessoas nas oficinas que são sempre gratuitas.



Foto 15 – Aula de violão no PC Pájaro Campana

Análise

As entrevistas e filmagens foram realizadas no próprio espaço das aulas do ponto, em Fevereiro de 2015. Estiveram presentes, em uma parte da entrevista, o coordenador do ponto, José Almada, e Fábio, ex-aluno, que já atuou como professor e agora auxilia em diversas tarefas administrativas, além de fazer dupla de viola caipira com o coordenador. Em outro momento foram entrevistados três alunos:

Guilherme, de treze anos; Débora, de onze anos; e Virgílio de trinta e um anos.

A análise da entrevista mostrou que as ações desse ponto impactam, principalmente, o domínio da Cultura, com reflexos na Vitalidade Comunitária. O domínio da Cultura está presente através de todos os indicadores resumidos na página 104, tal como demonstramos.

O primeiro indicador – cursos diversos (tradições culturais ou identidade cultural) – está presente na própria criação do projeto Pajaro Campana e sua preocupação com o não desaparecimento da harpa paraguaia, um instrumento tradicional e muito associado à identidade cultural local. Houve, inclusive, cursos de dança folclórica sul mato-grossense, cujo objetivo era “despertar o interesse pelas tradições regionais” e,

vivenciar as formas de expressão da dança folclórica regional, considerando as suas origens, de modo que o aluno compreenda melhor as características folclóricas de sua região. (AMABAI)

Os cursos específicos na área artística são a principal atuação desse ponto. A organização de vendas está associada à Feira das Flores, Plantas Ornamentais e Frutíferas, coordenada pelo ponto. A organização dessa feira está intimamente relacionada com o planejamento das apresentações musicais. De acordo com o coordenador, a realização dessas apresentações é muito cara, e é o dinheiro arrecadado durante a feira das flores que paga a maior parte dos gastos:

Nós temos feito, nos últimos três anos, a Feira das Flores. Foi uma saída que a gente achou. Inclusive, estamos enfrentando uma pedreira danada pra sustentar a feira por causa umas pessoas aí estão lutando pra impedir ela. Enfim. Mas é o que tá dando recurso pra cobrir o evento. Esse ano o evento [Encontro Folclórico] custou cerca de dezoito mil reais. De bilheteria nós fizemos cinco mil. Nós não temos como fazer mais de cinco mil de bilheteria em Amambai. Em ambiente fechado, não. E nós colocamos um

valor bem acessível. Era dez, quinze reais. O restante quem cobriu foi a Feira das Flores. (José Almada, coordenador)

Por fim, o coordenador e o Fábio, citam e mostram um trabalho de organização e sistematização de fontes históricas. Durante um período, toda quinzena eles publicavam textos sobre assuntos históricos:

A gente também tem algumas atividades que são do ponto. A gente considera do ponto e que não são cotidianas. Por exemplo, o ano passado nós iniciamos um trabalho no jornal, de retomada de alguns pontos históricos. Então, toda quinzena a gente publicava um texto aí. O Júnior produzia uma parte e eu produzia outra, com curiosidades sobre a história do local. Um dia sobre um personagem local, um dia sobre como a viola chegou no Brasil, reproduzindo esse processo histórico aí. A gente começou com uma linha cronológica da colonização. Aí, quando chegou no final do ano, a gente parou um pouco. [...] Então, existe essa produção também, que tenta divulgar a cultura local.

Apesar de toda essa preocupação deles com a cultura local há, em seu discurso, alguns elementos que não se alinham completamente com o conceito de cultura dentro da visão do FIB. Como dito anteriormente na página 95, para o FIB, o domínio da cultura aparece de uma forma bastante específica e relacionada com a ideia de resiliência. Nesse caso, a cultura é um conceito dinâmico, em constante processo de mudança. A não aceitação de processos de mudanças, adaptações e influências de práticas contemporâneas sobre práticas tradicionais pode ter o efeito contrário do pretendido. O sentido da resiliência cultural está, de certa forma, em saber manter aspectos tradicionais, por meio do fomento e identificação cultural e histórica, ao mesmo tempo que se aceita pequenas adaptações ou mudanças, como forma de dar um sentido de sua manutenção pelas novas gerações.

Em uma das situações vivenciadas pelo ponto, ele afirma não ter participado de uma apresentação por não concordar com uma das

músicas executadas por um dos grupos que também tocou no mesmo evento:

Você vai tocar num festival de folclore, você tem que ter um critério no seu repertório. Você não vai lá por uma coisa porque está na mídia, faz sucesso. Não é isso. Nós já chegamos ao extremo, uma situação radical, que na hora não ocorreu outra possibilidade, de a gente não tocar num evento porque tocou uma coisa lá que a gente não concorda.[...] Uma coisa que a gente considera nociva à questão cultural. O evento se chamava Noite Cultural Amambaiense. A banda militar ia tocar três músicas. As duas primeiras eram excelentes. Mas, quando anunciaram a terceira, aí chamamos o povo e dissemos, se for tocar isso aí, nessa proposta da noite cultural amambaiense, nós estamos fora. [...] Se for assim, então, muda o nome. O tempo todo a gente bate nessa tecla... Não dá. Não tem como você ser duas coisas.

Todavia, ele justifica isso baseado na contradição que vivenciam no dia a dia, contrapondo todo o trabalho realizado dentro das oficinas do ponto com as apresentações bancadas pelo poder público.

Em nosso evento isso não vai acontecer. Esse é o lado mais difícil de se trabalhar aqui. Porque é o seguinte, um ponto de cultura aqui é um grão de areia. Não tem poder financeiro, é um público pequeno. Toda estrutura está aqui. Aí você orienta, orienta, orienta os alunos de música. Aqui ó, essa música tem qualidade, essa aqui não tem, não tem cuidado. Aí, quando chega o evento organizado pelo poder público, que tem capital muito mais forte, traz essas bandas aí tocando só aquilo que a gente fala que não presta. E aí, como é que fica nossa palavra contra esses eventos, entendeu? A dificuldade que a gente enfrenta é essa. Muito mais do que financeira, é essa interação de ideias, com os órgãos que promovem eventos abertos.

A percepção do domínio da Vitalidade Comunitária também está presente desde o início, pois a criação de uma associação cultural requereu e fortaleceu o suporte comunitário com ações de voluntariado e doação financeira para manter um projeto de interesse soci-

al. Esse projeto foi baseado na cooperação para se manter como Ponto de Cultura. Como não há um profissional remunerado trabalhando continuamente, há pessoas doando seu tempo e seu trabalho, desempenhando um papel importante para a comunidade dentro e fora do ponto.

Em relação ao Padrão de Vida, percebe-se que o objetivo do ponto não é o de oferecer cursos profissionalizantes que os auxiliem a entrar no mercado de trabalho. Ainda assim, há o relato de alguns jovens que, ao se destacar por suas habilidades técnicas, se tornaram monitores nas oficinas de instrumentos. Outros, seguiram carreira musical.

Nossa, tem uma moçada que saiu aqui tocando muito e tá por aí nesse mundão por aí. Cuiabá tem um harpista, um garoto que começou aqui, o cara é extraordinário na harpa.

Seu objetivo futuro inclui adquirir um espaço maior onde possam produzir seus próprios eventos e atividades, e desenvolver um parque temático histórico, que funcione diariamente para que os turistas vivenciem e degustem elementos da cultura tradicional local, e que anualmente sirva de espaço para os eventos folclóricos como o Touro Candil.

PARTE 3

Conclusão

Nessa conclusão iremos rever os resultados dessa pesquisa e, a partir das análises realizadas, deixar mais claro quais os impactos da implantação do Programa Cultura Viva.

Como toda pesquisa, partimos de um problema: *os Pontos de Cultura participaram e tiveram influência na transformação social das comunidades nas quais estão inseridos?* Definimos um método de coleta de dados: *etnografia*. Definimos um espaço geográfico: *Pontos de Cultura do Centro-Oeste*. Por fim, utilizamos uma lente teórica para a análise dos dados: *domínios e indicadores da Felicidade Interna Bruta (FIB)*.

Um resumo simples da conclusão seria que, mais de uma década depois de sua implementação, podemos dizer que o Programa Cultura Viva deu certo. Atingiu muitos de seus objetivos e, como disse Turino, “desvelou o Brasil”. Mas nem tudo deu certo em iguais proporções. Houve o que não deu certo.

Detectou-se que o processo de federalização do Programa Cultura Viva teve vários pontos positivos. A ideia de descentralizar os recursos como forma de ampliar o programa para atingir áreas remotas e fazer com que os ideais do programa fossem incorporados pelas instâncias estaduais e municipais (a chamada capilaridade), resultou num certo nível de autonomia dessas instâncias em relação à esfera federal.

Há muitas vantagens nesse processo: o primeiro é o fato de o Ponto de Cultura tornar-se política de Estado, realizada pelos diversos entes federados, independente de conveniências ou disputa entre governos e partidos; também agrega novos recursos,

quando a contrapartida financeira deixa de ser das entidades e é assumida pelos governos estaduais ou municipais; além de tornar a seleção e acompanhamento mais próximos da realidade local. (TURINO, 2010, p. 167)

Inclusive, a grande expansão do PCV só se tornou possível por causa desse compartilhamento de gestão, resultando numa maior visibilidade e fortalecimento do programa.

Contudo, no contexto dessa pesquisa, a descentralização dos recursos, como já previa Célio Turino, traria três problemas: 1) A descentralização das informações sobre a existência e atuação dos novos pontos conveniados; 2) A manipulação ou perseguição política; 3) O risco de burocratismo local.

Se até o ano de 2007, os editais eram lançados pelo próprio Ministério da Cultura, possibilitando um único banco de dados sobre os Pontos de Cultura conveniados; após esse ano, cada estado ou município que aderisse ao programa, seria responsável pela criação e publicação de um edital próprio, assim como pela escolha e repasse das verbas às entidades selecionadas.

A federalização do Programa, naquele momento, era entendida como uma necessidade diante das dinâmicas operacionais da ação. O olhar mais localizado de Estados e municípios tenderia a ser um ganho importante para a diminuição de ruídos e o melhor acompanhamento das atividades executadas. Contudo, esta nova configuração resultou na multiplicidade de atores e na pulverização de demandas entre os Pontos de Cultura, conferindo novos desafios à gestão. (CALABRE; LIMA, 2014, p. 21)

Parece-nos que esse processo de federalização aconteceu sem que o MinC estivesse preparado para supervisionar e solicitar os dados sobre os novos PC conveniados. E esse problema se arrasta até os dias atuais, quase uma década depois. Quando estivemos no MinC para solicitar os dados disponíveis, nos foi informado que a falta (ou desatualização) de informações no banco de dados disponibilizado se

devia ao fato da dificuldade de comunicação das instâncias estaduais e municipais com o MinC.

Essa falta de informações sobre os Pontos de Cultura existentes refletiu-se diretamente na fase de preparação dessa pesquisa, pois a maior parte dos dados que conseguimos a respeito dos Pontos de Cultura do Distrito Federal e demais Estados do Centro Oeste, estavam defasados. Dessa forma, muito tempo foi perdido tentando descobrir quais os Pontos estavam ativos e como contatá-los. Através do MinC não foi possível conseguir uma lista atualizada nem dos Pontos de Cultura ativos, nem dos Pontos de Cultura que participaram de editais antigos e que não estão mais conveniados.

O passo seguinte foi contatar as Secretarias de Cultura de cada Estado. Ainda assim, a resposta sempre demorava muito e, quando recebíamos uma resposta com a lista dos PC conveniados, grande parte os endereços, telefones e e-mails de contato estavam desatualizados. Os próprios órgãos estaduais pareciam não saber, ou não ter um rígido controle de quem estava recebendo os valores relativos ao PCV. Mas esse não foi um caso isolado em nossa pesquisa, e percebemos vários relatos na revisão bibliográfica de situações semelhantes.

Além de pulverizar o controle sobre informações essenciais relacionadas aos novos pontos de cultura conveniados, a federalização do PCV causou uma politização dos editais. Alguns dos pontos visitados relataram que alguns editais estaduais não seguiam os critérios básicos do PCV ou que, quando eram selecionados, sofriam perseguição dentro do próprio órgão de cultura local.

A gente lá dentro, participando da história da Comissão Nacional e que o fato de ter federalizado foi uma coisa que complicou demais. Porque, pegar o dinheiro e dar para o Estado, quando veio o primeiro edital de ponto de Cultura do Estado, aqui, pelo menos, em Goiás, eles beneficiaram a Academia Goiana de Letras, isso e aquilo, e tinha gente que falava “olha, eu nunca fiz projeto social, mas com esse recurso eu vou fazer”. Nós conseguimos impugnar o edital. Tá tudo errado, eles não atenderam os critérios. [...] É

complexa essa história de achar que o Estado também tem que bancar. Aqui, pelo menos no Estado de Goiás, a gente nunca teve apoio, nem do Estado, nem do Município. (PC Coepi)

Ainda que todo o nosso espaço é político... a gente deparou com preconceito muito grande com a nova equipe que entrou naquela época. Tinham uma pessoa ali que nos perseguiu muito. Era essa pessoa que não deixava o negócio ir pra frente. Uma pessoa militante do [partido político X], que conhece as causas indígenas, que conhecia o nosso trabalho, mas ela não deixou, o tempo que ela ficou lá, ela não deixou. Nesse meio tempo veio uma pessoa do Ministério e perguntou: O que foi que aconteceu? A gente disse: Não sei, vai lá ver. E ele foi lá viu que não era nada, era só má vontade. O governo federal ele tem uma certa, que dizer, ele tem muita sensibilidade. O governo federal tem sido muito sensível com as questões indígenas. Mas quando chega nos municípios, uma vírgula é uma questão. (PC Yokoni Kopenoti)

Sobre o burocratismo local, Irmã Elisa do PC CEJUVI de Caldas Novas, reclamou que a situação financeira do ponto foi muito prejudicada quando o Estado demorou para liberar sua parte dos recursos, mesmo quando os recursos federais já haviam sido disponibilizados.

O governo federal não libera o recurso se o estadual não fizer a sua parte. Aí ficou um ano inteiro sem o governo estadual pagar sua parte e a gente ficou sem nenhum recurso, de uma parte ou de outra. (PC Cejuvi)

Apesar desses problemas pontuais, a grande maioria dos PC pesquisados conseguiram atuar em plena capacidade, alcançando diversos resultados positivos medidos pelo FIB.

Os pilares dos Pontos de Cultura

Uma das primeiras perguntas que surgem quando se fala sobre o PCV é se essas ações não seriam de responsabilidade do Estado. Mas, é no fato dessas ações não serem tuteladas pelo Estado que reside sua principal característica e poder de transformação. Porque o Estado não decide o que deve ser feito. Seu papel é garantir um pequeno aporte financeiro para grupos, ou associações, que já desenvolviam ações sociais; e facilitar a construção de uma rede de relacionamento entre tais grupos. É justamente a não interferência do Estado nas escolhas de quais ações podem ou devem ser desenvolvidas nos PC, que possibilita a legitimação das práticas locais e do empoderamento de atores cujas vozes não alcançavam mais do que um punhado de pessoas.

A estrutura exigida e a burocracia inerente para a disponibilização de cursos organizados e geridos pelo ente público é muito grande. Por outro lado, a estrutura de um PC é muito mais simples e flexível, podendo ser adaptada facilmente a rápidas mudanças de demandas. Ou seja, é muito fácil para um PC oferecer cursos de Viola Caipira durante um período. A partir do momento que a demanda mudar, pode-se, além do curso de Viola Caipira, ofertar outro curso distinto, tal como um curso de fotografia. Essa liberdade de atuação e de escolha sobre suas ações é a base da **Autonomia**.

Todavia, as ações perpetradas pelos Pontos de Cultura vão muito além de oferecer cursos a partir de uma demanda localizada. Muitos deles atuam diretamente no resgate de valores e identidades perdidas, negadas ou escondidas. Isso pode ser percebido na variedade de Grupos de Trabalho organizados durante as TEIAs, entre os quais os GTs Ação Griô; Artes Cênicas; Capoeira; Circo; Culturas Tradicionais e Indígenas; Economia Solidária; Gênero; LGBT; Matriz Africana; Rurais; Sexualidades; Sustentabilidade.

Dentro de cada GT desses surgem discussões específicas, no nível ideológico, que vão orientar ações nos PC. Um exemplo

interessante é o da Economia Solidária, que discute temas como autogestão e sustentabilidade (ambiental, social e econômica). Dessa forma, um PC pode organizar atividades (oficinas, vendas, apresentações) tendo como base a lógica da economia solidária, com o objetivo de gerar renda de forma sustentável e duradoura para uma determinada comunidade periférica, tais como artesanato com palhas, renda de bilro, cerâmica ou agricultura familiar. Esse ato de puxar para si a tarefa de fazer o que precisa ser feito, sem esperar que o poder público faça, é a base do **Protagonismo**.

Quando um grupo de pessoas percebe que pode se organizar e apoiar ações para alcançar um objetivo comum, com liberdade de escolhas e sem intervenção estatal, isso resulta na compreensão de seu papel nas relações de poder que atuam no controle de seu futuro. Quando essa consciência é exercida com autonomia, o objetivo maior foi alcançado, o **Empoderamento**. Nesse contexto dos PC, o empoderamento não foi algo dado ou permitido pelo poder público, mas uma conquista através da conscientização da capacidade de transformação advinda da coletividade. Um auto-empoderamento.

Em texto recente (BRASIL, 2013, p. 7), o Ministério da Cultura elenca os objetivos específicos do Programa Cultura Viva:

- Ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais;
- Garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;
- Estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;
- Promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;
- Consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;

- Promover o direito à cultura como elemento essencial para o exercício da cidadania, a diversidade cultural em suas múltiplas expressões simbólicas, e a atividade econômica no campo cultural;
- Estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, promovendo a cultura de Paz e a defesa dos Direitos Humanos;
- Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Percebe-se que, de forma geral, tais objetivos podem ser resumidos em quatro pilares: 1) A promoção de iniciativas culturais; 2) O acesso às produções culturais existentes; 3) A valorização da cultura local através do empoderamento e legitimação dos atores locais; 4) A gestão compartilhada. Portanto, para as comunidades agraciadas pelos PC, a apresentação de quadros com indicativos de valores alocados ou quantidade de pontos agraciados, não era suficiente para avaliar se o PCV teria alcançado ou não seus objetivos. Por isso, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura demandou uma pesquisa com abordagem qualitativa, individualizada, para que fosse estudado, em maior profundidade, como os Pontos de Cultura atuaram na transformação da realidade sociocultural das comunidades.

Impactos no FIB

Como já exposto nas análises de alguns dos Pontos de Cultura pesquisados, há diversas evidências de que suas ações tiveram impactos positivos nas comunidades que os cercam. Esses impactos podem ser diagnosticados através de uma melhora na qualidade de vida das pessoas que estão direta e indiretamente relacionadas com esses pontos. E essa melhora na qualidade de vida foi percebida através da análise de como as atividades dos pontos resultavam, intencionalmente ou não, em ações que se vinculavam aos indicadores e domínios da Felicidade Interna Bruta.

Entre os nove domínios do FIB, alguns surgem de forma mais clara e evidente, enquanto outros mal são mencionados ou de difícil vinculação às ações do ponto. Quatro domínios se destacam entre os demais. São eles a **Cultura**, **Uso do tempo**, **Bem-estar psicológico** e **Vitalidade comunitária**. Em seguida, há um grupo de domínios cujas associações surgem somente em alguns dos pontos, ou de forma secundária nos demais, que são a **Educação**, **Padrão de vida**, **Boa governança** e **Meio ambiente**. Por fim, o domínio da **Saúde** é o que menos impacto direto é perceptível nessa pesquisa.

A razão do domínio da **Cultura** aparecer mais vezes está relacionado ao fato de que praticamente todos os Pontos de Cultura oferecem cursos diversos, geralmente gratuitos, voltados para populações de baixa renda. Com algumas exceções, os cursos envolvem práticas culturais não hegemônicas⁶⁶ e modalidades que não são tradicionalmente encontrados em escolas de artes oficiais (conservatórios, por exemplo), tais como Hip Hop, Capoeira, Viola caipira, Contação de histórias, Moda afro-brasileira, Teatro, Circo, Cerâmica, Artes plásticas com reciclagem, entre outros.

Essas ações, por sua vez, impactam diretamente no **Bem-Estar Psicológico** das pessoas que participam ou que moram naquela

⁶⁶ Seja em termos midiáticos ou, mais precisamente, ligados a classes sociais mais baixas ou sociedades tradicionais.

região pois, mesmo quando são PC voltados para cursos de audiovisual e cinema, suas produções sempre valorizam a cultura local (periférica, em termos de bairros ou cidades). Essa valorização das práticas tradicionais ou não hegemônicas, aumentam muito a autoestima de toda a comunidade, que passam a entender que suas práticas culturais têm tanto valor simbólico e/ou artístico quanto as que são consideradas “alta cultura”.

De forma semelhante é o impacto na **Vitalidade Comunitária** pois, elevar a autoestima das pessoas de uma certa comunidade restaura o sentimento de pertencimento, importância e compartilhamento de um projeto comum que irá satisfazer as necessidades da comunidade por um compromisso coletivo. Isso se reflete, por exemplo, no caso do Bairro Santa Efigênia na cidade de Caldas Novas – GO, que antes da instalação do PC CEJUVI, era muito mal apreciado pelas pessoas da cidade e, inclusive, pelos próprios moradores do bairro. Mas, algum tempo depois que esse PC se estabeleceu lá, os jovens passaram a ter orgulho de morar em um bairro que é apoiado por um projeto como esse. Uma mudança positiva na comunidade.

Também podemos destacar a sensação de uma necessidade de retribuição, refletida na solidariedade que as pessoas desenvolvem ao serem acolhidos. É o que muitos relatam sobre a ideia de que o Ponto de Cultura acaba gerando multiplicadores, que levam esse ideal de bem-estar coletivo para seu cotidiano.

As atividades relacionadas ao **Uso do tempo** também impactam diretamente nessa vitalidade comunitária. A oferta de cursos que sejam do interesse das pessoas da comunidade, gratuitos ou com baixo custo de investimento, faz com que muitos jovens e crianças prefiram participar dessas atividades do que ficar “sem fazer nada”. Quando perguntados sobre a importância dos projetos desenvolvidos nos pontos que atendem crianças e adolescentes, a resposta mais comum, tanto dos participantes, quanto das pessoas da comunidade em geral, é que “tira as crianças da rua”. Percebeu-se que as possibilidades ofertadas pelos PC, redefiniram a maneira de crianças e adolescentes organizarem o seu tempo entre escola, lazer e família.

O domínio da **Educação** também se encontra presente em alguns pontos, através das “aulas de reforço escolar”. Essa é uma atividade muito importante para o benefício de famílias pobres, que fazem uso dessa oportunidade com o intuito de “elevar o nível de escolaridade” de seus filhos, e propiciar uma transformação nas possibilidades de emprego e renda da próxima geração dessa família. Assim como os domínios anteriores, essas ações também refletem positivamente na autoestima (crença de que é capaz de alcançar seus objetivos) e no uso do tempo.

Contudo, existem dois outros indicadores desse domínio que promovem um impacto mais profundo e por isso mesmo, menos imediato. Um deles aborda a “alfabetização, manutenção ou valorização de línguas indígenas, alóctones ou oficial”, tal como encontramos no PC Yokoni Kopenoti; e o outro é baseado na “reflexão sobre valores éticos e morais”, tal como presentes nos PC COEPI e Kongo Nya. Essas ações promovem um questionamento sobre o que significa ser indígena ou negro, por exemplo, numa sociedade dominada pelas características e valores dos “brancos”. Em termos educacionais, a discussão filosófica que aborda os problemas morais, éticos e identitários a respeito de aspectos culturais como o uso de determinada língua, a forma de se vestir, ou os elementos simbólicos e religiosos, podem ter resultados mais duradouros e impactantes, pois possibilitam uma ruptura epistemológica. É uma forma de oferecer ferramentas para se questionar a realidade que se vive, sem ser um mero seguidor de ideias alheias. Capacitar a reflexão é empoderar. E esse é um conceito essencial ao Programa Cultura Viva.

	Cultura	Uso do tempo	Bem-estar psicológico	Vitalidade comunitária	Educação	Padrão de vida	Boa governança	Meio ambiente	Saúde
Athos Bulcão	X	X							
Kongo Nya	X	X	X	X	X			X	
Ludocriarte	X	X	X	X	X	X			X
Caminhos Audiovisuais	X	X	X	X	X	X			
Garatuja	X	X							
Encubadora de Palhaços	X	X	X						
Artes da Tribo	X				X				
Canto a Canto	X		X	X					
ESTEC	X	X	X			X			
Ciranda	X	X	X	X		X			
Coletivo Maloca	X	X	X	X		X			
Só Falta Você	X	X	X	X	X				
CENPRO – Faces da Cultura	X	X	X	X		X			
CEJUVI	X	X	X	X	X				
Yokoni Kopenoti	X		X	X	X	X	X	X	
Nelito Camera	X	X	X	X					
Pajaro Campana	X			X					
COEPI	X	X	X	X	X	X	X	X	

Tabela 1 – Relação dos domínios do FIB impactados pelas atividades realizadas pelos Pontos de Cultura pesquisados.

O domínio do **Padrão de vida** aparece em muitos pontos, mas não em todos. A oferta de cursos com intenções profissionalizantes aparece, de forma intencional, em pontos como o Caminhos Audiovisuais, CENPRO – Faces da Cultura, e Ciranda. Por outro lado, o mero fato de ofertar cursos diversos, também amplia as possibilidades de atuação profissional de pessoas que antes não as vislumbravam. Cursos de informática, por exemplo, têm um impacto imediato sobre as chances de conseguir um emprego. Mas há relatos de pessoas que fizeram cursos de teatro, dança, música, entre outros, que iniciaram como um lazer, ou uma oportunidade de realizar um “sonho de infância”, e que acabaram por atuar profissionalmente nessa área.

O PC Pájaro Campana tem o exemplo de um garoto que se tornou um harpista profissional, mesmo não sendo essa a intenção inicial desse projeto. Muitos jovens e crianças que iniciaram no projeto Ciranda, hoje atuam em orquestras profissionais ou ingressaram em cursos superiores de música. Outra situação muito comum, relatada pelos coordenadores dos PC, são ex-alunos que se destacam e que passam a atuar como estagiários no próprio ponto, já adquirindo uma experiência profissional e um pequeno, mas importante, ganho financeiro.

Uma situação que nos chamou a atenção dentro desse domínio, foi uma atividade desenvolvida no PC Ludocriarte, uma oficina chamada “Mundo do trabalho”, voltada para discussões sobre como fazer entrevistas e se comportar na atuação profissional. Essa atividade, juntamente com oficinas de caráter mais técnico (informática e cinema), tem contribuído muito para auxiliar esses jovens a se inserir no mercado de trabalho, ou mesmo avançar em suas carreiras.

Nessa pesquisa, o domínio da **Boa governança** foi mais identificado nas entrevistas com os coordenadores e professores dos PC. Para muitos desses entrevistados, houve um aumento na sua percepção em relação aos investimentos que o governo precisa fazer em áreas como a cultura e a educação em geral. Os coordenadores dos PC vivenciam cotidianamente o que significa essa falta de investimento. Nas cidades menores (menos de cinquenta mil habitantes)

como Primavera do Leste, Ivinhema, Amambai, Campo Verde e Pirenópolis, havia um discurso recorrente de que as atividades oferecidas das pelos PC, em muitos casos, eram as únicas opções culturais naqueles municípios. Foram os PC que passaram a organizar festas, apresentações musicais, e teatrais. Há, inclusive, o caso do PC Pajaro Campana que se mobilizou para resgatar o Toro Candil⁶⁷, uma brincadeira popular que há tempos não mais se praticava. Ou o exemplo do Ponto de Cultura Só Falta Você, que fomentava as festas, quadrilhas e danças folclóricas na recém fundada, e sem nenhuma tradição própria, cidade de Campo Verde – MT.

Dessa forma, há, entre tais coordenadores, a clara percepção de que eles estão atuando e suprindo uma lacuna que deveria ser de competência do ente público. E fazem isso com um orçamento muito inferior do que o próprio Estado gastaria para oferecer as mesmas atividades. Por isso, um dos clichês do discurso dos pontos de cultura é dizer que “a gente transforma um real em dez”.

Dos dezoito PC visitados, o domínio do **Meio ambiente** só surge em três pontos, sendo que desses, somente um, o COEPI, promovia ações efetivas para o meio ambiente. Essas ações rendeu, inclusive, parcerias com o Ministério do Meio Ambiente, com o IBAMA, e com a WWF-Brasil⁶⁸. Os outros PC não tinham nenhuma ação específica que pudessem ser relacionadas diretamente com os indicadores do meio ambiente.

⁶⁷ A Associação Cultural Amambaiense, responsável pelo Ponto de Cultura Pajaro Campana, desde 2008 passou a realizar o Encontro de Folclore Toro Candil. Essa brincadeira se assemelha ao Bumba-meu-boi, cujo Boi é feito com arame, pano e a ossatura natural da cara do boi, previamente abatido para a festa, na qual duas tochas são acesas e colocadas nas extremidades do chifre do boi candieiro.

⁶⁸ *World Wide Fund for Nature*, antiga *World Wildlife Fund*, renomada OnG que “executa projetos em todo o país por meio de parcerias com empresas, organizações não-governamentais, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, desenvolvendo atividades de pesquisa e diagnóstico; proteção de espécies e de ecossistemas ameaçados; desenvolvimento de modelos alternativos de conservação e uso dos recursos naturais; capacitação e desenvolvimento de entidades parceiras; disseminação de resultados por meio de educação ambiental, políticas ambientais e comunicação; e campanhas de mobilização social.” (WWF, 2016)

O domínio da **Saúde** também só pôde ser relacionado diretamente com o acompanhamento psicológico dos participantes e da família promovidas pelo PC Ludocriarte. De forma secundária, como ideias a serem implantadas mas ainda não efetivadas, puderam ser identificadas em outros três dos pontos pesquisados (CEJUVI, COE-PI, Yokoni Kopenoti). Mesmo na pesquisa bibliográfica, somente a dissertação de Denise Diba (2012), descrita na página 47, analisa como a promoção da saúde pode ser alcançada através das atividades de um grupo teatral. De forma análoga, um olhar mais minucioso também poderia relacionar, de forma indireta, algumas das atividades desenvolvidas nos pontos com a promoção da saúde. Todavia, como nosso aporte metodológico estava condicionado aos impactos diretos das ações dos PC nos indicadores do FIB, essa relação indireta não foi objeto da nossa análise.

Como esse estudo procurou demonstrar, a felicidade não está relacionada com o acúmulo de bens. Os indicadores do FIB foram desenvolvidos com a intenção de analisar como a felicidade se apresenta nos mais diferentes aspectos. E o bem-estar social é um dos indicadores que mais afeta o nível de felicidade de uma comunidade. Por isso, espera-se que o Estado desenvolva ou identifique estudos analíticos que possam estimar o impacto de potenciais políticas públicas na felicidade/bem-estar da sociedade. Essa pesquisa pode ser entendida como um desses estudos, ao demonstrar como pequenas ações podem afetar a qualidade de vida de uma comunidade.

Bibliografia Consultada

ABREU, Luiz Eduardo; BARBOSA DA SILVA, Frederico. *Levando a sério o que nos dizem: notas sobre narrativas e avaliação nas políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. Seleção de textos de Jorge Mattos Brito de Almeida. Traduzido por Juba Elisabeth Levy et al. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Everton Fernando. Qualidade de vida: considerações sobre os indicadores e instrumentos de medida. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p.16-23, jan.-jun., 2011. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00827149/document>>. Acesso em: 26 out. 2015.

AMAMBAI Notícias. *Ponto de Cultura Pájaro Campana oferece curso em Amambai*. Disponível em: <<http://www.amambainoticias.com.br/cidades/ponto-de-cultura-pajaro-campana-oferece-curso-em-amambai>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

ANDREWS, Susan. A ciência hedônica. In: *Conferência Internacional do FIB*, 1., 2008. São Paulo. Disponível em: <<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/A%20Ci%C3%Aancia%20Hed%C3%B4nica%20-%20Palestra%20de%20Dra%20Susan%20Andrews%20na%201a%20Confer%C3%Aancia%20FIB.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

ANDRIES, André Luiz Fernandes. *Pontos de cultura: uma experiência de política pública participativa*. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais)—Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARAÚJO, Edna Maria de. *Diálogo Intergeracional e promoção da paz: pedagogia griô e protagonismo juvenil como tecnologias sociais para a prevenção da violência em Feira de Santana-BA*. Projeto de pesquisa e extensão submetido à Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. Disponível em: <<http://www.acaogrio.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Projeto-Griô-UEFS-Nucleo-interdisc-de-saude.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMAMBAIENSE. *Histórico do projeto Pájaro Campana e Associação Cultural Amambaiense*. Disponível em: <<http://pcpajarocampana.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BARBOSA DA SILVA, Frederico. O programa Mais Cultura, o Fundo Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. In: BARBOSA DA SILVA, Frederico; ABREU, Luis Eduardo (Org.). *As políticas públicas e suas narrativas*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3044/1/Livro-As_pol%C3%Aadticas_p%C3%Ablicas_e_suas_narrativas-o_estranho_caso_entre_o_Mais_Cultura_e_o_Sistema_nacional_de_cultura>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BARBOSA DA SILVA, Frederico. *As redes temáticas, as redes de política e a territorialidade: o caso do Programa Arte Educação e Cidadania – Cultura Viva*. Coleção Políticas Sociais (IPEA), v. 21, p. 240-264, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_21_cap05.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BARBOSA DA SILVA, Frederico (Org.). *Cultura Viva: as práticas de Pontos e Pontões*. Brasília: IPEA, 2011.

BARBOSA DA SILVA, Frederico et al. *Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2012.

BARBOSA DA SILVA, Frederico; ARAÚJO, Herton E. (Org.). *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.

- BARBOSA DA SILVA, Frederico; LABREA, Valéria Viana. *Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva*. 1. ed. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/book_web_redesenho_programa_cultura_viva.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico; ZIVIANI, Paula (Org.). *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: IPEA, 2014.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um material prático*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERZINS, Felix Augusto Jacobson. *Entre linhas e redes: os pontos de cultura no tecido brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BEZERRA, Jocastra Holanda. *Quando o popular encontra a política cultural: a discursividade da cultura popular nos pontos de cultura Fortaleza dos Maracatus, Cortejos Culturais do Ancuri e Boi Ceará*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BITTENCOURT, I. I.; Brito, P. H. S.; Silva, A. P.; ISOTANI, S.; Bourdeau, J.; Rubira, C. Desafios da Engenharia de Software na Educação: Variabilidade de Sistemas Educacionais Inteligentes e Instanciação em Larga Escala. In: Workshop de Desafios da Computação Aplicada à Educação. Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, 2012. p. 1-10. Anais... Disponível em: <http://www.imago.ufpr.br/csbc2012/anais_csbc/eventos/desafie/artigos/desafie2012%20-%20Desafios%20da%20Engenharia%20de%20Software%20na%20Educacao%20Variabilidade%20de%20Sistemas%20Educacionais%20Inteligentes%20e%20Instanciacao%20em%20Larga%20Escala.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.
- BORELLI, Elizabeth ; TORRES, A. R. . O Desafio da Métrica da Felicidade para um Desenvolvimento Sustentável. In: Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 16., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/261.pdf>>. Acesso em: 26 out.

2015.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Atica, 1983.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. *Cadernos do Do-in Antropológico*: discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: MINC, 2003.

BRASIL. *Programa Cultura Viva*: primeiro relatório de avaliação dos Pontos de Cultura. Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005.

BRASIL. *TEIA: Rede de Cultura e Cidadania*. Brasília: MINC, 2006a.

BRASIL. *Viva a cultura viva do povo brasileiro*. Brasília: MINC, 2006b.

BRASIL. *TEIA: tudo de todos*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2007. DVD.

BRASIL. *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania*: Cultura Viva: autonomia, protagonismo e fortalecimento sociocultural para o Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SCC/Programa_Nacional_Cultura_Educacao_Cidadania_2010.pdf>. Acessado em 10 fev. 2016.

BRASIL. *Almanaque*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009a.

BRASIL. *Compêndio do Cultura Digital*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009b. Disponível em: <<http://antigo.estudiolivres.org/el-download.php?pub=7521&action=downloadAll>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. *Almanaque Cultura Viva*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010.

BRASIL. *Aprimoramento da gestão*. Brasília: MinC, 2013a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade/destaque/-/asset_publisher/ycfzTtH4jQ4f/content/aprimoramento-da-gestao/10901>. Acesso em 18 abr. 2016.

BRASIL. *Programa Cultura Viva*: documento base. Brasília: Ministério da Cultura, 2013b.

BRASIL. Lei 13.018, de 22 de Julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. *Lei Cultura Viva*. Brasília: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural/MINC, 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BUENO, Caroline C.; ESCORSIN, Fernando A.; COLLEONI, Fernando; BAPTISTA, Filipe F.; CARVALHO, Rafael. Fatores determinantes para a felicidade em ambiente corporativo. *Revista Perspectiva Científica do ISAE*. N. 1, 2014. Disponível em: <http://www.perspectivacientifica.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Fatores-determinantes-para-a-felicidade-em-ambiente-corporativo.pdf>. Acesso em: 26 Out 2015.

BUENO, Caroline C. et al. Fatores determinantes para a felicidade em ambiente corporativo. *Revista Perspectiva Científica do ISAE*, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.perspectivacientifica.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Fatores-determinantes-para-a-felicidade-em-ambiente-corporativo.pdf>>. Acesso em: 26 Out 2015.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. Do do-in antropológico à política de base comunitária: 10 anos do programa cultura viva, uma trajetória da relação entre estado e sociedade. *Políticas Culturais em Revista*, v. 7, n. 2, p. 6-25, 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/12867/9459>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais*: diálogo indispensável. Rio de Janeiro:

Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CARVALHO, Marcos B.; GONÇALVES, Carlos A.; PARDINI, Daniel J. A felicidade em foco: mensurando conceito metafísico para estratégia governamental e recomendações organizacionais. In: *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 269-287, mai.-ago. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/2359/1425>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

COEPI. Disponível em: <<http://coepi.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

COSTA, Eliane Sarmiento. *Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje*: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes de tecnologias digitais. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais)–Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

DIAS, Maria Berenice. Direito fundamental à felicidade. *Unisul de fato e direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, v. 2, n. 4, p. 101-107, 2012. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/1079/900>. Acesso em: 26 Out 2015.

DIBA, Denise. *De ponto de drogas à Ponto de Cultura*: juventude, teatro e promoção da saúde: o grupo Pombas Urbanas em Cidade Tiradentes. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva)–Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, 2012.

DURÃO, Juliana Velloso. Como mensurar progresso levando-se em conta um modelo de desenvolvimento sustentável. *Plurimus: cultura e desenvolvimento em revista*. Ano I, Edição II, agosto 2012. Disponível em: <<http://plurimus.dominiotemporario.com/doc/ComomensurarprogressoJulianaVellosoedII.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS WALDORF NO BRASIL. 2013. Disponível em: <<http://www.federacaoescolaswaldorf.org.br/Pedagogia.php>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

FÉR, Ester Marçal. *O audiovisual na rede dos pontos de cultura da grande São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Faculdade Cásper Líbero, 2009.

FERREIRA, Tatiana Gomes. *Percepção sócio-ambiental e gestão participativa dos recursos hídricos*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. 2011.

FINO, C. N. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. In: ESCALLIER, Christine; VERÍSSIMO, Nelson (Org.). *Educação e Cultura*. Funchal: DCE – Universidade da Madeira, 2008, p. 43-53. Disponível em: <<http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

FINO, C. N. FAQs, Etnografia e Observação Participante. In *SEE: Revista Europeia de Etnografia da Educação*, v. 3., 2003, p 95-105. Disponível em: <<http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/20.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

FONTELES, Bené (Org.). *Nem é erudito nem é popular: arte e diversidade cultural no Brasil*. Brasília: MINC, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FRANCO, G. H. B. *Índices de felicidade e desenvolvimento econômico*. Apresentado no ciclo de conferências “O próximo futuro: Grandes Lições”, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, 16 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/gfranco/Economia%20e%20felicidade%20-%20o%20ensaio.pdf>>. Acesso em 26 out. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GEERTZ, Clifford. *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRUPO PRODUTIVO DAS MULHERES DA MARÇAL DE SOUZA. *História da Aldeia Urbana Marçal de Souza*. Publicado em 06 dez. 2007. Disponível em: <<http://mulheresdamarcal.blogspot.com.br/2007/12/historia-da-aldeia-urbana-maral-de-souza.html>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

HARKNESS, Ben. Homicide and hip-hop. *Inside Indonesia*, v. 85, jan.-mar., 2006. Disponível em: <<http://www.insideindonesia.org/homicide-and-hip-hop>>. Acesso em 05 jan. 2016.

HELLIWELL, John. *Medindo e explicando bem-estar subjetivo*. Disponível em: <<http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>>. Acesso em 24 de abr. 2014.

HISTÓRICO DO FIB. Disponível em: <<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Hist%C3%B3rico%20do%20FIB.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

HOLLANDA, Ana de. *Discurso de posse*. Brasília: MINC, 2011. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-de-posse-da-ministra-da-cultura-ana-de-hollanda-410921/10883>. Acesso em 18 abr. 2016.

IPF. *Programa Cultura Viva: dossiê de atividades maio a agosto de 2006*. IPF: SP, 2006a.

IPF. *Programa Cultura Viva: dossiê de atividades agosto a novembro de 2006*. IPF: SP, 2006b.

ITO, Alex A.; ARIYOSHI, Dora G. D.; MARCHIORI, Rodolfo H.; PERISSINOTTO, Rodolfo M.; MENDES, Vitor T. U. O índice “felicidade interna bruta” e o ambiente universitário brasileiro. *Revista Ciências do Ambiente On-Line* Junho, 2014, Volume 10, Número 1. Disponível em: <http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/view/414/335>. Acesso em: 26 Out 2015.

ITO, Alex A. et al. O índice “felicidade interna bruta” e o ambiente universitário brasileiro. *Revista Ciências do Ambiente On-Line*, v. 10, n. 1, Junho, 2014. Disponível em: <<http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/view/414/335>>. Acesso em: 26 out. 2015.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; CORÁ, Maria Amelia Jundurian. *Descentralização, território e redes sociais: uma análise do Programa Cultura Viva*. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/11522/8338>>. Acesso em 18 abr. 2016.

KAHNEMAN, Daniel; DEATON, Angus. High income improves evaluation of life but not emotional well-being. *National Academy of Sciences of the USA*, Set 2010, v. 107, n. 38. *Anais...* p. 16489–16493. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/107/38/16489.full>>. Acesso em 18 abr. 2016.

KAHNEMAN, Daniel; DIENER, Ed; SCHWARZ, Norbert (Ed.). *Well-Being: The Foundations of Hedonic Psychology*. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

LABREA, Valéria da Cruz; RANGEL, A. M. C. *Programa Cultura Viva: análises e observações*. Brasília: SCDC/MinC/PNUD, 2009.

LABREA, Valéria da Cruz; RANGEL, A. M. C. *Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais*. Brasília: SCDC/MinC/PNUD, 2010.

LABREA, Valéria da Cruz. *Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder: cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva de 2004 a 2013*. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura x democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. In: *Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práticas*, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LACERDA, Alice Pires de; GOMES, Eduardo José dos Santos de Ferreira. Sentidos da Democracia e do Direito Cultural no campo das políticas de cultura. *Políticas Culturais em Revista*, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/8258/6069>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LACERDA, Alice Pires de; LIMA, Hanayana Brandão G. Fontes. Cultura digital como política cultural: possibilidades e desafios do governo Lula. In: Simpósio Nacional da ABCiber, 2. *Anais...* São Paulo: PUC-SP, 2008.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, positivação e jurisdição*. Tese (Doutorado em Direito Constitucional)–Pontifícia Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2013.

LEITE, Fernanda Capibaribe. *Teias trançantes: o Mercado Cultural e as dinâmicas da cultura na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LIMA, Deborah Rebello. *As teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva*. Dissertação (mestrado)–Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Deborah Rebello. Desafios contemporâneos na gestão pública: entre o tangível e o intangível: o caso do Programa Cultura Viva. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicai_s/II_Seminario_Internacional/FCRB_DeborahRebello_Desafios_contemporaneos_na_gestao_publica_entre_o_tangivel_e_o_intangivel.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LOPES, Juliana. Experimentações em Cultura, Educação e Cidadania: O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais)—Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2009.

MACEDO, Raquel Fernandes de et al. Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. *PASOS: revista de turismo y patrimonio cultural*, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_17.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

MATTOS, Fabrício Santos. *Os traços da rede: pontos de cultura e usos da cultura na Amazônia contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)—Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MEDEIROS, Anny Karine de. *Políticas públicas e organizações culturais: o caso do Programa Cultura Viva*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)—Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

MENDES, Pedro B. O Trabalho da Cultura e a lógica dos pontos. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Pedro-Mendes.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Portaria nº156 de julho de 2004. Criação do Programa Cultura Viva. Brasília: MINC, 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria-156-de-2004.pdf/2389bd2c-52f9-409f-9309-04e8890e0946>>. Acesso em: 20/04/2011.

MURUGA, Mariela Norma. *Rede cultural no espaço cidadão: interações e conexões para a democratização do acesso à arte e cultura no Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado)—Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Artes, 2014.

NOGUEIRA, Alessandra Cabral. *Pontos de cultura, particularidades na*

gestão?: um estudo da primeira capital brasileira da cultura. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

NUNES, Ariel F. Articulações entre ponteiros, sociedade e política pública cultural: uma abordagem antropológica dos pontos de cultura. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderui Barbosa/files/2012/09/Ariel-F.-Nunes.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

NUNES, Ariel F. Pontos de cultura e os novos paradigmas das políticas públicas culturais: reflexões macro e micro-políticas. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicais_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_ArielNunes_Pontos_de_cultura_e_os_novos_paradigmas_das_politicas_publicas_culturais.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

O QUE É GRIÔ? *Lei Griô Nacional*. Disponível em: <<http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-griô/>>. Acesso em: 09 set. 2015.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *A imaginação a serviço do Brasil*: programa de políticas de cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

PATTO, Rodrigo. *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

DE PAULA, Juarez. *Desenvolvimento local*: como fazer? Brasília: SEBRAE, 2008.

PEDROSO, Julio César; MARTINS, Carlos José. Pontos de Cultura

enquanto movimento social: uma pesquisa netnográfica. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, E-compós, v. 16, n. 2, mai.-ago., 2013, Brasília. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/926/669>>. Acesso em 18 abr. 2016.

PEREIRA, Cesar de Mendonça. *Política pública cultural e desenvolvimento local: análise do ponto de cultura Estrela de Ouro de Aliança-Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)–Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

PETERSON, Christopher; PARK, Nansook; SELIGMAN, Martin. Orientations to happiness and life satisfaction: the full life versus the empty life. *Journal of Happiness Studies*, n. 6, p. 25–41, 2005. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10902-004-1278-z>>. Acesso em: 26 out. 2015.

MIRANDA, André. *Marta Porto: A cultura ainda não se tornou prioridade*. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, publicado em 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/marta-porto-cultura-ainda-nao-se-tornou-prioridade-4294248>>. Acesso em 18 abr. 2016.

REIS, Paula Félix dos. Estado e Políticas Culturais. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais... Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa*, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_PaulaFelixReis_Estado_e_politicas_culturais.pdf>. Acesso em 18 abr. 2016.

RENNÓ, Lucio. *Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2011.

RIBEIRO NETO, Hugo et al.. Estudo preliminar sobre a Felicidade Interna Laboral (FIL): indicador baseado no sentido do trabalho, motivação e FIB. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2., Belo Horizonte, outubro de 2013. *Anais... Belo Horizonte*, 2013.

RIBEIRO NETO, Hugo; GOMES, Jorge. FIB, IDH e PIB:

complementaridades e contrapontos entre os indicadores de desenvolvimento humano e das nações. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2., Belo Horizonte, outubro de 2013. *Anais...* Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Hugo L. *As Taieiras*. São Cristóvão, SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008.

ROCHA, Sophia Cardoso; ARAGÃO, Ana Lúcia. Direitos Culturais no Brasil e uma breve análise do programa Cultura Viva. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Cultura is/II_Seminario_Internacional/FCRB_SophiaCardosoRocha_e_outra_Direit os_culturais_no_Brasil_e_uma_breve_analise_do_Programa_Cultura_Viva. pdf>>

ROCHA, Sophia Cardoso. *Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Comunicação)– Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2011.

RODRIGO-MARTINEZ, Sergio; MAMED, Danielle de Ouro. A construção sustentável das políticas públicas a partir do FIB (índice de felicidade bruta). *Revista Direito à Sustentabilidade Unioeste*, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/direitoasustentabilidade/article/view/11053/7880>>. Acesso em: 26 out. 2015.

ROLLEMBERG, Márcia. Cidadania e diversidade cultural com participação social. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 5., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Marcia-Rollemborg.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *As políticas culturais e o governo Lula*.

São Paulo: Edi. Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAIDY, Leticia Cassetari; D'AGOSTINI, Luiz Renato. Qualidade de vida e condições para se viver dos maricultores: um estudo exploratório no Ribeirão da Ilha, Florianópolis-SC. *Revista de Estudos Sociais*, v. 13, n. 25, 2011. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/res/article/view/261/1341>>. Acesso em 02 nov. 2015.

SALES, Aline et al. Felicidade interna bruta: aplicação e discussão no contexto de cidades de porte médio brasileiras. *Revista Cade*, v. 12, n. 1, p. 59-82, 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cade/article/view/6330/4483>>. Acesso em: 26 out. 2015.

SAMUEL, Henry. Nicolas Sarkozy wants to measure economic success in 'happiness'. *The Telegraph*, Paris, publicado em 14 set. 2009. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/france/6189530/Nicolas-Sarkozy-wants-to-measure-economic-success-in-happiness.html>>. Acesso em: 17 de abr. 2015.

SANTOS, Bruno et al. Análise das dimensões do FIB (indicador de Felicidade Interna Bruta) comparadas e corroboradas pelo modelo teórico de Walton, abordando a qualidade de vida no trabalho: um estudo preliminar em MPEs de João Pessoa/PB. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2., Belo Horizonte, 2013. *Anais...* Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Iolita Ferreira. *Grupo Folclórico Matutada: uma explosão de cores*. Disponível em: <<http://iolitafs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

SANTOS, Sonia Regina M. A concepção de transformação social e de emancipação na extensão universitária: em busca de novos rumos. *Revista de Cultura e Estudos Universitários da Pró-Reitoria de Extensão-PROEXT*, Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proexc/images/documentos/univsociedade/concepcao.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2016.

SARTOR, Carla Silvana Daniel. *As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura*. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Rui Brites Correia da. *Valores e felicidade no século XXI: Um Retrato Sociológico dos Portugueses em comparação europeia*. Tese (Doutorado em Sociologia)–. Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2011.

SIMÕES, Melrian F. da S.; HORITA, Fernando H. da S. Direito à busca da felicidade: uma breve reflexão sobre direitos fundamentais sociais e políticas públicas. *Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM*, n. 1, 2014. Marília, SP: UNIVEM. Disponível em: <<http://galileu.fundanet.br/revista/index.php/REGRAD/article/viewFile/757/354>>. Acesso em: 26 out. 2015.

SINGER, Paul. *PIB versus FIB*. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DC6B1531/PIB%20versus%20FIB.pdf>>. Acessado em: 16 abr. 2015.

SLOBIN, Mark. 1993. *Subcultural Sounds: Micromusics of the West*. Hannover, London: Wesleyan University Press.

STANGL, Andre. *Pontos de Cultura: por uma política cultural mestiça, digital, tropicalista e global*. São Paulo: Atopos, ECA/USP. Disponível em: <<https://andrestangl.wordpress.com>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya.; FITOUSSI, Jean-Paul (Org.). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. França: 2009. Disponível em: < <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm> >. Acesso em: 5 de março de 2015.

STORDEUR, Eduardo. Felicidade, bienestar y politicas públicas: algunas consideraciones preliminares. *Revista de Teoría del Derecho de la Universidad de Palermo*. Ano 1, n. 1, p. 83-114, 2014. Disponível em: <http://www.palermo.edu/derecho/pdf/teoria-del-derecho/n1/TeoriaDerecho_05.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO FIB. [2008?]. Disponível em: <<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Sugest%C3%B5es%20para%20%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20FIB.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

SZANIECKI, Barbara Peccei; SILVA, Rocilei da. Políticas Culturais Vivas: raízes e redes do Movimento Enraizados. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminário_Internacional/FCRB_Barbara_Peccei_Szaniecki_e_outro_Políticas_culturais_vivas.pdf>. Acesso em 18 abr. 2016.

TEIXEIRA, Faustino. O desafio das teologias índias. *Horizonte*, v. 7, n. 14, p. 12-20, jun. 2009. Belo Horizonte: PUC, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2009v7n14p12/2589>>. Acesso em: 26 out. 2015.

THINLEY, Jigmi. *Discurso do Exmo. 1º Ministro do Butão*. Proferido na Conferência Internacional Sobre FIB, 4., 2009. Disponível em: <http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Discurso_...pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.

TURINO, Célio. O desmonte do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. *Portal Fórum*, publicado em 7 jul. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

TURISCO, Fabiane; KIRSCHNER, Ana. A sociologia da empresa e o FIB empresarial. *Revista Gestão Organizacional*, v. 4, n. 2, p. 155-163, 2011. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/894/666>>. Acesso em: 26 out. 2015.

TURNER, Victor. *The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual*. Ithaca:

Cornell University Press, 1967.

URA, Dasho Karma. *Felicidade Interna Bruta*. [2008?]. Disponível em: <<http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

URA, Dasho Karma et al. *An Extensive Analysis of GNH Index*. Thimphu, Bhutan: Centre for Bhutan Studies, 2012a.

URA, Dasho Karma et al. *A Short Guide to Gross National*. Thimphu, Bhutan: The Centre for Bhutan Studies, 2012b.

VALENTIM, Caio et al.. Adaptação do índice “felicidade interna bruta” e avaliação entre estudantes da Unicamp. *Revista Ciências do Ambiente On-Line*, v. 10, n. 2, dez., 2014. Disponível em: <<http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/view/427/345>>. Acesso em: 26 out. 2015.

VASCONCELOS, Ana Teresa A. Múltiplos olhares sobre as políticas públicas de cultura: artistas, pontos de cultura e estado. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicais_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AnaVasconcelos_Multiplos_olhares_sobre_as_politicas_publicas_de_cultura.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

VILUTIS, Luana. Pontos de cultura e economia solidária – aproximações e possibilidades. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicais_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_LuanaVilutis_Pontos_de_cultura_e_economia_solidaria.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

VIOLA DE BOLSO. *Pro caso dos Pontos de Cultura: ouvir a ministra é não ouvir futuro algum*. 2014?. Disponível em: <<http://violadebolso.org.br/2013/04/pro-caso-dos-pontos-de-cultura-ouvir-a-ministra-e-nao-ouvir-futuro-algum>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

WWF. *Nossa história*. Disponível em

<http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/historia_wwf_brasil>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ZAMONER, Celso. Estado de felicidade e o estado da felicidade. *Revista de Direito Público da Procuradoria-Geral do Município de Londrina*. v. 1, n. 1, dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.aprolon.com.br/pkp/ojs/index.php/rdp-pgmlondrina/article/view/4/3>>. Acesso em: 26 out. 2015.

Esta publicação apresenta os resultados do projeto de pesquisa intitulado *Programa Cultura Viva: Impactos e transformações sociais*, que integra um conjunto de estudos desenvolvidos no âmbito do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT) da Universidade de Brasília. Este relatório está dividido em três partes. A primeira parte conta com quatro capítulos que abordam análise geral do objeto de pesquisa. A segunda parte é composta pela análise individual de oito Pontos de Cultura dentre os dezoito visitados. Por fim, a terceira parte apresenta uma breve conclusão sobre o estudo, além de possibilidades para futuros desdobramentos. Para a análise dos dados foi escolhido o indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB) para auxiliar na identificação do impacto que as ações dos Pontos de Cultura teriam em suas comunidades.



UnB | CEAM | PPGDSCI

Ministério da
Cultura



www.opcult.unb.br